

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

MARTA CRISTINA GUIZELINI

**ANÁLISE DO PLANEJAMENTO VERSUS EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL
DO MUNICÍPIO DE CURITIBA NO PERÍODO DE 2010 A 2013**

**Curitiba
2015**

MARTA CRISTINA GUIZELINI

**ANÁLISE DO PLANEJAMENTO VERSUS EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL
DO MUNICÍPIO DE CURITIBA NO PERÍODO DE 2010 A 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para o Programa de Pós Graduação – MBA em Auditoria Integral da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para o título de especialista.

Orientador: Profa. Dra. Mayla Cristina Costa

**Curitiba
2015**

*Ao meu amado Pai,
meu Anjo da Guarda.*

*À minha mãe, pelo carinho, cuidado,
dedicação e amor.*

*Ao meu querido esposo, pelo
incentivo e compreensão.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, Nosso Senhor e Guia, que me dá força, inspiração e torna-me a cada dia mais, uma grande fã da vida.

Ao meu amado esposo José, que é meu grande amigo, companheiro e incentivador.

À minha Grande Ídolo de Administração Financeira, Dona Dina, minha Mãe, que sem nenhum conhecimento técnico, gerenciou com poucos recursos financeiros, a vida do seu marido e filhos, possibilitando o acesso à educação, e fez de mim o que sou hoje.

Ao meu Grande Pai (*in memoriam*), que além do lindo exemplo de vida, se tornou o meu Anjo da Guarda.

Aos meu sogros, Dona Anita (*in memoriam*) e Sr. Francisco (*in memoriam*), que apesar da nossa pouca convivência, teremos laços eternos.

Às minhas avós, Laura e Iolanda, grandes exemplos de vida e sabedoria.

Aos meus irmãos, cunhados e sobrinhos, pelo simples fato de existirem e fazerem parte da minha família.

Aos meus colegas de trabalho Ciro Cercal Filho, Luiz Alberto Pinto Carvalho e Claudete Réus pelo apoio e incentivo.

À todos os Profissionais, Colegas e Professores que contribuíram para o bom funcionamento deste Curso.

Enfim, à Professora Mayla, minha orientadora, que apoiou a minha ideia e fez os apontamentos necessários e precisos para a execução deste trabalho.

“Que possamos pegar nossos livros e canetas, são as nossas armas mais poderosas.

Uma criança, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo”.

(Malala Yousafzai)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral avaliar, a partir das informações disponibilizadas no Portal da Transparência, a execução financeira do Plano Plurianual do Município de Curitiba, no período de 2010 a 2013, analisando os programas que foram executados de acordo com o planejamento e os que apresentaram baixo percentual de execução. O objetivo geral consiste em analisar a priorização dos cinco eixos estratégicos: Morar, Cuidar, Trabalhar, Aprender e Viver. Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se a pesquisa qualitativa do tipo exploratória, com os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica sedimentou-se em torno das referências bibliográficas pertinentes a nova gestão pública, algumas ferramentas do planejamento público, como Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, bem como a transparência da implantação dos programas e políticas públicas. A pesquisa documental constituiu-se ainda da utilização da Lei Municipal de Curitiba nº 13.378, de 11 de dezembro de 2009 que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2010/2013” e todos os seus anexos e as despesas empenhadas e liquidadas, no período de 2010 a 2013, do Município de Curitiba, disponíveis no Portal da Transparência, constante no sítio da *internet* da Prefeitura Municipal de Curitiba. Os resultados mostram que no primeiro ano do PPA a gestão municipal implementou apenas 67,73% das ações planejadas e no ano seguinte, a liquidação foi de 75,68%. Em 2012, último ano da gestão 2009-2012, a execução das ações foi de 98,77%, em contrapartida no último ano do Plano e primeiro ano da gestão 2013-2016, a implementação das ações foi de 113,91%. Sendo assim, a gestão municipal executou o PPA em 89,77%. Inúmeros foram os programas implementados em mais de 100,00%. No entanto, outros programas não foram executados: Programa Legislativo Municipal, Programa Novo Centro, Reserva de Contingência e Reserva Orçamentária. Além dos programas não executados, outros apresentaram baixo percentual de liquidação: o Programa Fomento ao Desenvolvimento Econômico e ao Negócio foi liquidado em 4,29%, o Programa Metrô-Linha Azul em 8,71%, o Programa Educação/Expansão do Atendimento Educacional em 26,76% e o Programa Comunidade Escola foi executado em 38,09%. Em relação aos eixos estratégicos, constatou-se que o eixo que teve a maior priorização foi o “Trabalhar” com 137,19%, o segundo eixo foi o “Aprender” com 122,36% e em terceiro foi o “Cuidar” com 112,69%.

Palavras-chave: Nova Gestão Pública, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Transparência Pública.

ABSTRACT

This work has as main objective to assess, from the information available on the Transparency Portal, the financial execution of the Multi-Year Plan of the Municipality of Curitiba City in the 2010-2013 period, analyzing the programs been implemented according to the planned and those low percentage of execution and to analyze the prioritization of five strategic axle: Housing, Care, Work, Learn and Live. To develop the study was used a qualitative research of the exploratory type, with the technical procedures of bibliographic and documentary research. The literature cemented itself around the references concerning the new public management, some public planning tools such as Multi-Year Plan, the Budget Guidelines Law and the Annual Budget Law and the transparency of the implementation of programs and policies. The documentary research consisted of using Municipal Law No. 13,378 Curitiba, of December 11, 2009 that "Provides for the Multi-Year Plan for the 2010-2013 period" and all its annexes and committed and paid expenses for the period from 2010 to 2013, the Municipality of Curitiba City available on the Transparency Portal, constant on the website of the Municipality of Curitiba. The results show that in the first year of the PPA municipal management implemented only 67.73% of the planned actions and the following year, the settlement was 75.68%. In 2012, the last year of management from 2009 to 2012, the performance of shares was 98.77%, however in the last year of the Plan and the first year of management from 2013 to 2016, implementation of the shares was 113.91%. Thus, the municipal administration ran the PPA at 89.77%. Numerous programs have been implemented in more than 100.00%. However, other programs were not executed: Municipal Legislative Program New Program Center, Contingency Reserve and Reserve Budget. In addition to not ran programs, others had low percentage of settlement: the Development Program for Economic Development and Business was settled at 4.29%, the Metro Blue-Line Program in 8.71%, the Education / Expansion of the Educational Assistance Program at 26.76% and the Community School Program was executed in 38.09%. With regard to strategic areas, it was found that the highest priority axis was the "Work" with 137.19%, the second axis was the "Learn" with 122.36% and in third was the "Care" with 112.69%.

Keywords: New Public Management, Multi-Year Plan, Budget Guidelines Law, the Annual Budget Law, Public Transparency.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: FASES DA ELABORAÇÃO DO PPA	29
QUADRO 2: ELEMENTOS ESSENCIAIS QUE COMPÕEM O PPA	30

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA AÇÃO SOCIAL	44
TABELA 2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA BOM GOVERNO	46
TABELA 3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA COMUNIDADE	48
TABELA 4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA	49
TABELA 5 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA COPA 2014	52
TABELA 6 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA CULTURA CURITIBANA	54
TABELA 7 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA CURITIBA SAÚDE	56
TABELA 8 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA EDUCAÇÃO/ EXPANSÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL	59
TABELA 9 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA EDUCAÇÃO/ QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	61
TABELA 10 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA ESPORTE E LAZER	64
TABELA 11 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AO NEGÓCIO	67
TABELA 12 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA INCENTIVO AO TURISMO	68
TABELA 13 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA LINHA VERDE	70
TABELA 14 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA MANUTENÇÃO DA CIDADE	71
TABELA 15 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA MEIO AMBIENTE - BIOCIDADE	73
TABELA 16 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO	

DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA METRÔ - LINHA AZUL.....	78
TABELA 17 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE.....	79
TABELA 18 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA MORO AQUI	83
TABELA 19 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA NOVO CENTRO	87
TABELA 20 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA.....	87
TABELA 21 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA SEGURANÇA ALIMENTAR.....	91
TABELA 22 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA SEGURANÇA E CULTURA DA PAZ	94
TABELA 23 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA TECNOPARQUE	97
TABELA 24 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA ..	98
TABELA 25 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS.....	100
TABELA 26 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	102
TABELA 27 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA LEGISLATIVO MUNICIPAL	107
TABELA 28 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	108
TABELA 29 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	110
TABELA 30 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA RESERVA ORÇAMENTÁRIA.....	111
TABELA 31 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: EIXO ESTRATÉGICO - MORAR	112
TABELA 32 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: EIXO ESTRATÉGICO - CUIDAR	113
TABELA 33 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO	

DE CURITIBA 2010 - 2013: EIXO ESTRATÉGICO - TRABALHAR	114
TABELA 34 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: EIXO ESTRATÉGICO - APRENDER	116
TABELA 35 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: EIXO ESTRATÉGICO – VIVER	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIC - Cidade Industrial de Curitiba

CMAE - Centro Municipal de Atendimento Especializado

CMEIS - Centros Municipais de Educação Infantil

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

ICV - Índice de Condição de Vida

IDH – M - Índice Municipal de Desenvolvimento Humano

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

PIB - Produto Interno Bruto

PPA - Plano Plurianual

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

QRAC - Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital

RMC - Região Metropolitana de Curitiba

VEA - Valor Empenhado Anual

VLA - Valor Liquidado Anual

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema de Pesquisa	17
1.2 Objetivos	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 Justificativa Prática e Teórica	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 Nova Gestão Pública.....	19
2.2 Planejamento Estratégico e Público.....	23
2.2.1 Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual..	25
2.3 Transparência na Administração Pública.....	33
2.4 Conceito de Programas e Políticas Públicas.....	35
2.5 Diretrizes Estratégicas do PPA 2010-2013 do Município de Curitiba	37
3. METODOLOGIA	39
4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE	43
4.1 Programas Finalísticos	43
4.1.1 Programa Ação Social	44
4.1.2 Programa Bom Governo.....	46
4.1.3 Programa Comunidade	47
4.1.4 Programa Comunidade Escola.....	49
4.1.5 Programa Copa 2014	51
4.1.6 Programa Cultura Curitibana.....	53
4.1.7 Programa Curitiba Saúde	55
4.1.8 Programa Educação/ Expansão do Atendimento Educacional.....	58
4.1.9 Programa Educação/ Qualidade da Educação.....	61
4.1.10 Programa Esporte e Lazer	64
4.1.11 Programa Fomento ao Desenvolvimento Econômico e ao Negócio.....	67
4.1.12 Programa Incentivo ao Turismo.....	68
4.1.13 Programa Linha Verde.....	70
4.1.14 Programa Manutenção da Cidade.....	71
4.1.15 Programa Meio Ambiente - Biocidade	73
4.1.16 Programa Metrô - Linha Azul.....	78

4.1.17 Programa Mobilidade e Acessibilidade.....	78
4.1.18 Programa Moro Aqui.....	82
4.1.19 Programa Novo Centro.....	86
4.1.20 Programa Planejamento Urbano e Infraestrutura.....	87
4.1.21 Programa Segurança Alimentar.....	90
4.1.22 Programa Segurança e Cultura da Paz.....	94
4.1.23 Programa Tecnoparque	97
4.1.24 Programa Trabalho e Geração de Renda.....	98
4.2 Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.....	100
4.2.1 Programa de Operações Especiais.....	100
4.2.2 Programa Gestão Administrativa	101
4.2.3 Programa Legislativo Municipal.....	107
4.2.4 Programa Previdência do Servidor.....	108
4.2.5 Programa Reserva de Contingência	110
4.2.6 Programa Reserva Orçamentária.....	111
4.3 Eixos Estratégicos.....	111
4.3.1 Eixo Estratégico: Morar	111
4.3.2 Eixo Estratégico: Cuidar	113
4.3.3 Eixo Estratégico: Trabalhar	114
4.3.4 Eixo Estratégico: Aprender	115
4.3.5 Eixo Estratégico: Viver	116
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	118
REFERÊNCIAS.....	120

1. INTRODUÇÃO

A administração pública é denominada pública porque a sua fonte de receita é oriunda da arrecadação de tributos e impostos das pessoas físicas e jurídicas, dessa forma a sociedade é o “patrão”, devendo esta então, acompanhar o planejamento dos programas e das políticas públicas, bem como a sua execução.

Nas instituições privadas é simples o processo de avaliação dos resultados dos projetos, pois ele é mensurado pela lucratividade e tanto os sócios quanto os acionistas o monitoram diariamente. Já no setor público, os programas são avaliados, ou deveriam ser avaliados, pelo nível de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Silva e Amorim (2012) destacam que a participação da população, atrelada à capacidade política e à competência técnica dos gestores, direciona o Estado para um novo paradigma, no qual a Gestão Pública deve atender as necessidades dos cidadãos, tendo em vista que, também, há ferramentas de controle e responsabilização sobre as ações adotadas.

Almejando a eficiência da gestão pública, a Constituição Federal de 1988, instituiu o Plano Plurianual (PPA), que é o planejamento de médio prazo, com o objetivo de estabelecer, “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública”, a ser seguido pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. A cada quatro anos, este plano deve ser formulado pelo Poder Executivo, com a participação da população, e deve ser aprovado pelo Poder Legislativo, tornando-se Lei. Dessa forma, esta Lei deve instruir o desenvolvimento dos programas da Administração Pública ao longo do período.

No entanto, a ênfase nos resultados, princípio central das organizações privadas, afirmam Sanabio, Santos e David (2013), despertou a necessidade de avaliar o desempenho do setor público, bem como aferir a produção e mensurar os resultados. No entanto, muitos dos serviços públicos são difíceis de serem medidos em termos de eficiência e avaliação de desempenho.

Höfling (2001) também aponta que para analisar e avaliar as políticas públicas implementadas por um governo, fatores de diferentes natureza e determinação são importantes, principalmente quando se focaliza as políticas sociais, nos quais os fatores envolvidos para a aferição de seu “sucesso” ou

“fracasso” são complexos, variados, e exigem grande empenho de análise.

Curitiba é a capital do Paraná, um dos três Estados que compõem a Região Sul do Brasil. A "certidão de nascimento" de Curitiba assinala o dia 29 de março de 1693, quando foi criada a Câmara Municipal, conforme apontado no Portal da Prefeitura Municipal (<http://www.curitiba.pr.gov.br/idioma/portugues/historia>).

Ainda, conforme informações contidas neste mesmo site, naquele final de século XVII, a cultura era de subsistência e a atividade econômica tinha base na mineração. O ciclo econômico seguinte foi o tropeirismo. Dois outros ciclos econômicos foram praticamente paralelos na história de Curitiba: o da erva-mate e o da madeira. O ciclo econômico seguinte foi o da monocultura do café, que semeou cidades no norte do Estado do Paraná, com reflexos evidentes sobre a economia da capital. Castigado pelas intempéries, o café foi sendo aos poucos substituído pela soja, até sua completa erradicação após a geada negra de julho de 1975. A cultura mecanizada da soja expulsou trabalhadores do campo. Curitiba recebeu grandes contingentes de migrantes. Precisou de decisões rápidas para evitar o caos urbano e antecipar demandas futuras. Investiu no planejamento urbano e na gestão municipal centrada no homem.

Segundo informações socioeconômicas do Guia do Investidor (2012) apontam que Curitiba teve seu projeto de desenvolvimento econômico impulsionado em 1973, com a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), projeto inédito que destinava uma área afastada para a instalação de novas indústrias e para o deslocamento das indústrias já existentes na cidade. Um novo grande salto aconteceu na década de 90, com a chegada de grandes montadoras de automóveis na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Gilberto José de Camargo - Diretor-Presidente da Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A¹ afirma que Curitiba tem muitos pontos fortes que a tornam uma competidora quase imbatível para novos empreendimentos. Com um Produto Interno Bruto (PIB) de 50,3 bilhões de reais e uma população de 1,75 milhão de habitantes, a cidade está localizada em uma posição geográfica estratégica, no coração do MERCOSUL, próxima dos grandes mercados consumidores do Brasil. Tem ligação rodoviária e ferroviária com portos e aeroportos. A cidade oferece mão de obra qualificada e dispõe de todos os serviços e atrações disponíveis em um

¹ Guia do Investidor - Informações Socioeconômicas. Agência Curitiba S/A, 2012

grande centro, aliada a um nível de qualidade de vida de países desenvolvidos.

O Guia do Investidor (2012) ainda expõe que a cidade que se antecipa às demandas futuras através do planejamento urbano, tendo o homem como centro. Desde 1970, este planejamento foi capaz de fazer da cidade um modelo de gestão urbana, de transporte coletivo e de meio ambiente. Essas políticas renderam à população de Curitiba qualidade de vida, comprovada por indicadores que medem o desenvolvimento das cidades. O Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M) da capital é de 0,856; o Índice de Condição de Vida (ICV), de 0,808, e o Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida, de 81,75%, além desses indicadores Curitiba apresenta o menor índice de mortalidade infantil e os melhores índices educacionais entre as capitais. Aliado a isso, oferece ambiente atrativo para negócios, com programas inteligentes de incentivo a empresas e políticas públicas de capacitação de pessoas, afirma Camargo.

A Lei Municipal nº 13.378/2009 instituiu o PPA, relativo ao quadriênio 2010/2013, da cidade de Curitiba, tendo como meta mobilizadora fundamental, a melhor qualidade de vida de toda a população.

O Plano foi elaborado na gestão do Prefeito Carlos Alberto Richa, porém foi executado por outros gestores. O Prefeito Luciano Ducci, assumiu o comando da Prefeitura em abril de 2010 e comandou a Prefeitura Municipal, até o final daquele mandato. Em 2013, o Prefeito eleito nas eleições municipais de 2012, Gustavo Bonato Fruet, conduziu a execução do último ano do PPA, em seu primeiro ano de mandato.

Este trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira é destinada à Introdução. A segunda seção contém a Fundamentação Teórica, que versa sobre a nova gestão pública, algumas ferramentas do planejamento público, como Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, bem como a transparência das ações do Estado. Na terceira seção, encontra-se a proposta metodológica e na quarta, a coleta e análise dos dados, que buscará resolver a questão da pesquisa e atender aos objetivos propostos. Por fim, na quinta e última seção, apresentam-se as conclusões e as recomendações para futuras pesquisas na área.

1.1 Problema de Pesquisa

Dentro do contexto apresentado, definiu-se a seguinte questão de pesquisa: Dos programas planejados, quais foram executados de acordo com o Plano Plurianual do Município de Curitiba, no período de 2010 a 2013?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Para responder a esta questão, a pesquisa tem por objetivo geral, avaliar, a partir das informações disponibilizadas no Portal da Transparência, a execução financeira do Plano Plurianual do Município de Curitiba, no período de 2010 a 2013.

1.2.2 Objetivos Específicos

Considerando o objetivo geral, seus objetivos específicos podem ser assim descritos:

- Apurar a execução financeira dos programas do Município de Curitiba, relacionados no Plano Plurianual – 2010 a 2013.
- Identificar os programas que foram executados de acordo com o planejamento e os programas que apresentaram menor índice de execução financeira, em relação ao planejado.
- Analisar se a execução financeira dos cinco eixos estratégicos (MORAR, CUIDAR, TRABALHAR, APRENDER e VIVER) foi priorizada conforme a Lei nº 13.378/2009.

1.3 Justificativa Prática e Teórica

As ações, de todos os Entes da Federação, devem estar disponibilizadas aos cidadãos, como previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei da Transparência Pública, a fim de que os mesmos possam monitorar e fiscalizar a execução dos programas e das políticas públicas. Desta forma, entende-se que não basta planejar. É necessário executar, acompanhar e por fim, avaliar a execução do planejamento, com o objetivo de proporcionar continuidade aos programas implementados pela administração pública.

No entanto, Premoli e Cirino (2014) destacam que a avaliação de políticas públicas e programas sociais ainda não fazem parte do cotidiano da administração pública, primeiramente em função da dificuldade decorrente da complexidade das metodologias de avaliação e por seguinte, pelo desinteresse e desconfiança por parte dos formuladores de políticas e dos próprios gestores dos programas em utilizar esse instrumental. A avaliação pode se transformar em problema para os gestores, caso o resultado seja insatisfatório, no qual os cidadãos podem utilizar estas informações para criticar o governo.

Todavia, avaliar a execução das ações e programas, pode ser uma importante ferramenta no processo de tomada de decisão, permitindo aos gestores obterem informações, que, posteriormente, podem ser utilizadas para melhorar a concepção de um programa e sua implementação.

Além disso, tal estudo trará contribuições acadêmicas para a gestão pública, pois segundo Costa e Castanhar (2003), historicamente, na administração pública brasileira não existe, a preocupação de avaliar os programas públicos e sociais, uma vez que a produção do conhecimento voltou os seus esforços muito mais para a formulação dos programas, do que para a implementação e avaliação dos mesmos.

Uma das maiores dificuldades no campo da avaliação no Brasil, ressaltam Premoli e Cirino (2014), está relacionada à dificuldade de obtenção dos dados ou registros de informações para o acompanhamento dos programas e políticas sociais, mas não se trata muitas vezes, da inexistência de informação, e sim da falta de organização e compilação sistemática para acesso dos usuários.

O *site* da Prefeitura Municipal de Curitiba, direciona os interessados a acessar o Portal da Transparência do Município, a fim de tomar conhecimento do Orçamento Público, com as suas receitas e despesas, organizadas por dia, mês e ano. Os dados da despesa financeira do PPA estão disponíveis a partir do ano de 2008, e estão estruturadas de acordo com a Lei do Plano.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Nova Gestão Pública

Na administração patrimonialista, o patrimônio público e o privado são confundidos, e o Estado é entendido como propriedade do rei. A norma é o nepotismo, o empreguismo e até a corrupção, afirma Bresser Pereira (1996), ou seja, o patrimonialismo significa a incapacidade ou a relutância do príncipe em distinguir o patrimônio público dos seus bens privados (BRESSER PEREIRA, 1997).

A corrupção neste modelo de administração também é apontado por Sanabio, Santos e David (2013), no qual o patrimonialismo caracteriza-se pelo caráter personalista do poder, pela lógica subjetiva do sistema jurídico, e pela irracionalidade fiscal e pela tendência à corrupção da equipe da administração.

No entanto, este tipo de administração, se revelava incompatível com o capitalismo industrial e as democracias parlamentares, afirma Bresser Pereira (1996), que surgem no século XIX, pois para o capitalismo é essencial que exista a separação entre o Estado e o mercado, pois a democracia só pode existir quando a sociedade civil, distingue-se do Estado ao mesmo tempo em que o controla, a qual exigia segurança, objetividade e previsibilidade do Estado.

Dessa forma, tornou-se essencial desenvolver um tipo de administração que fizesse distinção entre o público e o privado, e principalmente que separasse o político do administrador político, surgindo então, a administração burocrática moderna, afirma Bresser Pereira (1996).

A burocracia, aponta Sanabio, Santos e David (2013, p. 20), apoia-se em competências oficiais, ordenadas por leis ou regulamentos administrativos que são instituídos por autoridades ou organizações burocráticas.

A administração pública burocrática, explica Bresser Pereira (1996), desenvolveu-se como uma alternativa muito superior à administração patrimonialista. No entanto, a sua essência de eficiência, na verdade se revelou sem garantia de rapidez, boa qualidade e tão menos apresentou custo baixo para os serviços prestados à população.

Sanabio, Santos e David (2013) esclarece que a supervalorização dos regulamentos, a despersonalização das relações humanas, os exageros de

autoridade, a resistência à mudança, a hierarquização das decisões, o excesso de formalidade, representou disfunções do modelo burocrático, o que culminou com o desgaste do modelo, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, inspirando intelectuais a consolidar um novo marco na gestão pública, conhecido como modelo gerencial.

Foi a partir da II Guerra Mundial, explica Bresser Pereira (1996), que iniciou a influência da administração de empresas na administração pública. As ideias de descentralização e de flexibilização administrativa ganhou espaço em todos os governos.

Sanabio, Santos e David (2013) diz que as premissas da reforma administrativa do setor público, denominada nova administração pública ou administração pública gerencial, contemplam o foco em resultados, a orientação para o cidadão-cliente e a capacitação de recursos humanos. A descentralização de processos e a delegação de poder foram as inovações introduzidas, por este novo modelo, no setor público.

O modelo gerencial e suas aplicações foram e estão sendo discutidos em toda parte. Modelos de avaliação de desempenho, novas formas de controlar o orçamento e serviços públicos direcionados às preferências dos “consumidores”, métodos típicos do *managerialism*², são hoje parâmetros fundamentais a partir dos quais diversos países, de acordo com as condições locais, modificam as antigas estruturas administrativas (ABRUCIO, 1997).

Neste conceito da Nova Gestão Pública, destaca Erkens (2010, p.5), o cidadão não mais é visto como súdito - uma característica típica de sociedades autoritárias e hierárquicas - mas como cidadão autoconsciente e como cliente - a característica de sociedades democráticas e igualitárias, consolidando um modelo de administração, que seja ainda mais eficaz, utilizando-se de práticas realizadas por empresas privadas nos órgãos do governo.

O modelo gerencial, segundo Abrucio (1997) começa a preencher um vazio teórico e prático, detendo as principais tendências presentes na opinião pública, entre as quais se destacam o controle dos gastos públicos e a demanda pela melhor qualidade dos serviços públicos. Desde o início do Século XX, com a ampliação da atuação do Estado, tem surgindo diversos estudos a fim de estimular a eficiência do setor público, afirma Erkens (2010).

² Modelo Gerencial

Esta ampliação da atuação do Estado, também é apresentado por Bresser Pereira (1996), quando o mesmo afirma que quando o Estado era pequeno e liberal só eram necessários quatro ministérios - o da Justiça, o da Defesa, o da Fazenda e o das Relações Exteriores, no qual o problema da eficiência não era essencial. Entretanto, quando o Estado se transformou no grande Estado social e econômico do século XX, assumiu um número crescente de serviços sociais, como: a educação, a saúde, a cultura, a previdência, a assistência social, a pesquisa científica, a regulação do sistema econômico interno e das relações econômicas internacionais, estabilidade da moeda e do sistema financeiro, provisão de serviços públicos e de infraestrutura, e nesta situação, o problema da eficiência tornou-se essencial.

Dessa forma, a eficiência foi tratada na Constituição Brasileira de 1988, em diversos aspectos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

Art. 144. § 7º. A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Entretanto, foi em 1995 que o Brasil iniciou um processo de modificação das bases da administração pública no Brasil, afirma Erkens (2010). Este processo veio por uma necessidade crescente de romper velhos paradigmas que até então, dominavam a cultura política brasileira, advinda de governos anteriores não democráticos e centralizadores.

Sanabio, Santos e David (2013) colocam que a reforma administrativa do setor público brasileiro iniciou-se, de fato, durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. O MARE, em 1995, concluiu o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, documento que defendeu a redução das atribuições estatais e a implementação dos princípios da administração pública gerencial.

Reinventar o Governo, Reforma do Setor Público, Nova Gestão Pública, são segundo Machado *et al* (2001), termos que representam profunda reestruturação do setor público que está em curso no mundo inteiro. Esta mudança não se trata de um processo simplesmente ideológico, pois a maioria dos países está diante das mesmas pressões fundamentais: a globalização financeira, a integração de mercados, privatizações e terceirizações, os novos valores culturais, a insatisfação dos cidadãos, a crise fiscal, a revolução tecnológica da informática e das comunicações, a ascensão de uma sociedade civil organizada, o crescimento em escala dos problemas, tornando muito mais difícil a ação de governo. Além disso, as demandas sociais estão se alterando rapidamente e novas necessidades estão nascendo, gerando desta forma, demandas bem diferentes das de dez ou quinze anos atrás.

Erkens (2010) diz ainda que, a Administração Pública Brasileira, sob a influência do movimento adotou métodos de mérito, resultados, foco no cliente-cidadão, descentralização, transparência e melhor qualidade da prestação de serviços públicos. O Brasil foi o primeiro, entre os países em desenvolvimento, a adotar estas novas ideias e vem conseguindo mudar a realidade da administração pública.

Neste modelo da Nova Gestão Pública, afirma Machado *et al* (2001), o Estado deve agir em parceria com os cidadãos, apreendendo a se relacionar, pois até então, os gestores públicos trabalhavam sem saber se era exatamente aquilo que o cidadão-cliente queria, meramente reproduzindo o que se fazia há séculos. Agora, há uma nova forma de auscultar os clientes, de ouvir, de deixar que os clientes interfiram no trabalho do próprio Estado, com suas queixas, suas sugestões, seus controles. Desta forma, as ações devem ser reformulados para incluir o cidadão-cliente no processo.

O objetivo geral da reforma administrativa será transitar de uma administração pública burocrática para a gerencial, afirma Bresser Pereira (1996). Esta mudança, porém, não poderá ser realizada de um dia para o outro e não deverá ocorrer com a mesma intensidade nos setores distintos. Na verdade a administração pública gerencial deve ser construída sobre a administração pública burocrática, aproveitando suas conquistas e os aspectos positivos, ao mesmo tempo eliminar o que não serve mais.

Souza (2006) aponta que a reforma na forma de administrar o setor público tem de estar baseada em três pilares: governo, administração pública e sociedade. Sendo que este processo destina-se não apenas a apoiar as ações voltadas unicamente para o governo, mas que envolvam outros atores políticos e sociais, além do mais é necessário estimular a participação das esferas subnacionais, do setor privado, dos estados, municípios e da sociedade civil na formulação e implementação de políticas.

Dessa forma, é possível afirmar que a nova administração pública, a gerencial, que já está se desenvolvendo há quase duas décadas ainda não está pronta, e ano após ano, gestão após gestão ela vai se delineando em busca de atingir o seu objetivo: a inovação, a eficiência, a descentralização, a transparência, e a responsabilidade na gestão dos serviços e recursos públicos.

2.2 Planejamento Estratégico e Público

O Almanaque do Planejamento, elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 2011, aponta que o planejamento é a escolha consciente de ações que aumentam as chances de obter no futuro algo desejado no presente. É uma atividade que orienta possibilidades, arranjos institucionais e políticos. Dessa forma, planejar é um processo, o plano é um registro deste processo e o planejador é seu facilitador.

Polo (2009) define o planejamento como um processo pelo qual se procura definir o que fazer e como fazer, visando à utilização racional dos recursos disponíveis para que, com eficiência, eficácia, efetividade e humanização, os objetivos almejados possam ser alcançados.

Já a estratégia, segundo Bergue (2013) é um conjunto de ações gerenciais que contempla diretrizes, missão e objetivos organizacionais, permitindo a composição de ações setoriais devidamente integradas, rompendo com os excessos da hierarquia, promovendo laços de parceria e comprometimento entre os diferentes atores na realização do ciclo da estratégia.

Unindo então o planejamento e a estratégia, tem-se o planejamento estratégico, que conforme Kich e Pereira (2014) é uma ferramenta organizacional que busca englobar toda a organização, pois o mesmo se relaciona com todos os níveis hierárquicos da organização. As organizações começaram a utilizar a

estratégia ao planejar a produção em massa, do século passado, através de modelos matemáticos e lineares, no qual os empresários aprenderam a elaborar orçamentos de longo prazo e a planejar o lucro.

O planejamento estratégico deve especificar onde a organização pretende chegar no futuro e como se propõe a fazê-lo a partir do presente. O planejamento estratégico deve comportar decisões sobre o futuro da organização (CHIAVENATO, 2003, p.260).

Oliveira (2006) diz que alguns estudiosos veem o processo de planejamento de políticas públicas associado a atividades de elaborar-se planos, abrangendo o processo de tomada de decisões políticas, reuniões de discussão, mapas detalhados, modelos matemáticos e cenários, criação de legislação e distribuição de responsabilidades, e ao final se chega a um plano. Finalizando estas etapas, espera-se que automaticamente as ações planejadas serão implementadas e atingirão os resultados esperados, se o plano foi bem-feito e tiver o orçamento aprovado. Dessa forma, pode-se dizer que caso o plano desenhado inicialmente seja bom, o resultado ao final será bom. Se o plano é ruim, o resultado é ruim.

Outra visão de planejamento reconhece o papel da implementação, mas ainda enfatiza a elaboração de planos como chave primordial para o sucesso de políticas públicas. Nela, como na visão anterior, existem bons e maus planos. Porém, segundo essa visão, muitos dos bons planos falham porque houve problemas técnicos na implementação, foram sabotados ou não foram implementados exatamente de acordo com o que foi indicado no plano (OLIVEIRA, 2006, p.03).

Outra versão mais moderna desta visão de planejamento, coloca Oliveira (2006), incluem mecanismos de monitoramento, auditorias, reuniões técnicas de acompanhamento, a fim de garantir a implementação daquilo que foi planejado. No entanto, não depende somente da fiscalização, pois muitas vezes os resultados são insatisfatórios, porque existem problemas institucionais, no qual muito do planejado não era executável, ou as condições iniciais mudaram com o tempo.

No plano governamental, Bergue (2013), diz que a gestão estratégica implica a articulação entre as ações de diversas áreas do setor público, como saúde, educação, segurança, moradia, obras, administração e outras.

Giacomoni e Pagnussat (2006) aponta que o Brasil possui extenso conhecimento em planejamento. Apesar da experiência de planejamento econômico no País, ter iniciado em meados da década de 1940, e ter perdido força durante a

década de 1980 na esfera pública federal, devido a fatores externos, os anos 90, ficaram marcados pela integração do País à economia mundial, pelo avanço no processo de redemocratização e pelas restrições das finanças públicas, ressurgindo desta forma, o planejamento como instrumento para o desenvolvimento do País.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, instituiu o atual sistema de planejamento e orçamento, no qual o planejamento plurianual das políticas públicas se articula com a execução dos orçamentos anuais e com os instrumentos de controle fiscal, definidos como estabeleceu o atual sistema de planejamento e orçamento, em que o planejamento plurianual das políticas públicas se articula com a execução dos orçamentos anuais e com os instrumentos de controle fiscal, definidos como Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), afirma Bergue (2013), visando integrar os objetivos globais e setoriais definidos pela administração pública, especialmente na definição de programas e metas de gestão.

O planejamento em seu processo decisório, pode ser dividido em três níveis, informa Polo (2009), sendo o nível estratégico caracterizado pelas decisões mais abrangentes de filosofia, diretrizes básicas e objetivos globais da administração; o nível tático, tem como missão estabelecer o que pode ser feito, limitado pelo que deve ser realizado, estabelecido no nível estratégico; e o nível operacional, delimitado pelo que deve e pelo que pode ser feito, define o que será feito. Dessa forma, define que o PPA está enquadrado no nível estratégico, a LDO e a LOA enquadram-se no nível tático e o nível operacional é desempenhado pela execução orçamentária, a qual define o que será realizado no exercício financeiro.

2.2.1 Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual

O Plano Plurianual é resultado de uma experiência no processo orçamentário iniciada com a Lei nº 4.320/1964, afirmam Silva e Amorim (2012), pois foi determinado em seu artigo 23 que as receitas e as despesas de capital sejam objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital (QRAC), aprovado pelo Poder Executivo, por um período mínimo de três anos.

Já a Constituição de 1988, segundo Giacomoni e Pagnussat (2006) introduziu uma série de mudanças para o orçamento público. Dentre elas, destaca-se a obrigatoriedade do planejamento de médio prazo, instituído pelo Plano

Plurianual (PPA), salientando que os projetos das leis orçamentárias – PPA, LDO e LOA serão de iniciativa privativa do Poder Executivo:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

§ 1º. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (BRASIL, 1988).

O Ministério do Planejamento (2014) define o PPA como um instrumento destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com a finalidade de cumprir os fundamentos e os objetivos da República, no qual é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos, por meio do qual a sociedade³ tem um maior controle sobre as ações concluídas pelo governo e “evidencia, em quadros demonstrativos, quais serão os programas de trabalho a serem implementados pelos gestores públicos durante esse período” (SANTOS, 2011, p.23).

Brasil (2011), define que as linhas gerais dos planos de governos vitoriosos nas urnas – após debate dos candidatos a presidente, governador e prefeito com os cidadãos durante a campanha eleitoral – orientarão a elaboração do PPA no início das respectivas gestões federal, estaduais e municipais.

A Lei do PPA determina as estratégias, diretrizes e metas do governo, diz Santos (2011), a qual não se trata apenas de propor ações a serem implementadas em dado período, mas de instituir um plano de ação que, partindo de um planejamento estratégico, descreve os objetivos de governo a serem seguidos durante o mandato do chefe do poder executivo, estabeleça os programas setoriais a serem praticados e defina as fontes de financiamento e as metodologias de elaboração, gestão, avaliação e revisão dos programas.

A Constituição de 1988, aponta Brasil (2013), determinou que a prerrogativa de elaboração do PPA fosse de exclusividade do Poder Executivo e ao Poder Legislativo compete alterar, por meio de emendas, a proposta original ou apenas confirmá-la por meio do voto.

³ Segundo Oliveira (2006), está na moda fazer planejamento, com ênfase na participação da população ou sociedade civil na implementação dos planos, no qual os beneficiários tem que ajudar a monitorar o projeto, denunciar, participar de assembleias etc., inclusive com a criação de conselhos, os quais ajudam a decidir e acompanhar.

Conforme Vainer, Albuquerque e Garson (2001, p. 19), os principais objetivos do PPA são:

- Definir, com clareza, as metas e prioridades da administração bem como os resultados esperados;
- Organizar, em Programas, as ações de que resulte oferta de bens ou serviços que atendam demandas da sociedade;
- Estabelecer a necessária relação entre os Programas a serem desenvolvidos e a orientação estratégica de governo;
- Nortear a alocação de recursos nos orçamentos anuais, compatível com as metas e recursos do Plano;
- Facilitar o gerenciamento das ações do governo, atribuindo responsabilidade pelo monitoramento destas ações e pelos resultados obtidos;
- Integrar ações desenvolvidas pela União, Estado e governo local;
- Estimular parcerias com entidades privadas, na busca de fontes alternativas para o financiamento dos programas;
- Explicitar, quando couber, a distribuição regional das metas e gastos do governo;
- Dar transparência à aplicação de recursos e aos resultados obtidos.

No entanto para alcançar estes objetivos, o PPA deve deixar de ser apenas uma obrigação legal, afirmam Vainer, Albuquerque e Garson (2001), sendo necessário então, que exista compatibilidade entre o planejamento estratégico do governo, as condições financeiras do município e a capacidade operacional dos diversos órgãos municipais; que o PPA esteja integrado com a LDO, LOA e com a execução orçamento; que seja monitorado e avaliado, direcionando gerentes responsáveis pela gestão de cada programa; e que seja revisto, sempre que necessário.

A Portaria nº 42, de 14 de Abril de 1999, determinou em seu Art. 4º, que nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações serão identificadas em termos de funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais, que conforme o MCASP (2014), podem assim ser definidos:

Função: pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função quase sempre se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa.

Subfunção: representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas às quais estão relacionadas na

Portaria nº 42/1999. Deve-se adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão. Assim, a programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação governamental.

Programa: é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. Os Programas dividem-se em:

- a) Finalísticos: resultam em bens ou serviços ofertados diretamente à população;
- b) Apoio administrativo: contempla as despesas de natureza tipicamente administrativa, que, embora contribuam para a consecução dos objetivos dos outros programas, não são passíveis de apropriação a estes programas.

Ação: As ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos, dentre outros. As ações, conforme suas características podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais.

- a) Atividade: é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.
- b) Projeto: é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo.
- c) Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Dessa forma, Brasil (2011) afirma que o processo de elaboração do planejamento estratégico governamental deve envolver primeiramente todas as áreas, fazendo análise geral da situação e depois realizar a análise setorial. O PPA, por sua vez, deve expressar a composição dos esforços de planejamento estratégico de toda a administração pública, além de ser capaz de responder as seguintes perguntas: o que, quanto, quando, como e para quem fazer? Com que recursos humanos, físicos e financeiros fazer?

Além destas perguntas básicas, outras perguntas devem ser realizadas durante as fases de Elaboração do Plano – “processo de construção da base estratégica e de definição dos programas e ações, por meio dos quais se materializará a ação de governo” (BRASIL, 2011), conforme o Quadro a seguir:

Fase	Pergunta
Primeira fase: representa o diagnóstico da situação existente	Quais são as condições físicas, operacionais, financeiras e de endividamento do ente governamental, especialmente em termos de quantidade e qualidade dos serviços públicos prestados à população?
Segunda fase: há o levantamento das expectativas a serem atendidas durante a gestão e a vigência do PPA visando intervir na realidade que se pretende mudar	Diante do diagnóstico feito, quais são as propostas de governo, de todas as áreas, que se gostaria de realizar durante a gestão e a vigência do PPA?
Terceira fase: representa a volta para a realidade depois dos “sonhos”, ou seja, a delimitação dessas expectativas conforme a capacidade financeira e operacional, mediante o estabelecimento de prioridades para o quadriênio, detalhadas para cada ano de vigência do PPA.	Quais serão os programas e as ações que deverão ser priorizados para execução durante a gestão e a vigência do PPA, diante do limite imposto pelo montante de recursos financeiros que poderão ser efetivamente arrecadados no período e pela capacidade gerencial e operacional de realização das obras e serviços públicos?

QUADRO 1: FASES DA ELABORAÇÃO DO PPA
FONTE: BRASIL (2011). ELABORADO PELA AUTORA

Ainda na etapa de elaboração, Vainer, Albuquerque e Garson (2001), apontam os elementos essenciais que compõem o PPA:

ELEMENTO	DESCRIÇÃO
Código	Composto pela sigla do órgão/entidade e ordem sequencial das ações.
Descrição das Ações	Relaciona todas as ações finalísticas, tanto as em andamento quanto as que se pretende realizar.
Produtos	Bem ou serviço resultante da ação; para cada ação, se indicará um único produto.
Denominação	Traduz os propósitos do Programa.
Objetivo	Expressa os resultados a alcançar, ou seja, a finalidade do programa.
Público-Alvo	Identificação dos segmentos da sociedade a serem beneficiados por sua execução.
Natureza/Início	Identifica a natureza (contínua ou temporária) do Programa. Como cada

Previsto/Término Previsto	Programa é composto por um conjunto de ações, seu prazo de início e término coincidirá com o da ação que começar primeiro e com a da que por último terminar.
Indicador	Sempre associado ao objetivo, deve ser concebido de forma a possibilitar sua utilização como unidade de medida para mensuração de resultados desejados com a realização do Programa. Expressa, de forma quantitativa, as consequências de suas ações sobre o público-alvo; geralmente, é apresentado com uma relação ou taxa.
Índice Mais Recente/Apurado em	Representa a quantificação da unidade de medida associada ao indicador. Apontar o valor mais recente do índice e a datas de sua apuração.
Índice Desejado ao Final do PPA	É o resultado da execução do Programa, esperado ao final do período compreendido pelo PPA. Este resultado será medido com o uso do indicador escolhido.
Fonte	Instituição que executa o acompanhamento do indicador e a apuração do índice.
Tipo	Identificar se a ação é projeto ou atividade.
Unidade Responsável	É o órgão/entidade responsável pela proposição do Programa.
Unidade de Medida	É o padrão escolhido para a mensuração do indicador, ou seja, a forma de dimensionar o indicador.
Quantidade do Ano em Curso	Preencher apenas para as ações em andamento, com as quantidades físicas previstas para o ano vigente.
Valor do Programa	Valor estimado para a execução do Programa até sua conclusão, desde que temporário. Será diferente do valor do Programa no PPA quando o seu início e/ou término ocorrerem fora do período do Plano.
Meta Física	É a quantidade do produto que se deseja obter a cada ano, pela implementação da ação expressa na unidade de medida adotada.
Dados Financeiros	São as estimativas de custos da ação, distribuídos por ano. Os valores referem-se à soma de todas as Fontes de Recursos que financiam cada uma das ações.

QUADRO 2: ELEMENTOS ESSENCIAIS QUE COMPÕEM O PPA

FONTE: VAINER, ALBUQUERQUE E GARSON (2001). ELABORADO PELA AUTORA

Após o término da 1ª etapa: Elaboração do PPA, Brasil (2011) aponta que é necessário a execução de mais três etapas: implementação, monitoramento e avaliação, para conclusão do Plano:

2ª etapa: Implementação - estabelecimento de diretrizes e prioridades na LDO e o detalhamento da despesa na LOA.

3ª etapa: Monitoramento - processo de acompanhamento da execução orçamentária, visando identificar problemas e propor soluções.

4ª etapa: Avaliação - comparação dos resultados pretendidos em relação aos esperados e dos processos utilizados para alcançá-los; aferir se as políticas públicas implantadas atenderam as demandas da sociedade; avaliar revisão do PPA.

Vainer, Albuquerque e Garson (2001) dizem que é de suma importância, que cada Município, ao elaborar seu PPA, já defina normas para a gestão do PPA e atribua responsabilidades para isto, no qual o monitoramento e a avaliação do

Plano, bem como suas revisões constituem um aprendizado valioso para a elaboração dos Planos seguintes.

Completando, Paulo (2010), afirma ainda que a Constituição Brasileira atribuiu ao PPA uma função de organização da ação do Estado, pois o mesmo é referência para os demais documentos de planejamento e orçamento, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), também instituídas pela mesma Carta Magna.

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§ 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

E conforme § 4º, do Art. 165, fica determinado que os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional, e nos Estados e Municípios, pela Assembleia de Deputados e Câmara de Vereadores, respectivamente.

O Ministério do Planejamento (2014) coloca que a LDO, deve ser compatível com o PPA, e define o conjunto de metas e prioridades da Administração Pública e orienta a elaboração da LOA para o ano seguinte.

A LDO corresponde a um passo intermediário entre o PPA e a LOA. O conteúdo da LDO deverá se basear no PPA, ou seja, nenhum conteúdo presente na LDO poderá ser diferente do aprovado no PPA (BRASIL, 2013, p. 25).

Conforme a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), a LDO deverá atender o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e disporá também sobre:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;
- e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

Vainer, Albuquerque e Garson (2001) apontam que a LDO define as metas do exercício e a LOA, por sua vez, é a ferramenta através da qual se viabilizam os atos governamentais. Dessa forma, é através da Lei Orçamentária Anual que a Administração concretiza o que foi planejado.

A Lei Orçamentária Anual, nos termos estabelecidos pela Lei nº 4.320/64, coloca Brasil (2011) deve estimar a receita e fixar a despesa pública. A estimativa da receita representa uma etapa importante no processo de planejamento, especialmente durante a elaboração do Projeto da LOA, pois demonstra a capacidade de financiamento das políticas públicas de todas as áreas de governo, de modo a garantir o equilíbrio das contas públicas.

O § 5º do Art. 165 da Constituição Federal aponta que a Lei Orçamentária Anual abrangerá:

- I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;
- II – o orçamento de investimento das empresas em que a união, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

Conforme disposto no § 5º, do Art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LOA não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

Raichelis (2011) coloca que cada um dos Poderes tem uma função no ciclo orçamentário: a formulação e elaboração do PPA, LDO e LOA pelo Executivo e a apreciação e adequação pelo Legislativo. O controle e a avaliação das contas cabem, também, ao Poder Legislativo, via Tribunal de Contas, e também à sociedade civil, na sua efetiva participação e no controle do orçamento.

E por que todas estas ferramentas de planejamento devem ser constituídas por Lei? Por dois motivos básicos, explica Pires (2001), o primeiro, é porque os recursos públicos pertencem a uma coletividade (os contribuintes em geral); e o segundo, porque as decisões de como utilizar os recursos é aprovada por um conjunto de pessoas, em nome dessa coletividade. Além desta aprovação através de Lei, as receitas e despesas do Estado, denominados Orçamento Público, deve

ter ampla publicidade, em favor da transparência dos atos dos governantes relacionados ao uso do dinheiro e as consequências desse uso.

2.3 Transparência na Administração Pública

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (2012) aponta os Princípios Orçamentários: Unidade ou Totalidade, Universalidade, Anualidade ou Periodicidade, Exclusividade, Orçamento Bruto, Legalidade, Publicidade, Não-Vinculação da Receita de Impostos e Transparência.

E é sobre este último princípio – Transparência – que será dado destaque nesta pesquisa.

O Capítulo IX - Da Transparência, Controle e Fiscalização, da Lei de Responsabilidade Fiscal, em sua Seção I - Da Transparência da Gestão Fiscal, determina que:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

A mesma Lei, ainda, determina que a transparência seja assegurada mediante: incentivo à participação popular, realização de audiências públicas e liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

O Art. 48-A da LRF determina que os entes da Federação deverão disponibilizar a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes à:

- I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;
- II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

A transparência da gestão pública teve como marco regulatório a promulgação da Lei Complementar nº 101/2000, afirmam Bairral e Silva (2013). Além da LRF, a Lei Complementar nº 131, de 27 de Maio de 2009, acrescenta dispositivos à Lei Complementar, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Esta Lei fixou o prazo para os Entes da Federação, cumprir as determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A da LRF:

- I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;
- II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;
- III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Para complementar, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, objetivando assegurar o direito fundamental de acesso à informação, devendo ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública, adotando as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Para atender a estas diretrizes, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores – internet, os quais, deverão atender no mínimo, os seguintes requisitos, conforme disposto no §3º do Art. 8º:

- I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

- II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
- VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
- VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e
- VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008.

No entanto, Cavalcante (2008) diz que não basta a divulgação de atos e números relativos a demonstrativos de gestão, é necessário dar publicidade das finanças públicas para que os cidadãos possam interpretar os dados, avaliar as intenções da administração, suas prioridades e sua implementação. A comunicação só se dá quando atinge o destinatário.

Bairral e Silva (2013) reforçam que a divulgação obrigatória não representa uma desconfiança em relação às atividades dos gestores públicos, mas sim, um direito dos cidadãos de conhecer e acompanhar a execução dos programas e políticas públicas.

2.4 Conceito de Programas e Políticas Públicas

A função que o Estado desempenha em nossa sociedade passou por diversas transformações ao longo dos anos. Nos séculos XVIII e XIX, a finalidade principal era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo, afirmam Lopes, Amaral e Caldas (2008). Porém com a expansão da democracia, é comum dizer que a função do Estado é a promoção do bem-estar da sociedade.

Atualmente, as ações dos Entes da Federação estão estruturadas em programas, orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA).

MCASP (2012) define programa como o “instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo Comum preestabelecido, visando à solução de um

problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade”.

Consequentemente, está definido no MCASP (2012) que o orçamento está organizado em programas, a partir dos quais são relacionadas às ações sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Em seu estudo, Höfling (2001) faz uma distinção entre Estado e Governo. O Estado é definido pelo conjunto de instituições permanentes: órgãos legislativos, tribunais, exército; e outras que não formam um bloco monolítico: possibilitam a ação do governo. Já o Governo é o conjunto de programas e projetos, que os políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Souza (2006) define política pública como o campo do conhecimento que busca, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, sugerir mudanças no rumo dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se na etapa em que os governos democráticos traduzem suas intenções eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças para a sociedade.

No entanto, Lopes, Amaral e Caldas (2008) afirmam que as Políticas Públicas são o resultado da “cabo-de-guerra” que acontece entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade, os quais buscam proteger os seus interesses. Sendo que estes interesses podem ser específicos – como a construção de uma estrada ou um sistema de captação das águas da chuva em determinada região – ou gerais – como demandas por segurança pública e melhores condições de saúde.

Do mesmo modo, Höfling (2001, p.02), define Políticas públicas como o “Estado implantando um projeto de governo, através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

Já Mehedeff (2002), diz que as políticas públicas podem ser descritas como o processo de decisão, no qual são estabelecidos os princípios, prioridades e diretrizes que organizam os serviços de diferentes áreas que influenciam na qualidade de vida do cidadão, e desta forma está em constante processo de mudança e aperfeiçoamento.

2.5 Diretrizes Estratégicas do PPA 2010-2013 do Município de Curitiba

A Lei 13.378 de 11 de dezembro de 2009, dispõe sobre o Plano Plurianual referente ao período 2010/2013, para o Município de Curitiba e tem por objetivo:

Consolidar a criação de um novo ciclo de desenvolvimento socioeconômico regido pelos princípios da sustentabilidade, com respeito, austeridade, ética, transparência e o diálogo com os cidadãos, a iniciativa privada, as entidades representativas e as cidades que partilham com Curitiba o desafio de garantir mais qualidade de vida e menos desigualdade regional para todas as populações da Região Metropolitana.

No Anexo I, da referida Lei, está apresentado as Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual para o quadriênio 2010-2013 do Município de Curitiba, que teve como meta mobilizadora fundamental, a melhor qualidade de vida de toda a população.

O Plano norteia seus princípios gerais em dois grandes propósitos:

- **Desenvolvimento econômico e social:** investimentos em transporte público, infraestrutura viária, educação e saúde – assim como os programas ligados à proteção social, habitação e segurança alimentar.
- **Desenvolvimento ambiental:** tem como principal ação institucional o Programa Biocidade. Este programa reveste-se de iniciativas integradas, associadas à recuperação e preservação de rios e córregos, educação, moradia de interesse social, esporte e lazer.

As políticas públicas do Município foram definidas em cinco eixos estratégicos:

- **Morar:** promover a qualidade do espaço urbano;
- **Cuidar:** promover o desenvolvimento do capital humano e social na busca da justiça social;
- **Trabalhar:** criar oportunidades e ambientes favoráveis ao desenvolvimento, num enfoque multidimensional;
- **Aprender:** desenvolver o capital intelectual para além da escolaridade formal, sob a ótica da sociedade do conhecimento;
- **Viver:** dinamizar a cidade a partir da cultura, do esporte e do lazer, com a finalidade de agregar valor à vida do cidadão na cidade.

O PPA 2010-2013 apontou que o Município continuará investindo em educação e saúde acima dos pisos constitucionais (25% e 15% das receitas correntes, respectivamente), por perceber que esses setores são prioritários no contexto do plano de governo, tendo como prioridades:

- **Educação:** melhor qualidade de ensino, capacitação profissional, atualização didático-pedagógica, ampliação do Programa Comunidade-Escola e oferta de novas vagas na educação fundamental e educação infantil.
- **Saúde:** construção do Hospital do Idoso e abertura de novas unidades básicas.

A Moradia Popular também é prioridade deste Plano, concentrando-se em três frentes: urbanização de áreas degradadas, relocação de famílias que habitam áreas de proteção ambiental ou sujeitas a inundações e regularização fundiária.

A construção da Linha Verde, que teve sua primeira etapa concluída no quadriênio 2006-2009, prosseguirá com as obras da Linha Verde-Norte, neste período do PPA 2010-2013.

Para o transporte público, o PPA prevê reformas e ampliações de estações e terminais, a fim de melhorar ainda mais sua acessibilidade, conforto e segurança, pois a escolha da cidade de Curitiba, como uma das sedes da Copa 2014, apresenta um cenário de oportunidades para a modernização da infraestrutura viária.

3. METODOLOGIA

Este trabalho científico é designado de Monografia, pois conforme Severino (2007, p. 200) *apud* Prodanov e Freitas (2013, p.155), “monografia é aquele trabalho que reduz sua abordagem a um único assunto, a um único problema, com um tratamento especificado”. Dessa forma, “O trabalho monográfico caracteriza-se mais pela unicidade e delimitação do tema e pela profundidade do tratamento do que por sua eventual extensão, generalidade ou seu valor didático” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p.155).

E falando em trabalho científico, Marconi e Lakatos (2003) entende Ciência como uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar, caracterizando-se pela utilização de métodos científicos.

Por sua vez, Prodanov e Freitas (2013) definem que método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que devemos aplicar na verificação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa.

E este processo de pesquisa, pode ser denominado de Metodologia, a qual pode ser compreendida, segundo Prodanov e Freitas (2013) como uma especialidade que versa sobre estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica, examinando, descrevendo e avaliando métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação.

Dessa forma, entende-se que Metodologia é o conjunto de técnicas e procedimentos a ser utilizado para realizar as investigações e definir o modo de fazer a pesquisa, propiciando assim, alcançar os objetivos almejados.

Sendo assim, para resolver o problema deste estudo, a abordagem da pesquisa é de natureza qualitativa, pois segundo Prodanov e Freitas (2013, p.70), está abordagem “não utiliza dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades”.

Kauark, Manhães e Medeiros (2010) afirmam que na pesquisa qualitativa existe um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números, no qual a interpretação dos fenômenos e a

atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Sendo que o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Os exploradores tendem a analisar seus dados indutivamente.

Para atender os objetivos, será aplicada a pesquisa do tipo exploratória, que segundo Marconi e Lakatos (2003) tem por objetivo a formulação de questões ou de um problema, com a finalidade de desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno e esclarecer conceitos.

Pesquisa Exploratória: objetiva a maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito, ou à construção de hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso (KAUARK, MANHÃES E MEDEIROS, 2010, p.28)

Como afirmado por Kauark, Manhães e Medeiros (2010), os procedimentos técnicos utilizados serão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica, conforme Marconi e Lakatos (2003, p.157) “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Sendo assim, utilizou-se livros, artigos científicos, dissertações e demais trabalhos acadêmicos, legislações e informações disponíveis em sites institucionais.

A pesquisa documental, segundo Prodanov e Freitas (2013), fundamenta-se em materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Marconi e Lakatos (2003, p.174) colocam que a “característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

Na pesquisa documental utilizou-se a Lei Municipal de Curitiba nº 13.378, de 11 de dezembro de 2009 que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2010/2013” e todos os seus anexos: Anexo I - Diretrizes e Estratégias do Plano Plurianual, Anexo II - Programas Finalísticos e Anexo III - Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais e; as despesas empenhadas e liquidadas, no período de 2010 a 2013, do Município de Curitiba, disponíveis no Portal da Transparência, constante no sítio da internet, da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Acessando o link www.transparencia.curitiba.pr.gov.br é possível acessar o

Portal da Transparência, que foi criado pela Prefeitura de Curitiba, possibilitando que o cidadão acompanhe e fiscalize a aplicação dos recursos públicos do Município, conforme a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e Decreto nº 7185, de 27 de maio de 2010. Neste Portal, os interessados podem tomar conhecimento do quanto é arrecadado (receitas) e em quais Programas a Prefeitura está investindo (despesas). As despesas são todos os gastos feitos pela Prefeitura, efetuadas por suas Secretarias, Fundações, Fundos e Institutos.

Na realização desta pesquisa, delimitou-se em coletar os dados apenas das DESPESAS, pois conforme (Kauark, Manhães e Medeiros, 2010, p.51), “a delimitação do escopo permite trabalhar de maneira focada, obtendo dados relevantes dentro do tempo delimitado para a execução da pesquisa.

Para coletar os dados seguiu-se o seguinte roteiro:

- 1º Passo: Selecionar a opção “Valor Empenhado” ou “Valor Liquidado”.
- 2º Passo: Selecionar o ano, depois a opção “Todos os meses” e depois a opção “Todos os dias”.
- 3º Passo: Escolher a opção “Despesa por Função/SubFunção/Programa/Ação/Fonte”.

Este procedimento foi realizado ano a ano, de 2010 a 2013, primeiramente coletando os dados pelo “Valor Empenhado” e depois pelo “Valor Liquidado”. Para obter as informações, é necessário selecionar a “Função”, depois a “SubFunção”, depois o “Programa” e assim chega até as “Ações”.

Disponibilizados no formato de planilha, estes dados coletados serão copiados e colados em uma planilha do sistema *Microsoft Office Excel*. Os dados coletados devem ser alterados para o formato de “número” para que se possa fazer os cálculos necessários.

Ressalta-se que o Portal da Transparência dificulta a coleta das informações, pois ao finalizar a coleta de dados de uma tela, precisa-se voltar a tela anterior. Este procedimento faz com que o site leve o usuário para a tela inicial, e desta forma deve-se selecionar novamente o período, o item “Despesa por Função/SubFunção/Programa/Ação/Fonte”, selecionar a opção “Valor Empenhado” ou “Valor Liquidado” e novamente iniciar as seleções: “Função”, depois a “SubFunção”, depois o “Programa”, até chegar nas ações.

Após a coleta dos dados no Portal da Transparência e tendo em vista que a

Prefeitura Municipal não dispõe da Lei em arquivo digital (compatível com o *Excel*), realizou-se a inclusão manual dos valores financeiros planejados na Lei 13.378, de 11 de dezembro de 2009, na planilha de *Excel*. Após a inserção dos valores, efetivou-se a conferência da digitação dos valores e percebeu-se que em quatro Programas, a soma dos valores constantes na Lei estavam incompatíveis: “Programa de Operações Especiais”, “Programa Fomento ao Desenvolvimento Econômico e ao Negócio”, “Programa Moro Aqui” e “Programa Planejamento Urbano e Infraestrutura”.

Na sequência, efetuou-se a inclusão das fórmulas abaixo, em cada ano e no montante total do Plano, a fim de facilitar a análise das ações executadas:

= Valor Empenhado Anual (VEA) / Plano Plurianual (PPA)

= Valor Liquidado Anual (VLA) / Plano Plurianual (PPA)

A planilha foi ordenada pelos Programas em ordem alfabética, e após a finalização deste trabalho elaborou-se as Tabelas, constantes na sequência deste trabalho.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE

Curitiba está acostumada aos movimentos de expansão populacional, afirma Souza (2001), pois depois de um fluxo migratório de europeus no final do Século XIX e início do Século XX, a cidade vem recebendo, desde a década de 1950, um grande número de migrantes vindos do interior do Estado e de outras regiões do Brasil, resultado da industrialização urbana e da modernização agrícola.

O Município de Curitiba nas últimas décadas, em sua administração pública municipal, apontam Braum e Muller (2014), está desenvolvendo um modelo de gestão pública com foco em resultados, buscando realizar ações estratégicas prioritárias que melhorem a qualidade de vida da população.

Para tanto, é necessário planejar, e este planejamento acontece com o desenvolvimento do Plano Plurianual, que conforme Vainer, Albuquerque e Garson (2001) define as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Estas despesas serão planejadas através das ações que integrarão os Programas do Plano.

O PPA do Município de Curitiba, relativo ao Quadriênio 2010-2013 foi aprovado por meio da Lei Municipal 13.387, de 11 de dezembro de 2009. O desenvolvimento dos programas se deu neste período e os valores das despesas com as ações estão disponibilizadas, no sítio da internet da Prefeitura Municipal, atendendo a Lei de Transparência Pública e da Responsabilidade Fiscal.

Realizando a coleta dos dados das informações disponíveis no Portal e relacionando com a Lei 13.378/2009, obteve-se os resultados da execução financeira do planejamento.

4.1 Programas Finalísticos

Programa Finalístico, foi definido por Brasil (2008), que “pela sua implementação são ofertados bens e serviços diretamente à sociedade e são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores”

A seguir estão apresentados os Programas Finalísticos do Município de Curitiba, planejados para o PPA 2010-2013.

4.1.1 Programa Ação Social

O Programa Ação Social teve por objetivo “prover proteção social à população em situação de risco e vulnerabilidade, acompanhá-la em programas de inclusão social e promover a sua emancipação”. O público alvo deste programa são as famílias identificadas pelo índice de vulnerabilidade social e as famílias em situação de risco, atendidos pela Fundação de Ação Social. A representação anual das despesas planejadas, empenhadas e liquidadas com este programa está elencada na Tabela 1.

TABELA 1 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA AÇÃO SOCIAL

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	106.743.000	63.659.199	50.813.235	59,64%	47,60%
2011	111.890.000	53.361.830	48.920.750	47,69%	43,72%
2012	116.394.000	62.795.446	55.995.802	53,95%	48,11%
2013	120.265.000	155.356.553	128.296.169	129,18%	106,68%
TOTAL	455.292.000	335.173.028	284.025.956	73,62%	62,38%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

No ano de 2010, a Prefeitura Municipal empenhou quase 60,00% das despesas previstas para este programa, no entanto não chegou a liquidar 50,00% dos valores planejados.

Estes resultados se devem a inexecução de algumas ações, como: "desenvolvimento e execução de ações de atendimento ao portador de deficiência", "construção de unidades de atendimento social", "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de políticas destinadas às mulheres" e "reforma e reconstrução de liceu de ofícios".

Em contrapartida, algumas ações tiveram mais de 200,00% das despesas liquidadas em relação ao planejamento: "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente, visando o atendimento à criança e ao adolescente" e "complementação de obras da área de geração de trabalho e renda e social, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente".

Em 2011, a liquidação das despesas foi ainda inferior ao ano anterior, atingindo apenas 43,72% das despesas planejadas, pois diversas ações não foram

executadas, como: "desenvolvimento e execução de ações de atendimento ao portador de deficiência", "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de políticas destinadas às mulheres" e "promoção de assistência geral ao servidor, conforme legislação em vigor.

No entanto, a ação "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de assistência à criança e ao adolescente" foi executada em quase 220,00% em relação ao planejamento.

Em 2012, dos R\$ 116.000.000,00 previstos para executar o Programa Ação Social, apenas 53,95% das ações foram empenhadas e 48,11% foram liquidadas.

Estes resultados se devem as ações que não foram executadas, como: "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de políticas destinadas às mulheres", "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população" e "manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais". Porém duas ações tiveram a execução superior a 300,00%: "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente, visando o atendimento à criança e ao adolescente" e "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de assistência social".

Já no último ano do Plano, 129,18% das ações foram empenhadas e 106,68% das ações foram liquidadas. Este resultado é devido às inúmeras ações que foram executadas em mais de 200,00% em relação ao planejamento: "desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente", "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de assistência social" e "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de assistência à criança e ao adolescente".

Este programa, durante o plano, teve 73,62% das ações empenhadas e liquidou 62,38% das suas ações planejadas. O Município não executou diversas ações: "construção de unidades de atendimento social", "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de políticas destinadas às mulheres", "construção, reconstrução e reforma de liceu de ofícios", "construção de centros de referência de assistência social – CRAS" e "execução de

ações de desenvolvimento social - BID III". No entanto, as ações planejadas para "complementação de obras da área de geração de trabalho e renda e da área social, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", foram liquidadas em mais de 1.000,00% em relação ao planejamento.

4.1.2 Programa Bom Governo

Este Programa foi desenvolvido para dar suporte aos cinco eixos estratégicos, no qual o Objetivo do Governo consistiu em "promover sempre mais a capacidade de governar, buscando a qualidade e a agilidade dos serviços, em sintonia com o cidadão, com as demandas da sociedade, buscando resultados que impactem na melhoria da qualidade de vida da população".

O objetivo do Programa Bom Governo foi "promover a melhoria sistêmica da gestão do governo local", tendo como público alvo: todos os órgãos da administração direta e indireta do Município.

A totalização das despesas planejadas, empenhadas e liquidadas para este programa, estão demonstrados na Tabela 2.

TABELA 2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA BOM GOVERNO

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	31.083.000	28.661.968	27.693.352	92,21%	89,09%
2011	32.479.000	35.060.652	34.255.661	107,95%	105,47%
2012	33.939.000	48.069.031	41.164.216	141,63%	121,29%
2013	35.466.000	45.235.126	43.545.296	127,55%	122,78%
TOTAL	132.967.000	157.026.777	146.658.524	118,09%	110,30%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

As ações do Programa Bom Governo foram empenhadas em 92,21% e liquidadas em 89,09%, em relação ao planejado para o ano de 2010. Todas as ações foram executadas. A ação que teve o menor percentual de liquidação foi "coordenação da gestão de tecnologia da informação interna e externa" no qual foi liquidada em apenas 15,41%. Entretanto três ações foram liquidadas em mais de 100,00%: "execução dos serviços administrativos das regionais", "planejamento, desenvolvimento, capacitação dos servidores e assessoria da gestão pública" e

"aquisição e reposição de equipamentos e material permanente".

Em 2011, 107,95% das ações foram empenhadas e 105,47% das ações foram liquidadas. A ação com menor percentual de execução foi a mesmo do ano anterior, com apenas 5,40% de liquidação em relação ao planejado. Já, diversas ações foram liquidadas em mais de 100,00%, sendo que a ação “planejamento, desenvolvimento, capacitação dos servidores e assessoria da gestão pública” atingiu 122,84% de liquidação.

Em 2012 a execução deste programa foi ainda superior que a dos anos anteriores, empenhando 141,63% das suas ações e liquidando 121,29% das despesas previstas. Planejou-se gastar R\$ 797.000,00 com a ação “coordenação da gestão de tecnologia da informação interna e externa”, no entanto liquidou-se apenas R\$ 11.491,00. Porém, inúmeras ações foram liquidadas em mais de 100,00%: "execução dos serviços administrativos das regionais", "planejamento, desenvolvimento, capacitação dos servidores e assessoria da gestão pública", "planejamento, desenvolvimento, capacitação dos servidores e assessoria da gestão pública", "coordenação das atividades relacionadas ao sistema de controle interno do município", "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente" e "execução e controle da política do uso do solo e fiscalização, de acordo com a legislação em vigor".

No último ano da execução do PPA, o Programa Bom Governo teve 122,78% das suas despesas liquidadas, percentual este superior aos anos anteriores. A única ação não executada neste ano foi “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, já todas as demais ações foram liquidadas em mais de 90,00%, no qual a ação “execução e controle da política do uso do solo e fiscalização, de acordo com a legislação em vigor” foi liquidada em 148,33%.

Na elaboração do PPA 2010-2013 estimou-se gastar R\$ 132.967.000,00 com o Programa Bom Governo, no entanto empenhou-se R\$ 157.026.777,00 e liquidou-se R\$ 146.658.524,00, atingindo 118,09% e 110,30% respectivamente. No entanto, a ação “coordenação da gestão de tecnologia da informação interna e externa” foi liquidada em apenas 5,25% em relação ao planejado.

4.1.3 Programa Comunidade

O Programa Comunidade foi planejado para atender a população residente

em Curitiba e teve por objetivo “realizar programas multissetoriais integrados com bases territoriais, definidas a partir de vulnerabilidades sociais e de potencialidades locais para o desenvolvimento integral das comunidades”.

O planejamento financeiro para execução das ações, o valor total das despesas empenhadas e das despesas liquidadas para este programa, estão relacionados na Tabela 3.

TABELA 3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA COMUNIDADE

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/ PPA	VLA/ PPA
2010	768.000	577.080	571.778	75,14%	74,45%
2011	804.000	701.071	699.861	87,20%	87,05%
2012	837.000	998.026	853.626	119,24%	101,99%
2013	875.000	763.208	761.969	87,22%	87,08%
TOTAL	3.284.000	3.039.385	2.887.234	92,55%	87,92%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, o Município de Curitiba liquidou apenas 74,45% das ações planejadas no PPA, para o Programa Comunidade. A única ação executada foi “planejamento e coordenação da política de alistamento militar” e as demais ações não foram cumpridas: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente” e “promoção do desenvolvimento multissetorial de comunidades locais”.

No 2º ano da execução do plano, este programa liquidou 87,05% das despesas previstas no plano. A ação “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente” atingiu 31,40% das despesas programadas e a ação “planejamento e coordenação da política de alistamento militar” superou o planejado, com a liquidação de 104,83% das despesas, no entanto, novamente a ação “promoção do desenvolvimento multissetorial de comunidades locais” não foi executada.

No ano seguinte, o programa comunidade atingiu quase 102,00% das despesas liquidadas em relação às despesas planejadas. A ação “promoção do desenvolvimento multissetorial de comunidades locais” também não foi executada neste ano. A ação “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”

foi liquidada em apenas 25,48%, já a ação “planejamento e coordenação da política de alistamento militar” foi empenhada em 143,38% e liquidada em 122,60%.

Em 2013, último ano do PPA, este programa liquidou apenas 87,08% das despesas. Para a ação “promoção do desenvolvimento multissetorial de comunidades locais” foi planejado gastar R\$ 143.000,00, no entanto só foi liquidado R\$ 1.223,00. Com a ação “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente” foi liquidada 53,48% das despesas, já com a ação “planejamento e coordenação da política de alistamento militar” foi liquidada quase 105,00% das despesas planejadas.

Na elaboração do Plano, foram destinados recursos no montante de R\$ 3.293.000,00 para o Programa Comunidade. Durante os quatro anos, foram gastos R\$ 2.887.234,00 para a execução das ações previstas. A ação com maior percentual de liquidação foi “planejamento e coordenação da política de alistamento militar” com 105,67% e a ação com menor liquidação foi “promoção do desenvolvimento multissetorial de comunidades locais” com apenas 0,23% do montante planejado.

4.1.4 Programa Comunidade Escola

Destinado à atender a população em geral, o PPA 2010-2013, definiu como objetivo do Programa Comunidade Escola, “promover as escolas municipais como espaços abertos de conhecimento e irradiação da vida da comunidade, ampliando a diversidade das ações e o tempo de utilização das escolas”.

Na Tabela 4, estão representados os valores planejados, bem como os executados, para a implementação deste Programa.

TABELA 4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/ PPA	VLA/ PPA
2010	3.699.000	1.342.616	1.183.365	36,30%	31,99%
2011	3.866.000	3.191.468	2.201.107	82,55%	56,94%
2012	4.039.000	2.443.807	2.069.030	60,51%	51,23%
2013	4.220.000	1.806.839	573.603	42,82%	13,59%
TOTAL	15.824.000	8.784.730	6.027.105	55,52%	38,09%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

No ano de 2010, dos R\$ 3.699.000,00 planejados para gastar com as ações deste Programa, foram liquidados apenas 31,99% em relação às despesas programadas. Com a ação “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente” foram liquidados apenas 0,20% das despesas em relação ao planejado, com a ação “desenvolvimento de ações socioeducativas para a população, nos equipamentos de educação básica, na rede municipal” liquidou-se 27,86% das despesas programadas. No entanto, com a ação “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de assistência comunitária”, a gestão municipal empenhou 134,38% das despesas e conseguiu liquidar 122,97% das despesas, para execução do Programa.

No ano seguinte, a Prefeitura Municipal conseguiu um desempenho melhor, no Programa Comunidade Escola, liquidando 56,94% das ações programadas. Para a ação “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente, visando o atendimento à criança e ao adolescente” programou-se gastar R\$ 199.000,00, no entanto empenhou-se apenas 17,15% e não liquidou nenhuma despesa. Com a ação “desenvolvimento de ações socioeducativas para a população, nos equipamentos de educação básica, na rede municipal” conseguiu liquidar 44,62% das despesas planejadas. Neste ano, novamente a ação “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de assistência comunitária” teve um melhor resultado, liquidando quase 165,00% das despesas. A ação “desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente” não estava programada no Plano, mas sua despesa foi liquidada em R\$ 294.008,00.

Em 2012, as despesas para este Programa, foram liquidadas em pouco mais de 50,00%. Com a ação “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente, visando o atendimento à criança e ao adolescente”, foi planejado gastar R\$ 207.000,00, porém não foi liquidado nenhum valor. Em contrapartida, a ação “desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente” não foi planejada no PPA, no entanto, foi liquidada em R\$ 528.881,00. A ação “desenvolvimento de ações socioeducativas para a população, nos equipamentos de educação básica, na rede municipal” teve suas despesas liquidadas em 36,01% em relação à programação e como nos anos anteriores, a ação “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área

de assistência comunitária”, foi liquidada em mais de 100,00%.

No último ano da execução do PPA, o percentual de cumprimento do Programa Comunidade Escola foi inferior em relação aos anos anteriores. A ação “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente, visando o atendimento à criança e ao adolescente” não foi liquidada, mesmo tendo destinado R\$ 217.000,00 para esta despesa na elaboração do Plano. Já a ação “desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente” que não foi planejada, foi liquidada em R\$ 199.544,00. Para a ação “desenvolvimento de ações socioeducativas para a população, nos equipamentos de educação básica, na rede municipal” foi liquidado apenas 0,16% dos R\$ 3.757.000,00 planejados. Em contrapartida, foram liquidadas em 115,90% as despesas com a ação “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de assistência comunitária”. Como este período foi o primeiro ano do mandato da nova gestão, foram liquidados R\$ 82.944,00 com a ação “despesas da gestão anterior”, que não estava relacionada no PPA.

No geral, este programa teve um desempenho de apenas 38,09%, contrariando o planejamento, pois a Gestão municipal almejou ampliar o Programa Comunidade Escola. A liquidação da ação “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente, visando o atendimento à criança e ao adolescente” foi de apenas 0,05%. Para a ação “desenvolvimento de ações socioeducativas para a população, nos equipamentos de educação básica, na rede municipal” conseguiu liquidar 26,65%. Como resultado dos quatro anos, com um bom percentual de execução, a ação “desenvolvimento de ações socioeducativas para a população, nos equipamentos de educação básica, na rede municipal” conclui o Plano com quase 127,00% da liquidação das despesas. E a ação “desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente” que não estava relacionada no PPA, liquidou durante o período o montante de R\$ 1.022.433,00.

4.1.5 Programa Copa 2014

O Programa Copa 2014 teve por objetivo "preparar a cidade de Curitiba para a Copa 2014", visando atender população em geral.

A Tabela 5 apresenta o resultado da execução financeira deste programa,

demonstrando anualmente os valores planejados e os valores executados.

TABELA 5 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
2010 - 2013: PROGRAMA COPA 2014

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	15.298.000	5.280.848	1.796.367	34,52%	11,74%
2011	14.598.000	14.139.135	10.650.953	96,86%	72,96%
2012	15.255.000	55.101.055	37.406.939	361,20%	245,21%
2013	15.942.000	317.707.706	171.273.592	1992,90%	1074,35%
TOTAL	61.093.000	392.228.743	221.127.850	642,02%	361,95%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

No ano de 2010, o Município empenhou 34,52% das ações programadas e liquidou apenas 11,74%. Na execução da ação “elaboração de estudos, projetos e planos - Copa 2014” liquidou-se 27,55%; na execução da ação “execução da ligação urbana Água Verde/Bigorrilho” liquidou-se 21,73% e; na execução da ação “revitalização da Avenida Marechal Floriano Peixoto” liquidou-se apenas 2,34% das despesas programadas.

No ano seguinte, o percentual de liquidação das ações foi muito superior ao do primeiro ano do Plano, empenhando quase 97,00% das ações e liquidando 72,96% das despesas planejadas. Para a execução da ação “elaboração de estudos, projetos e planos - Copa 2014” as despesas foram liquidadas em 355,10%. A ação “execução da ligação urbana Água Verde/Bigorrilho” teve suas despesas liquidadas em 142,19% e; na ação “revitalização da Avenida Marechal Floriano Peixoto”, 146,19% das despesas foram liquidadas. Em contrapartida, foram destinados R\$ 8.223.000,00 para a ação “revitalização de vias com pavimentação definitiva”, no entanto esta ação não foi executada.

No 3º ano da execução do PPA, o Município conseguiu liquidar 245,21% das despesas deste Programa, no qual foram liquidadas as duas ações programadas: a ação “elaboração de estudos, projetos e planos - Copa 2014” foi liquidada em apenas 20,23%, já a ação “revitalização de vias com pavimentação definitiva” foi liquidada em 75,81%. Diversas ações não estavam programadas no Plano, mas foram executadas: “implantação de obras de infraestrutura e melhorias no município - Copa 2014”, “execução da ligação Aeroporto/Rodoferroviária”, “execução da ligação urbana Água Verde/Bigorrilho”, “execução de obras de extensão da Linha Verde Sul - Pinheirinho/Contorno Sul”, “execução de obras de reforma da

Rodoferroviária”, “execução de obras de reforma e ampliação do Terminal Santa Cândida”, “implantação do sistema integrado de mobilidade”, “realização de supervisão e gerenciamento de obras” e “revitalização da Avenida Marechal Floriano Peixoto”.

Em 2013, ano que antecedeu a Copa 2014, as ações foram liquidadas em 1074,35%, no qual a ação “elaboração de estudos, projetos e planos - Copa 2014” foi liquidada em 7,87% e a ação “revitalização de vias com pavimentação definitiva” foi liquidada em mais de 105,00%. Como no ano anterior, diversas ações não foram planejadas na elaboração do PPA, porém foram executadas: “despesas da gestão anterior”, “implantação de obras de infraestrutura e melhorias no município - Copa 2014”, “execução da ligação Aeroporto/Rodoferroviária”, “execução de obras de extensão da Linha Verde Sul - Pinheirinho/Contorno Sul”, “execução de obras de reforma da Rodoferroviária”, “execução de obras de reforma e ampliação do Terminal Santa Cândida”, “implantação do sistema integrado de mobilidade”, “realização de supervisão e gerenciamento de obras” e “revitalização da Avenida Marechal Floriano Peixoto”.

Nas Diretrizes Estratégicas, o Município de Curitiba, afirmou que a remodelação da Avenida Marechal Floriano Peixoto vai reduzir o tempo de viagem entre o Centro e o Boqueirão. A Gestão municipal conseguiu liquidar a ação “revitalização da Avenida Marechal Floriano Peixoto” em 164,76%.

Na elaboração do PPA, a gestão municipal estimou que seriam gastos R\$ 61.093.000,00 com o Programa Copa 2014, no entanto as despesas liquidadas somam o montante de R\$ 221.127.850,00, equivalente a 361,95% em relação ao planejamento.

4.1.6 Programa Cultura Curitibana

O Programa Cultura Curitibana apresentou como objetivo “consolidar a Política Municipal de Cultura, com gestão profissionalizada, para melhorar a vida das pessoas e da cidade”, destinado a população em geral.

Consta na Tabela 6, os valores planejados, bem como os empenhados e liquidados, para execução das ações, contempladas por este programa.

TABELA 6 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA CULTURA CURITIBANA

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/ PPA	VLA/ PPA
2010	30.683.000	20.992.792	18.799.374	68,42%	61,27%
2011	31.990.000	5.110.313	4.916.751	15,97%	15,37%
2012	32.049.000	13.353.284	11.981.193	41,67%	37,38%
2013	30.151.000	19.955.971	17.081.995	66,19%	56,65%
TOTAL	124.873.000	59.412.360	52.779.313	47,58%	42,27%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, as despesas programadas foram empenhadas em 68,42% e 61,27% das despesas foram liquidadas. As ações “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população”, “desenvolvimento de programas de promoção e difusão de atividades artísticas e culturais, proteção ao patrimônio histórico, artístico e cultural” e “promoção e difusão das atividades artístico-culturais, de lazer e entretenimento” foram liquidadas em mais de 100,00%. No entanto, as ações “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente” e “implantação de espaços culturais” foram liquidadas em menos de 10,00%. Além destas ações, que tiveram baixo percentual de execução, outras ações não foram executadas: “promoção e fomento da participação pública e privada, no financiamento de projetos, com recursos originários da lei municipal de incentivo à cultura”, “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área da cultura”, “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de cultura” e “reforma de espaços culturais”.

No ano de 2011, a execução financeira do Programa Cultura Curitiba foi muito inferior ao primeiro ano do Plano, com apenas 15,37% das despesas liquidadas. A ação “promoção e difusão das atividades artístico-culturais, de lazer e entretenimento” foi liquidada em 111,04%. Já as ações “desenvolvimento de programas de promoção e difusão de atividades artísticas e culturais, proteção ao patrimônio histórico, artístico e cultural”, “reforma de espaços culturais” e “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente” foram liquidadas em menos de 2,00%. As demais ações não foram executadas.

Em 2012, o desempenho das ações foi superior ao ano anterior, mas a

liquidação das despesas foi inferior a 40,00%. A ação “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área da cultura” foi liquidada em mais de 210,00% e a ação “promoção e difusão das atividades artístico-culturais, de lazer e entretenimento” atingiu 160,00% de liquidação. Já a ação “promoção e fomento da participação pública e privada, no financiamento de projetos, com recursos originários da lei municipal de incentivo à cultura” teve menos de 25,00% das despesas liquidadas. Todavia a ação “desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente” foi liquidada em R\$ 1.183.137,00, mas não foi planejada na elaboração do Plano.

No último ano do cumprimento do PPA, as despesas do Programa Cultura Curitiba foram liquidadas em 56,65%. A ação com maior índice de liquidação foi: “desenvolvimento de programas de promoção e difusão de atividades artísticas e culturais, proteção ao patrimônio histórico, artístico e cultural” com 87,54%; outras despesas, como: “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população”, “promoção e fomento da participação pública e privada, no financiamento de projetos, com recursos originários da lei municipal de incentivo à cultura” e “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente” foram liquidadas em menos de 40,00%. No entanto, algumas ações não foram planejadas, mas foram executadas: “desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente” e “implantação do sistema municipal de defesa do consumidor – PROCON”.

Durante a execução do PPA 2010-2013, a gestão municipal não conseguiu atingir 50,00% da liquidação das despesas do Programa Cultura Curitiba.

4.1.7 Programa Curitiba Saúde

A gestão municipal definiu como público alvo para o Programa Curitiba Saúde, a população em geral e apontou como objetivo: "promover a adoção de estilos de vida saudáveis pela população curitibana, com ênfase na promoção da saúde. Prevenir a ocorrência de agravos, danos e riscos à saúde da população curitibana. Melhorar o acesso e a qualidade da assistência à saúde em todos os níveis de atenção, voltadas para a população curitibana".

Os resultados da execução financeira deste programa está elencado na

Tabela 7, a qual apresenta o valor das despesas planejadas, empenhadas e liquidadas.

TABELA 7 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA CURITIBA SAÚDE

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	823.595.000	900.290.060	833.800.875	109,31%	101,24%
2011	861.915.000	1.014.106.089	945.865.367	117,66%	109,74%
2012	900.369.000	1.234.204.071	1.125.473.345	137,08%	125,00%
2013	939.482.000	1.510.182.321	1.307.389.887	160,75%	139,16%
TOTAL	3.525.361.000	4.658.782.541	4.212.529.474	132,15%	119,49%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Para 2010, foi planejado gastar R\$ 823.595.000,00 com o Programa Curitiba Saúde, e o município conseguir atingir o objetivo em 101,24%. No entanto, diversas ações foram liquidadas em menos de 30,00% em relação ao planejamento: “ampliação de equipamentos de saúde”, “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “conservação e manutenção dos próprios municipais, destinados à área de saúde”, “construção de equipamentos de saúde”, “construção de unidades de saúde”, “reconstrução de equipamentos de saúde”, “reforma de equipamentos de saúde” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de saúde”. Todavia, a ação “complementação de obras da área de saúde, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente” foi liquidada 2.149,65%, isto é, foi planejado gastar R\$ 200.000,00 com esta ação, porém foram gastos R\$ 4.299.300,00. Além do mais, a ação “implantação de central de raio x” não foi planejada, porém foi liquidada no valor R\$ 97.816,00.

No segundo ano de execução do PPA, as ações foram liquidadas em quase 110,00%. Mas, inúmeras ações foram executadas em menos de 50,00%, como: “ampliação de equipamentos de saúde”, “conservação e manutenção dos próprios municipais, destinados à área de saúde”, “construção de equipamentos de saúde”, “construção de unidades de saúde”, “desapropriação de áreas para equipamentos de saúde”, “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população, referente à área de saúde”, “reconstrução de equipamentos de saúde”, “reforma de equipamentos de saúde” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos

às entidades privadas, que atuam na área de saúde”. Como no ano anterior, a ação “complementação de obras da área de saúde, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente” foi liquidada em mais de 230,00%. Entretanto, diversas ações não foram planejadas no momento da elaboração do Plano, mas foram executadas: “construção da Unidade de Saúde Vila Parolin”, “construção do Laboratório Municipal”, “divulgação de campanhas informativas e educativas de utilidade pública”, “elaboração de estudos, projetos e planos - Curitiba Saúde” e “implantação de central de raio x”.

No ano de 2012, a liquidação das ações foi de 125,00%. Portanto, algumas ações que foram programadas, não foram executadas: “ampliação de equipamentos de saúde”, “complementação de obras da área de saúde, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente”, “construção de unidades de saúde”, “desapropriação de áreas para equipamentos de saúde”, “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população, referente à área de saúde”, “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de saúde” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de saúde”. No entanto, quatro ações foram liquidadas em mais de 100,00%: “concessão de benefícios, conforme legislação em vigor”, “implementação e manutenção do controle epidemiológico e da política de saúde ambiental”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais” e “manutenção e implementação dos programas de saúde disponibilizados à população”.

No último ano da execução do PPA, a liquidação dos valores programados, para implementação das ações do Programa Curitiba Saúde, foi de quase 140,00%. Mas este percentual de execução não aconteceu com todas as ações, ou seja, cinco ações não foram liquidadas: “ampliação de equipamentos de saúde”, “complementação de obras da área de saúde, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente”, “construção de equipamentos de saúde”, “reforma de equipamentos de saúde”, “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de saúde”. Além disso, três ações tiveram o percentual de liquidação, inferior a 10,00%: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “divulgação das ações de governo e de

utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população, referente à área de saúde” e “reconstrução de equipamentos de saúde”. Todavia, várias ações foram liquidadas em mais de 100,00%: “concessão de benefícios, conforme legislação em vigor”, “conservação e manutenção dos próprios municipais, destinados à área de saúde”, “desapropriação de áreas para equipamentos de saúde”, “implementação e manutenção do controle epidemiológico e da política de saúde ambiental”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais” e “manutenção e implementação dos programas de saúde disponibilizados à população”. Como em 2013, iniciou uma nova equipe para a gestão municipal curitibana, foram liquidados quase R\$ 85.000.000,00 com “despesas da gestão anterior”.

Ao longo dos quatro anos, a gestão municipal conseguiu liquidar 119,49% das despesas programadas, para a realização do Programa Curitiba Saúde. Apenas duas ações planejadas não foram executadas: “ampliação de equipamentos de saúde” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de saúde”.

Este percentual de liquidação, reafirma o planejamento da Gestão municipal na preparação do PPA, no Anexo I – Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual, no qual aponta que a cidade continuaria investindo acima do piso constitucional de 15%, por entender que esse setor é um dos prioritários no contexto do plano de governo. Portanto, o Município se dispôs à abertura de novas unidades básicas, o que não se consolidou no momento da execução do Plano, pois a ação “construção de equipamentos de saúde” foi liquidada em 17,86% e a ação “construção de unidades de saúde” em 14,37%.

4.1.8 Programa Educação/ Expansão do Atendimento Educacional

O objetivo do Programa Educação/ Expansão do Atendimento Educacional é "ampliar o atendimento da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial". Este programa foi destinado a população de 0 a 5 anos com interesse na educação infantil, de 6 a 14 anos em idade escolar, jovens e adultos obrigatoriamente residentes em Curitiba.

Está demonstrado na Tabela 8, o valor planejado para a implementação das

ações, bem como o resultado da execução financeira deste programa ao longo dos quatro anos.

TABELA 8 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA EDUCAÇÃO/ EXPANSÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/ PPA	VLA/ PPA
2010	33.891.000	10.914.131	8.341.070	32,20%	24,61%
2011	35.416.000	30.251.219	19.192.212	85,42%	54,19%
2012	25.594.000	7.854.436	2.912.949	30,69%	11,38%
2013	26.744.000	18.909.076	2.202.174	70,70%	8,23%
TOTAL	121.645.000	67.928.862	32.648.405	55,84%	26,84%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, a liquidação das despesas deste programa foi de apenas 24,61% em relação ao valor planejado. Este resultado se deve a ações que estavam programadas, mas não foram realizadas: “ampliação de escolas municipais”, “complementação de desapropriações, iniciadas em anos anteriores, de forma judicial ou amigável”, “construção de centro municipal de atendimento especializado – CMAE”, “reforma de centros municipais de educação infantil – CMEIS” e “reforma de escolas municipais”. Além das ações que não foram realizadas, outras ações tiveram percentual de liquidação inferior a 6,00%: “ampliação de centros municipais de educação infantil – CMEIS”, “construção de centros municipais de educação infantil – CMEIS” e “construção de escolas municipais”. Todavia, outras três ações tiveram percentual de execução superior a 65,00%: “complementação de obras da área de educação básica, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente”, “construção de canchas cobertas em escolas municipais” e “implementação do sistema de descentralização para a educação básica”. Além destas ações, o município liquidou a ação “desapropriação de área para ampliação de escola municipal”, no valor de R\$ 407.000,00, a qual não foi programada no momento da elaboração do PPA.

No ano de 2011, a gestão municipal conseguiu liquidar quase 55,00% das ações programadas. Mas, determinadas ações foram planejadas e não foram executadas: “ampliação de centros municipais de educação infantil – CMEIS”, “ampliação de escolas municipais”, “complementação de desapropriações, iniciadas em anos anteriores, de forma judicial ou amigável” e “construção de escolas municipais”. Outras ações foram liquidadas com percentual inferior a 50,00% em

relação ao planejamento: “construção de canchas cobertas em escolas municipais”, “construção de centros municipais de educação infantil – CMEIS” e “reforma de escolas municipais”. A ação com maior percentual de liquidação foi “complementação de obras da área de educação básica, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente” com 2.508,39%. A ação “implementação do sistema de descentralização para a educação básica” foi liquidada em 179,83%” e a ação “reforma de centros municipais de educação infantil – CMEIS” foi liquidada em 59,27%. A ação “elaboração de estudos, projetos e planos - expansão do atendimento educacional” não foi planejada, mas a Município gastou R\$ 5.089,00 para executá-la.

No ano seguinte, o percentual de liquidação deste programa foi de apenas 11,38%, no qual sete ações programadas não foram executadas: “ampliação de centros municipais de educação infantil – CMEIS”, “ampliação de escolas municipais”, “complementação de desapropriações, iniciadas em anos anteriores, de forma judicial ou amigável”, “construção de canchas cobertas em escolas municipais”, “construção de escolas municipais” e “reforma de centros municipais de educação infantil – CMEIS”. A ação “construção de centros municipais de educação infantil – CMEIS” teve percentual de liquidação de apenas 0,25%. Entretanto, outras ações tiveram a liquidação das ações acima de 65,00%: “complementação de obras da área de educação básica, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente”, “implementação do sistema de descentralização para a educação básica” e “reforma de escolas municipais”.

Em 2013, a liquidação das ações foi ainda inferior que o ano anterior, com apenas 8,23%. Dentre as ações planejadas, inúmeras ações não foram liquidadas neste ano: “ampliação de centros municipais de educação infantil – CMEIS”, “ampliação de escolas municipais”, “complementação de desapropriações, iniciadas em anos anteriores, de forma judicial ou amigável”, “construção de canchas cobertas em escolas municipais”, “construção de centros municipais de educação infantil – CMEIS”, “construção de escolas municipais”, “reforma de centros municipais de educação infantil – CMEIS”. Outras duas ações foram liquidadas em menos de 20,00%: “complementação de obras da área de educação básica, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente” e “reforma de escolas municipais”. Todavia, a ação “implementação do sistema de descentralização para a

educação básica” foi liquidada em 163,33%.

Ao longo dos quatro anos da execução do PPA, as despesas do Programa Educação/ Expansão do Atendimento Educacional foram liquidadas em apenas 26,84%, em relação ao planejamento, devido à baixa execução das ações nos anos de 2010, 2012 e 2013. Este resultado contraria o planejamento, pois conforme apontado no Anexo I do PPA, estava previsto a oferta de novas vagas na educação fundamental e educação infantil.

4.1.9 Programa Educação/ Qualidade da Educação

O Programa Educação/ Qualidade da Educação teve como objetivo "melhorar os resultados do processo de aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Educação de Curitiba", destinado a atender estudantes da rede municipal de educação de Curitiba.

A Tabela 9, apresenta o resultado da execução financeira deste Programa, apresentando os valores planejados, empenhados e liquidados, bem como os percentuais em relação ao planejado versus o executado.

TABELA 9 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA EDUCAÇÃO/ QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/ PPA	VLA/ PPA
2010	630.017.000	686.685.690	670.091.406	108,99%	106,36%
2011	658.037.000	798.369.513	773.437.106	121,33%	117,54%
2012	687.778.000	1.033.973.522	936.957.525	150,34%	136,23%
2013	718.727.000	1.102.553.418	1.046.495.030	153,40%	145,60%
TOTAL	2.694.559.000	3.621.582.143	3.426.981.066	134,40%	127,18%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

O Programa Educação/ Qualidade da Educação apresentou um resultado muito diferente do Programa Educação/ Expansão do Atendimento Educacional, pois o percentual de liquidação das ações foi superior a 100,00% nos quatro anos.

No primeiro ano de execução do PPA, a liquidação das ações foi de 106,36%, no qual a maioria das ações teve o percentual de liquidação acima de 75,00%: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente para a educação básica”, “concessão de benefícios, conforme legislação em vigor”, “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas

informativas e educativas e outros meios de acesso à população, referente à educação básica”, “manutenção da educação básica, por meio da política municipal de ensino”, “manutenção da educação básica, por meio da política municipal de ensino, com recursos do FUNDEB - 40%”, “manutenção da educação básica, por meio da política municipal de ensino, com recursos do FUNDEB - 60%”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais”, “manutenção do sistema de descentralização para a educação básica” e “manutenção dos serviços de patrulhamento ostensivo, efetuado pela guarda municipal, na rede municipal de ensino básico”. As ações “capacitação do quadro de profissionais da educação” e “conservação e manutenção dos próprios municipais, destinados à educação básica” tiveram o percentual de liquidação entre 50,00% e 75,00% e somente as ações “gestão dos recursos destinados ao conselho municipal da educação” e “promoção da assistência geral ao servidor, conforme legislação em vigor” tiveram percentual de execução abaixo de 25,00%.

No ano seguinte, a execução das ações foi ainda superior ao do ano anterior, no qual as ações: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente para a educação básica”, “concessão de benefícios, conforme legislação em vigor”, “gestão dos recursos destinados ao conselho municipal da educação”, “manutenção da educação básica, por meio da política municipal de ensino”, “manutenção da educação básica, por meio da política municipal de ensino, com recursos do FUNDEB - 40%”, “manutenção da educação básica, por meio da política municipal de ensino, com recursos do FUNDEB - 60%”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais”, “manutenção do sistema de descentralização para a educação básica” e “manutenção dos serviços de patrulhamento ostensivo, efetuado pela guarda municipal, na rede municipal de ensino básico” obtiveram o percentual de liquidação superior a 80,00%. Apenas as ações: “capacitação do quadro de profissionais da educação”, “conservação e manutenção dos próprios municipais, destinados à educação básica”, “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população, referente à educação básica” e “promoção da assistência geral ao servidor, conforme legislação em vigor” tiveram um percentual de execução que variou entre 35,00% e 60,00%. Além destas ações liquidadas, a gestão municipal executou

outras ações que não foram planejadas, no qual foram gastos R\$ 1.543.943,00 como a ação “divulgação de campanhas informativas e educativas de utilidade pública” e R\$ 23.271.474,00 com a ação “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de educação”.

Foi planejado, para 2012, gastar com este Programa o montante de R\$ 687.778.000,00, no entanto o município conseguiu empenhar R\$ 1.033.973.522,00 e conseguiu liquidar R\$ 936.957.525,00, no qual apenas quatro ações ficaram com o percentual de execução abaixo de 50,00%: "capacitação do quadro de profissionais da educação", "conservação e manutenção dos próprios municipais, destinados à educação básica", "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população, referente à educação básica" e "promoção da assistência geral ao servidor, conforme legislação em vigor". A ação "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente para a educação básica" obteve o maior percentual de liquidação, com 833,11%.

No ano de 2013, a gestão municipal conseguiu executar 145,60% das despesas programadas, para este Programa. A ação com menor percentual de liquidação foi "capacitação do quadro de profissionais da educação", com 24,77%. Todavia, a maioria das ações foram executadas em mais de 80,00%: "capacitação do quadro de profissionais da educação", "concessão de benefícios, conforme legislação em vigor", "gestão dos recursos destinados ao conselho municipal da educação", "manutenção da educação básica, por meio da política municipal de ensino", "manutenção da educação básica, por meio da política municipal de ensino, com recursos do FUNDEB - 40%", "manutenção da educação básica, por meio da política municipal de ensino, com recursos do FUNDEB - 60%", "manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais" e "manutenção do sistema de descentralização para a educação básica", "manutenção dos serviços de patrulhamento ostensivo, efetuado pela guarda municipal, na rede municipal de ensino básico".

Avaliando os quatros anos do PPA, percebe-se que o Município liquidou 127,18% das despesas programadas para o Programa, no qual, além das ações previstas na elaboração do Plano, outras ações foram executadas, no montante total de R\$ 120.186.576,00: "amortização e encargos da dívida pública", "despesas da

gestão anterior", "divulgação de campanhas informativas e educativas de utilidade pública", "manutenção dos serviços de patrulhamento ostensivo, efetuado pela guarda municipal, na rede municipal de ensino básico" e "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de educação".

Este percentual de liquidação, condiz com o que a Gestão municipal se prontificou no momento da elaboração do Plano, no Anexo I – Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual, afirmando que a cidade continuaria investindo acima do piso constitucional de 25%, por entender que esse setor é um dos prioritários no contexto do plano de governo. O Município de dispôs, também, priorizar a capacitação profissional, porém na prática isto não aconteceu, no qual a ação “capacitação do quadro de profissionais da educação” foi liquidada em apenas 44,78% ao longo dos quatro anos.

4.1.10 Programa Esporte e Lazer

O Programa Esporte e Lazer foi planejado com o objetivo de "intensificar a promoção da prática do esporte, do lazer e da atividade física, oportunizando ao cidadão, o desenvolvimento de suas potencialidades e do seu bem estar", visando atender a população em geral.

Os valores destinados para a implementação das ações do Programa, bem como a sua execução financeira estão elencados na Tabela 10.

TABELA 10 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA ESPORTE E LAZER

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	20.915.000	22.201.321	21.662.295	106,15%	103,57%
2011	21.794.000	50.691.822	27.727.750	232,60%	127,23%
2012	26.718.000	35.158.522	26.926.129	131,59%	100,78%
2013	27.679.000	32.736.658	27.723.778	118,27%	100,16%
TOTAL	97.106.000	140.788.323	104.039.952	144,98%	107,14%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Para o ano de 2010, foi planejado gastar R\$ 20.915.000,00 com o Programa, no entanto a gestão municipal conseguiu liquidar 103,57% das ações. A ação "execução de obras de reforma e ampliação em equipamentos de esporte e lazer" foi

a única a não ser executada. As ações "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente" e "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acessos à população, referente ao esporte e lazer" foram executadas em menos de 40,00%. Já as demais ações foram liquidadas em mais de 80,00%: "manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais", "promoção, divulgação e incentivo de atividades esportivas, colocadas à disposição da população", "complementação de obras da área de esporte e lazer, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente" e "promoção e desenvolvimento de ações socioculturais de lazer e recreação".

No segundo ano da execução do PPA, o município empenhou 232,60% das despesas previstas, no entanto conseguiu liquidar apenas 127,23%. Duas ações não foram liquidadas: "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acessos à população, referente ao esporte e lazer" e "implantação de equipamentos de esporte e lazer". A ação "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente" foi executada em apenas 0,02%. As demais ações foram liquidadas em mais de 62,00%: "complementação de obras da área de esporte e lazer, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", "manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais", "promoção e desenvolvimento de ações socioculturais de lazer e recreação" e "promoção, divulgação e incentivo de atividades esportivas, colocadas à disposição da população". Outras três ações não foram planejadas durante a elaboração do Plano, porém foram executadas: a ação "construção de centros da juventude" no valor de R\$ 3.953.8289,00, a ação "construção de complexo poliesportivo" no valor de R\$ 367.882,00 e a ação "desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente" no montante de R\$ 56.796,00.

Em 2012, a execução do plano foi inferior ao do ano anterior, porém ultrapassou os 100,00%. Apenas duas ações não foram desempenhadas: "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acessos à população, referente ao esporte e lazer" e "execução de obras de reforma e ampliação em equipamentos de esporte e lazer". A ação "construção do Clube da Gente" foi executada em somente

7,64%, apesar de ter sido empenhada em 80,53%. As outras ações foram liquidadas em mais de 60,00%: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “complementação de obras da área de esporte e lazer, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente”, “implantação de equipamentos de esporte e lazer”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais”, “promoção e desenvolvimento de ações socioculturais de lazer e recreação” e “promoção, divulgação e incentivo de atividades esportivas, colocadas à disposição da população”. Além destas ações, foram gastos o montante de R\$ 537.114,00 com ações que não estavam previstas: “construção de complexo poliesportivo”, “desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente” e “execução de obras de reforma e ampliação em equipamentos de esporte e lazer”.

No último ano do PPA, a liquidação das despesas também superou os 100,00%, como no ano anterior, no qual três ações não foram realizadas: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acessos à população, referente ao esporte e lazer” e “execução de obras de reforma e ampliação em equipamentos de esporte e lazer”. Outras três ações foram liquidadas entre 33,00% e 66,00%: “construção do Clube da Gente”, “implantação de equipamentos de esporte e lazer” e “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais”. Já, as demais ações foram realizadas em mais de 100,00%: “complementação de obras da área de esporte e lazer, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente”, “promoção e desenvolvimento de ações socioculturais de lazer e recreação” e “promoção, divulgação e incentivo de atividades esportivas, colocadas à disposição da população”. Neste ano, foram gastos quase R\$ 490.000,00 com as “despesas da gestão anterior”.

Analisando o desempenho do Programa Esporte e Lazer ao longo dos quatro anos, percebe-se que as despesas foram liquidadas em 107,14%. A ação “complementação de obras da área de esporte e lazer, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente” foi executada em 7.743,31%, correspondente ao montante de R\$ 3.871.657,00. Além do mais, foram gastos R\$ 5.500.683,00, com ações que não estavam planejadas.

4.1.11 Programa Fomento ao Desenvolvimento Econômico e ao Negócio

O Programa Fomento ao Desenvolvimento Econômico e ao Negócio foi planejado para atender as empresas nacionais e internacionais de alta tecnologia, micro e pequenos empresários, com o objetivo de “melhorar a qualidade do ambiente de negócios em Curitiba e induzir o desenvolvimento econômico de modo sustentável, baseado em alta tecnologia e inovação, promovendo a interação entre os setores produtivo, científico e tecnológico”.

A representação dos valores planejados para a execução das ações deste Programa, bem como os empenhados e liquidados, estão demonstrados na Tabela 11.

TABELA 11 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AO NEGÓCIO

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/ PPA	VLA/ PPA
2010	1.090.000	-	-	0,00%	0,00%
2011	1.139.000	-	-	0,00%	0,00%
2012	1.188.000	-	-	0,00%	0,00%
2013	1.241.000	200.000	200.000	16,12%	16,12%
TOTAL	4.658.000	200.000	200.000	4,29%	4,29%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Nos três primeiros anos de implantação do PPA, o Programa Fomento ao Desenvolvimento Econômico e ao Negócio não foi executado, apesar de ter sido planejado mais de \$ 1.000.000,000 por ano, nas seguintes ações: “fomento às ações da política de desenvolvimento nos setores industrial, de serviços e de comércio”, “participação acionária em agência de desenvolvimento”, “reforma de equipamentos de desenvolvimento econômico” e “participação acionária em empresas de economia mista”.

Em 2013, a única ação a ser executada foi “participação acionária em agência de desenvolvimento”, com 87,72%, permitindo que a liquidação das ações para este ano fosse de 16,12%.

Dessa forma, este Programa foi executado em apenas 4,29%, sendo que dos R\$ 4.658.000,00 previstos, foram liquidados apenas R\$ 200.000,00.

4.1.12 Programa Incentivo ao Turismo

O Programa Incentivo ao Turismo teve por objetivo “posicionar Curitiba como destino turístico de qualidade e referência para realização de eventos, visando ao desenvolvimento econômico e cultural da cidade”, e a gestão municipal definiu como público alvo a população em geral.

Na Tabela 12, está explanado o planejamento financeiro para a execução deste Programa e a sua execução ao longo dos quatro anos de vigência do Plano.

TABELA 12 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA INCENTIVO AO TURISMO

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	2.742.000	2.197.397	2.055.060	80,14%	74,95%
2011	2.740.000	2.437.759	2.059.718	88,97%	75,17%
2012	2.863.000	5.072.045	4.808.824	177,16%	167,96%
2013	2.991.000	1.452.551	1.170.980	48,56%	39,15%
TOTAL	11.336.000	11.159.752	10.094.582	98,45%	89,05%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, a execução financeira do Programa foi de 74,95% em relação ao planejado, no qual apenas a ação “implantação e revitalização de equipamentos turísticos” não foi implementada. As demais ações foram executadas em mais de 70,00%: “promoção, desenvolvimento e manutenção da política municipal de turismo, visando o fomento das atividades turísticas e de produtos associados”, “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de turismo” e “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população”. Além destas ações, a ação “execução de obras em centro de informação turística e cultural” não foi delineada no momento da elaboração do Plano, porém foi executada no valor de R\$ 13.137,00.

No ano seguinte, as ações tiveram quase 90,00% das despesas empenhadas e a liquidação foi 75,17%. Neste ano, a única ação não implementada foi “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de turismo” e a ação “implantação e revitalização de equipamentos turísticos” teve apenas 2,62% das despesas liquidadas. A ação “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas

informativas e educativas e outros meios de acesso à população” atingiu 55,52% de liquidação e a ação “promoção, desenvolvimento e manutenção da política municipal de turismo, visando o fomento das atividades turísticas e de produtos associados” alcançou 111,45% de liquidação.

Em 2012, a liquidação das despesas do Programa Incentivo ao Turismo foi de quase 170,00%. No entanto, duas ações não foram implementadas: “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de turismo” e “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população” e a ação “implantação e revitalização de equipamentos turísticos” foi liquidada em apenas 0,83%. A ação “divulgação de campanhas informativas e educativas de utilidade pública” obteve 36,94% de execução. Todavia, a ação “promoção, desenvolvimento e manutenção da política municipal de turismo, visando o fomento das atividades turísticas e de produtos associados” alcançou 268,06% de liquidação.

No último ano de implementação do Plano, este Programa obteve o menor resultado do período, com apenas 39,15% de liquidação das despesas planejadas, no qual três ações não foram executadas: “implantação e revitalização de equipamentos turísticos”, “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de turismo” e “divulgação de campanhas informativas e educativas de utilidade pública”. O desempenho da ação “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população” foi de 5,63% e da ação “promoção, desenvolvimento e manutenção da política municipal de turismo, visando o fomento das atividades turísticas e de produtos associados” foi de quase 63,00%.

Devido ao bom desempenho do Programa nos três primeiros anos de implantação do Plano, a gestão municipal conseguiu executar 89,05% das ações ao longo do período, no qual a ação com menor percentual de execução foi “implantação e revitalização de equipamentos turísticos” com apenas 0,81%, porém a ação com melhor desempenho, alcançou 134,51% de liquidação: “promoção, desenvolvimento e manutenção da política municipal de turismo, visando o fomento das atividades turísticas e de produtos associados”, no montante de R\$ 9.391.477,00.

4.1.13 Programa Linha Verde

Na elaboração do PPA foi definido como objetivo para o Programa Linha Verde “dar continuidade às obras de transformação da antiga BR-116, com a implantação de novas pistas para circulação de veículos, canaleta exclusiva para ônibus expressos, ciclovias, e estimular a ocupação diversificada por meio de incentivos urbanísticos” almejando atender a população da cidade.

A Tabela 13 demonstra o montante planejado anualmente, bem como os valores empenhados e liquidados.

TABELA 13 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA LINHA VERDE

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/ PPA	VLA/ PPA
2010	33.947.000	12.727.644	8.956.096	37,49%	26,38%
2011	47.152.000	14.884.778	12.558.931	31,57%	26,63%
2012	25.227.000	34.568.516	32.270.178	137,03%	127,92%
2013	6.728.000	22.251.738	7.541.632	330,73%	112,09%
TOTAL	113.054.000	84.432.676	61.326.836	74,68%	54,25%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

No primeiro ano de implementação do Plano, a liquidação das ações foi de apenas 26,38%, pois a ação “elaboração de estudos, projetos e planos - linha verde” não foi executada e a ação “execução de obras de circulação em vias do município - linha verde – AFD” foi liquidada em apenas 37,71%.

No ano seguinte, a liquidação das despesas também não alcançou os 30,00%, no qual a ação “elaboração de estudos, projetos e planos - linha verde” também não foi implementada neste ano e a ação “execução de obras de circulação em vias do município - linha verde – AFD” foi executada em 31,71%.

Em 2012, a implementação deste Programa foi de 127,92%, pois as ações foram concluídas em mais de 100,00%: “elaboração de estudos, projetos e planos - linha verde, com 102,54% e “execução de obras de circulação em vias do município - linha verde – AFD” com 137,33%.

No último ano do Plano, a execução do Programa foi de 112,09%, no qual a ação “elaboração de estudos, projetos e planos - linha verde” alcançou apenas 23,30% de liquidação e a ação “execução de obras de circulação em vias do município - linha verde – AFD” atingiu 62,40% de execução. Portanto, como 2013 foi

o primeiro ano da Gestão municipal 2013-2016, foi liquidado o montante de R\$ 3.432.276,00 com a ação “despesas da gestão anterior”.

O Município definiu a Linha Verde, como a principal obra do quadriênio 2006-2009, concluindo neste período a primeira etapa e afirmou que continuaria a executar a obra, no trecho entre o Jardim Botânico e o Trevo do Atuba. Apesar da execução deste Programa nos dois últimos anos ter superado os 100,00%, foi liquidado apenas 54,25% do montante destinado a liquidação das ações da Linha Verde, no total do Plano.

4.1.14 Programa Manutenção da Cidade

O Programa Manutenção da Cidade teve como objetivo "renovar as práticas de manutenção da cidade, por meio de trabalho colaborativo, participativo e descentralizado, que agilize as ações e reduza os custos de execução", tendo como público alvo, a população em geral.

Esta apresentado na Tabela 14, o montante planejado para a execução das despesas deste Programa, bem como a liquidação ao longo dos 04 anos do Plano.

TABELA 14 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA MANUTENÇÃO DA CIDADE

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	207.209.000	189.721.182	170.030.864	91,56%	82,06%
2011	216.569.000	215.021.471	180.620.995	99,29%	83,40%
2012	226.334.000	263.175.889	236.078.780	116,28%	104,31%
2013	236.516.000	200.680.660	154.204.647	84,85%	65,20%
TOTAL	886.628.000	868.599.202	740.935.285	97,97%	83,57%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, a liquidação do Programa Manutenção da Cidade foi de 82,06%, no qual a ação "gestão da sinalização vertical e horizontal do município" foi a única a não ser executada. As demais ações foram liquidadas em mais de 79,00%: "execução dos serviços de manutenção, de saneamento básico, proteção e recuperação ambiental e de bacias hidrográficas", "conservação e manutenção dos logradouros públicos e de produção vegetal", "coordenação, execução e fiscalização dos serviços de manutenção das vias públicas, nas áreas de abrangência de cada regional" e "manutenção dos serviços de iluminação pública, assegurando o seu

pleno funcionamento, contribuindo com a segurança do cidadão". Além destas ações, outras ações que não foram planejadas na elaboração do PPA, foram executadas no montante R\$ 61.124,00: "implantação de passarelas" e "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente".

No ano seguinte, a liquidação das ações foi de 83,40%, sendo que novamente a ação "gestão da sinalização vertical e horizontal do município" não foi executada. As outras ações foram liquidadas em mais de 83,00%: "execução dos serviços de manutenção, de saneamento básico, proteção e recuperação ambiental e de bacias hidrográficas", "conservação e manutenção dos logradouros públicos e de produção vegetal", "coordenação, execução e fiscalização dos serviços de manutenção das vias públicas, nas áreas de abrangência de cada regional" e "manutenção dos serviços de iluminação pública, assegurando o seu pleno funcionamento, contribuindo com a segurança do cidadão". Neste ano, foram gastos R\$ 199.135,00 com ações que não estavam relacionadas no PPA: "implantação de passarelas" e "execução de obras de reformas e adaptações em próprios municipais".

Em 2012, a liquidação das ações deste Programa foi de 104,31%. A ação "gestão da sinalização vertical e horizontal do município" que não havia sido executada nos dois anos anteriores, foi liquidada em 31,16%, no valor de R\$ 12.591.772,00. Já, as outras ações foram executadas em mais de 97,00%: "execução dos serviços de manutenção, de saneamento básico, proteção e recuperação ambiental e de bacias hidrográficas", "conservação e manutenção dos logradouros públicos e de produção vegetal", "coordenação, execução e fiscalização dos serviços de manutenção das vias públicas, nas áreas de abrangência de cada regional" e "manutenção dos serviços de iluminação pública, assegurando o seu pleno funcionamento, contribuindo com a segurança do cidadão".

No último ano da execução do PPA, este Programa foi liquidado em apenas 65,20%, com percentual inferior aos anos anteriores. A ação "gestão da sinalização vertical e horizontal do município" foi liquidada em 6,32%. As outras ações foram liquidadas entre 63,00% e 101,00%: "execução dos serviços de manutenção, de saneamento básico, proteção e recuperação ambiental e de bacias hidrográficas", "conservação e manutenção dos logradouros públicos e de produção vegetal", "coordenação, execução e fiscalização dos serviços de manutenção das vias

públicas, nas áreas de abrangência de cada regional" e "manutenção dos serviços de iluminação pública, assegurando o seu pleno funcionamento, contribuindo com a segurança do cidadão". Neste ano, foram gastos R\$ 4.609.856,00 com despesas das gestão anterior.

Ao longo dos 04 anos, o percentual de execução deste programa foi de 83,57%, no qual a ação "execução dos serviços de manutenção, de saneamento básico, proteção e recuperação ambiental e de bacias hidrográficas" teve o maior percentual de liquidação, com 120,79%.

4.1.15 Programa Meio Ambiente - Biocidade

Com o objetivo de "promover o controle e a proteção do meio ambiente urbano." o Programa Meio Ambiente - Biocidade foi destinado à população em geral.

O montante destinado a execução das ações deste Programa, bem como os valores empenhados e os valores liquidados estão representados na Tabela 15.

TABELA 15 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA MEIO AMBIENTE - BIOCIDADE

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	157.588.000	184.138.916	174.875.377	116,85%	110,97%
2011	177.783.000	239.743.737	217.586.397	134,85%	122,39%
2012	193.105.000	279.178.826	243.765.914	144,57%	126,23%
2013	190.590.000	326.682.670	256.458.005	171,41%	134,56%
TOTAL	719.066.000	1.029.744.150	892.685.693	143,21%	124,15%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

No primeiro ano de execução do PPA, a liquidação das ações foi de 110,97%, no entanto diversas ações não foram executadas: "ampliação do parque linear na bacia do Rio Atuba", "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população, referente ao meio ambiente", "execução de ações de desenvolvimento ambiental - AFD", "melhorias nos complexos dos cemitérios municipais", "realização de obras de saneamento básico, proteção e recuperação ambiental em bacias hidrográficas", "recuperação de áreas de lazer ao longo do Rio Barigui", "reforma do centro de atendimento aos animais em situação de risco", "revitalização ambiental de áreas degradadas", "revitalização da bacia do Rio Barigui - AFD" e "revitalização de hortos municipais". Além destas ações que não foram executadas, outras tiveram

percentual de liquidação inferior a 20,00%: "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente", "desenvolvimento de atividades voltadas à rede de defesa de proteção animal", "obras de melhorias no Zoológico, Passeio Público, Jardim Botânico e Museu de História Natural" e "revitalização de parques e bosques". Outras ações foram liquidadas entre 39,00% e 78,00%: "conservação e manutenção dos logradouros públicos e de produção vegetal", "consórcio intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos urbanos", "execução e manutenção de programas e projetos de controle, preservação, melhoria da qualidade ambiental e equilíbrio ecológico", "implantação e revitalização de áreas de lazer" e "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área do meio ambiente". As demais ações foram executadas em mais de 80,00%: "administração de cemitérios e execução dos serviços funerários ofertados pelo município", "complementação de obras da área ambiental, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", "desapropriação de áreas para a implantação ou ampliação de parques, bosques, praças e demais áreas de lazer", "desenvolvimento de ações de monitoramento e controle da fauna urbana", "gestão dos serviços de infraestrutura urbana", "gestão dos serviços de limpeza pública, efetuando a coleta de lixo, de resíduos de diversas naturezas", "manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais" e "melhorias no sistema de tratamento de resíduos". Além das ações planejadas, o Município gastou R\$ 418.465,00 com a ação "desapropriação de área para implantação do Parque Linear do Barigui" que não estava descrita no Plano.

Em 2011, as ações foram liquidadas em 122,39%, porém inúmeras despesas não foram executadas: "complementação de obras de ampliação do parque linear na bacia do Rio Atuba", "complementação de obras de revitalização da bacia do Rio Barigui - AFD", "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população, referente ao meio ambiente", "execução de ações de desenvolvimento ambiental - AFD", "execução de ações de desenvolvimento ambiental - BID III", "implantação do parque linear do Rio Belém", "implantação do Parque Vista Alegre", "realização de obras de saneamento básico, proteção e recuperação ambiental em bacias hidrográficas", "recuperação de áreas de lazer ao longo do Rio Barigui", "revitalização ambiental de áreas degradadas", "revitalização de hortos municipais" e

"revitalização do Parque Lago Azul". Outras ações foram executadas entre 10,00% e 50,00%: "desapropriação de áreas para a implantação ou ampliação de parques, bosques, praças e demais áreas de lazer", "desenvolvimento de atividades voltadas à rede de defesa de proteção animal", "implantação e revitalização de áreas de lazer", "melhorias no sistema de tratamento de resíduos", "melhorias nos complexos dos cemitérios municipais", "obras de melhorias no zoológico, passeio público, jardim botânico e museu de história natural" e "revitalização de parques e bosques". As demais ações foram liquidadas em mais de 75,00%: "administração de cemitérios e execução dos serviços funerários ofertados pelo município", "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente", "complementação de obras da área ambiental, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", "conservação e manutenção dos logradouros públicos e de produção vegetal", "consórcio intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos urbanos", "desenvolvimento de ações de monitoramento e controle da fauna urbana", "execução e manutenção de programas e projetos de controle, preservação, melhoria da qualidade ambiental e equilíbrio ecológico", "gestão dos serviços de infraestrutura urbana", "gestão dos serviços de limpeza pública, efetuando a coleta de lixo, de resíduos de diversas naturezas", "manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais", "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área do meio ambiente".

Em 2012, a liquidação das ações foi superior a 125,00%, porém como nos anos anteriores, diversas ações não foram executadas: "complementação de obras da área ambiental, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", "complementação de obras de ampliação do parque linear na bacia do Rio Atuba", "complementação de obras de revitalização da bacia do Rio Barigui - AFD", "desapropriação de áreas para a implantação ou ampliação de parques, bosques, praças e demais áreas de lazer", "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população, referente ao meio ambiente", "execução de ações de desenvolvimento ambiental - AFD", "implantação do Parque Campo Comprido", "implantação do parque linear do Rio Belém", "implantação do Parque Tatuquara", "melhorias nos complexos dos cemitérios municipais", "realização de obras de saneamento básico,

proteção e recuperação ambiental em bacias hidrográficas", "recuperação de áreas de lazer ao longo do Rio Barigui", "revitalização ambiental de áreas degradadas", "revitalização de hortos municipais" e "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área do meio ambiente". Outras ações foram liquidadas entre 0,80% e 50,00%: "desenvolvimento de atividades voltadas à rede de defesa de proteção animal", "gestão dos serviços de infraestrutura urbana", "implantação e revitalização de áreas de lazer", "melhorias no sistema de tratamento de resíduos", "obras de melhorias no Zoológico, Passeio Público, Jardim Botânico e Museu de História Natural" e "revitalização de parques e bosques". Além destas, outras ações foram implementadas entre 65,00% e 390,00%: "administração de cemitérios e execução dos serviços funerários ofertados pelo município", "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente", "conservação e manutenção dos logradouros públicos e de produção vegetal", "consórcio intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos urbanos", "desenvolvimento de ações de monitoramento e controle da fauna urbana", "execução de ações de desenvolvimento ambiental - BID III", "execução e manutenção de programas e projetos de controle, preservação, melhoria da qualidade ambiental e equilíbrio ecológico", "gestão dos serviços de limpeza pública, efetuando a coleta de lixo, de resíduos de diversas naturezas", "manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais" e "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área do meio ambiente". Além destas despesas, a gestão municipal liquidou o montante de R\$ 4.385.369,00 com ações que não estavam planejadas no PPA: "implantação de parques de recepção de materiais recicláveis", "implantação do Parque Vista Alegre" e "revitalização da bacia do Rio Barigui - AFD".

No último ano de execução do PPA, a gestão municipal conseguiu executar quase 135,00% das ações programadas. Todavia, diversas ações planejadas não foram implementadas: "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente", "complementação de obras da área ambiental, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", "complementação de obras das áreas degradadas, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", "complementação de obras de ampliação do parque linear na bacia do Rio Atuba", "complementação de obras de revitalização da bacia do Rio Barigui - AFD",

"desapropriação de áreas para a implantação ou ampliação de parques, bosques, praças e demais áreas de lazer", "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população, referente ao meio ambiente", "execução de ações de desenvolvimento ambiental - AFD", "gestão dos serviços de infraestrutura urbana", "implantação do Parque Campo do Santana", "implantação do parque linear do Rio Belém", "implantação do Parque Tatuquara", "implantação e revitalização de áreas de lazer", "melhorias no sistema de tratamento de resíduos", "realização de obras de saneamento básico, proteção e recuperação ambiental em bacias hidrográficas", "revitalização ambiental de áreas degradadas" e "revitalização de hortos municipais". Outras ações foram executadas entre 2,00% e 60,00%: "desenvolvimento de atividades voltadas à rede de defesa de proteção animal", "melhorias nos complexos dos cemitérios municipais", "obras de melhorias no Zoológico, Passeio Público, Jardim Botânico e Museu de História Natural", "revitalização de parques e bosques" e "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área do meio ambiente". Entre 70,00% e 390,00%, várias ações também foram liquidadas: "administração de cemitérios e execução dos serviços funerários ofertados pelo município", "conservação e manutenção dos logradouros públicos e de produção vegetal", "consórcio intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos urbanos", "desenvolvimento de ações de monitoramento e controle da fauna urbana", "execução e manutenção de programas e projetos de controle, preservação, melhoria da qualidade ambiental e equilíbrio ecológico", "gestão dos serviços de limpeza pública, efetuando a coleta de lixo, de resíduos de diversas naturezas", "manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais". Além destas ações, o município liquidou o montante de R\$ 20.981.160,00 com despesas que não foram planejadas no PPA: "despesas da gestão anterior", "implantação de parques de recepção de materiais recicláveis", "realização de obras de drenagem de bacias hidrográficas - PAC II", "revitalização da bacia do Rio Barigui - AFD", "viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área do meio ambiente".

Durante os 4 anos do PPA, o Município conseguiu liquidar o montante de R\$ 892.685.693,00 com o Programa Meio Ambiente - Biocidade, equivalente a

124,15% das despesas programadas, no qual a ação "consórcio intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos urbanos" foi liquidada em 315,97% e a ação "revitalização da bacia do Rio Barigui - AFD" foi liquidada em 899,96%. Estes percentuais traduz o comprometimento da gestão com o desenvolvimento ambiental, elencado no momento da elaboração do Plano.

4.1.16 Programa Metrô - Linha Azul

O Programa Metrô - Linha Azul teve como objetivo "aumentar a capacidade de transporte no Eixo Norte-Sul, com eficiência, conforto e confiabilidade, por meio da troca de modal com a implantação do Metrô de Curitiba - Linha Azul", destinado a atender a população em geral.

Está elencado na Tabela 16, os valores planejados, empenhados e os liquidados com as despesas deste Programa.

TABELA 16 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA METRÔ - LINHA AZUL

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	1.000.000	108.655	108.655	10,87%	10,87%
2011	1.000.000	239.858	239.858	23,99%	23,99%
2012	1.000.000	-	-	0,00%	0,00%
2013	1.000.000	-	-	0,00%	0,00%
TOTAL	4.000.000	348.512	348.512	8,71%	8,71%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, a execução do Programa foi de apenas 10,87%, para a ação "elaboração de estudos, projetos e planos - Metrô - Linha Azul".

Em 2011, foi executado a mesma ação de 2010, no montante de R\$ 239.858,00.

Nos dois últimos anos do Plano, nenhuma ação foi executada.

Desta forma, dos R\$ 4.000.000,00 previstos para gastar com este Programa, foi liquidado apenas 8,71%.

4.1.17 Programa Mobilidade e Acessibilidade

O Programa Mobilidade e Acessibilidade teve como objetivo "melhorar os deslocamentos e aperfeiçoar a mobilidade e a acessibilidade com segurança, conforto e eficiência em todas as regiões de Curitiba", visando atender a população

da Cidade.

A Tabela 17 apresenta os valores planejados para gastar com as ações deste Programa, bem como os empenhados e liquidados.

TABELA 17 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/ PPA	VLA/ PPA
2010	852.769.000	33.761.732	27.532.955	3,96%	3,23%
2011	890.148.000	81.295.683	54.561.624	9,13%	6,13%
2012	924.699.000	584.263.021	550.784.218	63,18%	59,56%
2013	964.437.000	1.009.116.991	981.498.326	104,63%	101,77%
TOTAL	3.632.053.000	1.708.437.427	1.614.377.123	47,04%	44,45%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, primeiro ano de execução do PPA, a liquidação das ações deste Programa, foi de somente 3,23%, no qual inúmeras ações não foram executadas: "complementação de obras da área de transporte coletivo, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", "complementação de obras viárias de ligações urbanas, de circulação e de sinalização, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", "construção de pontes em rios próprios e lindeiros do município", "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população", "execução da política de aplicação dos recursos para a implantação e/ou requalificação de calçadas", "gerenciamento e manutenção do sistema de transporte coletivo do município", "gestão da sinalização semafórica e indicativa do município", "implantação de obras de circulação e sinalização de trânsito", "implantação de obras para a melhoria do transporte coletivo" e "implantação e revitalização de infraestrutura cicloviária do município". Outras duas ações foram liquidadas entre 20,00% e 40,00%: "execução de obras de circulação em vias do município - BID III" e "realização de obras e projetos do sistema de transporte de alta capacidade". Além destas, quatro outras ações foram executadas em mais de 80,00%: "elaboração de estudos, projetos e planos - mobilidade e acessibilidade", "execução de pavimentação alternativa em vias do município, inclusive em parceria", "implantação de calçadas das vias públicas do município" e "revitalização de vias com pavimentação definitiva".

No segundo ano de implementação do Plano, o percentual de execução foi de apenas 6,13%. Como no ano anterior, diversas ações não foram liquidadas: "complementação de obras da área de transporte coletivo, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", "construção de pontes em rios próprios e lindeiros do município", "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população", "divulgação de campanhas informativas e educativas de utilidade pública", "execução da política de aplicação dos recursos para a implantação e/ou requalificação de calçadas", "gerenciamento e manutenção do sistema de transporte coletivo do município", "gestão da sinalização semaforizada e indicativa do município", "implantação de obras de circulação e sinalização de trânsito" e "implantação de obras para a melhoria do transporte coletivo". Diversas ações tiveram o percentual de execução abaixo de 30,00%: "complementação de obras viárias de ligações urbanas, de circulação e de sinalização, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", "elaboração de estudos, projetos e planos - mobilidade e acessibilidade", "execução de pavimentação alternativa em vias do município, inclusive em parceria", "implantação de calçadas das vias públicas do município" e "implantação e revitalização de infraestrutura cicloviária do município". Apenas três ações foram executadas entre 40,00% e 100,00%: "execução de obras de circulação em vias do município - BID III", "realização de obras e projetos do sistema de transporte de alta capacidade" e "revitalização de vias com pavimentação definitiva". Apesar de inúmeras ações não terem sido liquidadas, o Município gastou R\$ 16.676.002,00 com ações que não estavam no planejamento: "execução de ações de efficientização energética para sinalização urbana" e "implantação da obra do anel viário".

Em 2012, este Programa teve o percentual de liquidação bem superior aos anos anteriores, atingindo quase 60,00%. Porém, como nos anos anteriores, várias ações não foram implementadas: "execução de obras de sinalização de trânsito do programa integração de desenvolvimento urbano e social - BID III", "complementação de obras da área de transporte coletivo, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", "construção de pontes em rios próprios e lindeiros do município", "execução da política de aplicação dos recursos para a implantação e/ou requalificação de calçadas", "implantação de obras para a

melhoria do transporte coletivo", "implantação e revitalização de infraestrutura cicloviária do município", "realização de obras e projetos do sistema de transporte de alta capacidade" e "revitalização de vias com pavimentação definitiva". Outras ações foram executadas entre 20,00% e 60,00%: "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população", "gerenciamento e manutenção do sistema de transporte coletivo do município", "gestão da sinalização semafórica e indicativa do município", "implantação de calçadas das vias públicas do município" e "implantação de obras de circulação e sinalização de trânsito". Outras três ações foram liquidadas em mais de 75,00%: "elaboração de estudos, projetos e planos - mobilidade e acessibilidade", "execução de obras de circulação em vias do município - BID III" e "execução de pavimentação alternativa em vias do município, inclusive em parceria". Além destas ações, a gestão municipal liquidou o montante de R\$ 25.742.253,00 com ações que não estavam listadas no PPA: "execução de ações de efficientização energética para sinalização urbana", "execução de obras de circulação em vias do município", "implantação da obra do anel viário" e "recuperação de pavimentação em vias do município".

No último ano do PPA, a execução financeira deste Programa ultrapassou os 100,00%, mas como nos anos anteriores, diversas ações não foram liquidadas: "complementação de obras da área de transporte coletivo, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", "complementação de obras viárias de ligações urbanas, de circulação e de sinalização, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente", "construção de pontes em rios próprios e lindeiros do município", "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população", "execução da política de aplicação dos recursos para a implantação e/ou requalificação de calçadas", "execução de obras de circulação em vias do município - BID III", "implantação de calçadas das vias públicas do município", "implantação de obras para a melhoria do transporte coletivo", "realização de obras e projetos do sistema de transporte de alta capacidade" e "revitalização de vias com pavimentação definitiva". Além destas ações não implementadas, outras ações tiveram percentual de execução entre 1,00% e 20,00%: "elaboração de estudos, projetos e planos - mobilidade e acessibilidade", "execução de pavimentação

alternativa em vias do município, inclusive em parceria", "gestão da sinalização semaforica e indicativa do município", "implantação de obras de circulação e sinalização de trânsito" e "implantação e revitalização de infraestrutura cicloviária do município". Somente duas ações foram liquidadas em mais de 75,00%: "divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população" e "gerenciamento e manutenção do sistema de transporte coletivo do município". No entanto, o município executou R\$ 34.003.963,00 em ações que não estavam relacionadas no PPA: "ações de conscientização e educação para o trânsito", "despesas da gestão anterior", "execução de obras de circulação em vias do município" e "gestão das atividades de orientação e fiscalização do trânsito".

Devido ao bom desempenho do último ano, o Programa conseguiu executar durante a vigência do Plano, o percentual de 44,45% do valor planejado. A ação com melhor desempenho foi "execução de pavimentação alternativa em vias do município, inclusive em parceria" com 97,52%.

Nas Diretrizes Estratégicas do Plano, a gestão municipal colocou que o transporte público estava com a frota sendo modernizada, com a compra de ônibus menos poluentes e dessa forma, planejou novos investimentos para reforma e ampliação de estações e terminais. Todavia, a ação "gerenciamento e manutenção do sistema de transporte coletivo do município" foi liquidada em apenas 42,95% e a ação "implantação de obras para a melhoria do transporte coletivo" não foi executada.

4.1.18 Programa Moro Aqui

Visando atender a população de menor renda, o Programa Moro Aqui teve como objetivo "ampliar o acesso à moradia e melhorar a habitabilidade, em especial ao segmento de menor renda, num processo integrado com as demais políticas do Município e Região Metropolitana, realizadas em parceria com outras esferas de Governo e com a iniciativa privada".

A Tabela 18 elenca os valores planejados, empenhados e liquidados com as ações deste Programa.

TABELA 18 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA MORO AQUI

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	72.111.000	58.158.339	24.095.964	80,65%	33,42%
2011	21.798.000	44.966.931	29.558.673	206,29%	135,60%
2012	20.770.000	41.802.028	23.203.220	201,26%	111,72%
2013	16.212.000	57.273.972	28.905.013	353,28%	178,29%
TOTAL	130.891.000	202.201.270	105.762.870	154,48%	80,80%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, a gestão municipal empenhou 80,65% das despesas, no entanto liquidou apenas 33,42%, no qual quatro ações não foram implementadas: "aquisição e urbanização de áreas para projetos habitacionais", "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental - moradias pantanal", "execução do programa integrado de desenvolvimento social e urbano de Curitiba - BID III" e "participação acionária em empresas de economia mista". Além destas ações que não foram executadas, outras foram liquidadas em menos de 18,00%: "construção de moradias e reassentamentos de famílias em áreas de risco", "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental - Moradias Vila Nori / Três Pinheiros", "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental - Moradias Vila Prado", "execução de obras de habitação e infraestrutura - Bacia do Iguaçu", "execução de obras de habitação e infraestrutura - Bacia do Ribeirão dos Padilhas", "execução de obras de habitação e infraestrutura - Bacia do Rio Belém", "execução de obras de habitação e infraestrutura - Bacia do Rio Formosa", "execução de projetos sociais, relativos aos programas de urbanização e regularização fundiária, em assentamentos precários", "manutenção dos serviços administrativos, jurídicos e de conservação de áreas" e "urbanização de assentamentos precários - Vila Audi/ União". Outras ações foram implementadas entre 25,00% e 60,00%: "continuação da regularização fundiária, de obras de infraestrutura, de construção de casas e equipamentos comunitários e de recuperação ambiental", "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental - Moradias Atuba", "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental - Moradias Unidos do Umbará", "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental - Moradias Vila Menino Jesus",

"execução de urbanização, regularização e integração de assentamentos precários - Terra Santa", "realização de obras para a continuação do programa de infraestrutura e reassentamento de moradias - Fonplata". Somente três ações foram liquidadas em mais de 90,00%: "desapropriação de áreas para projetos habitacionais", "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental - Moradias Barigui" e "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental - Moradias Itaqui". Duas ações não estavam planejadas e foram liquidadas no valor de R\$ 193.602,00: "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental - Moradias Aquarela" e "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental - Vila União Ferroviária".

Em 2011, a liquidação das ações foi de 135,60%, no qual apenas duas ações não foram liquidadas: "continuação da regularização fundiária, de obras de infraestrutura, de construção de casas e equipamentos comunitários e de recuperação ambiental" e "execução de projetos sociais, relativos aos programas de urbanização e regularização fundiária, em assentamentos precários". Entre 8,00% e 28,00%, outras quatro ações foram executadas: "construção de moradias e reassentamentos de famílias em áreas de risco", "desapropriação de áreas para projetos habitacionais", "manutenção dos serviços administrativos, jurídicos e de conservação de áreas" e "urbanização de assentamentos precários - BID III". Duas outras ações foram liquidadas entre 70,00% e 95,00: "aquisição e urbanização de áreas para projetos habitacionais" e "participação acionária em empresas de economia mista". A ação "realização de obras para a continuação do programa de infraestrutura e reassentamento de moradias - Fonplata" foi implementada em 797,17%, no montante de R\$ 12.627.167,00. Além destas ações, a gestão municipal liquidou R\$ 11.155.788,00 com despesas que não estavam elencadas no PPA: "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental - Moradias Atuba", "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental: Moradias Barigui, Moradias Itaqui, Moradias Pantanal, Moradias Unidos do Umbará, Moradias Vila Menino Jesus, Moradias Vila Nori/ Três Pinheiros, Moradias Vila Prado, Vila Parolin", "execução de obras de habitação e infraestrutura: Bacia do Iguaçu, Bacia do Ribeirão dos Padilhas, Bacia

do Rio Belém, Bacia do Rio Formosa" e "execução de urbanização, regularização e integração de assentamentos precários: Terra Santa e Vila Audi/ União".

No penúltimo ano de implementação do PPA, a liquidação das despesas foi de 117,72%, no entanto três ações não foram executadas: "aquisição e urbanização de áreas para projetos habitacionais", "desapropriação de áreas para projetos habitacionais" e "execução de projetos sociais, relativos aos programas de urbanização e regularização fundiária, em assentamentos precários". Além destas ações, outras duas ações tiveram percentual de execução abaixo de 0,50%: "construção de moradias e reassentamentos de famílias em áreas de risco" e "manutenção dos serviços administrativos, jurídicos e de conservação de áreas". Outras duas ações foram liquidadas em mais de 80,00%: "continuação da regularização fundiária, de obras de infraestrutura, de construção de casas e equipamentos comunitários e de recuperação ambiental" e "participação acionária em empresas de economia mista". Todavia, o município gastou R\$ 16.329.046,00 em ações que não estavam relacionadas no Plano: "execução de infraestrutura e urbanização em projetos habitacionais - PAC II", "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental: Moradias Atuba, Moradias Barigui, Moradias Unidos do Umbará, Moradias Vila Menino Jesus, Moradias Vila Prado, Vila Parolin", "execução de obras de habitação e infraestrutura: Bacia do Iguaçu, Bacia do Ribeirão dos Padilhas, Bacia do Rio Formosa", "execução de urbanização, regularização e integração de assentamentos precários - Terra Santa", "realização de obras para a continuação do programa de infraestrutura e reassentamento de moradias - Fonplata", "urbanização de assentamentos precários: BID III e Vila Audi/ União".

No último ano de execução do PPA, 353,28% das despesas foram empenhadas e somente 178,29% foram liquidadas, sendo que quatro ações não foram implementadas: "aquisição e urbanização de áreas para projetos habitacionais", "construção de moradias e reassentamentos de famílias em áreas de risco", "desapropriação de áreas para projetos habitacionais" e "execução de projetos sociais, relativos aos programas de urbanização e regularização fundiária, em assentamentos precários". Além destas, duas outras ações foram executadas em menos de 10,00%: "continuação da regularização fundiária, de obras de infraestrutura, de construção de casas e equipamentos comunitários e de

recuperação ambiental" e "manutenção dos serviços administrativos, jurídicos e de conservação de áreas". Todavia a ação "participação acionária em empresas de economia mista" foi liquidada em 372,48%. Entretanto, como nos anos anteriores, inúmeras ações que não estavam elencadas no Plano, foram executadas no montante de R\$ 20.174.505,00: "despesas da gestão anterior", "execução de infraestrutura e urbanização em projetos habitacionais - PAC II", "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental: Moradias Atuba, Moradias Barigui, Moradias Vila Menino Jesus, Moradias Vila Nori/ Três Pinheiros, Moradias Vila Prado, Vila Parolin, Vilas Bela Vista da Ordem e Beira Rio", "execução de obras de habitação e infraestrutura: Bacia do Iguaçu, Bacia do Ribeirão dos Padilhas, Bacia do Rio Belém, Bacia do Rio Formosa", "realização de obras para a continuação do programa de infraestrutura e reassentamento de moradias - Fonplata" e "urbanização de assentamentos precários: BID III e Vila Audi/ União".

No Anexo I, do PPA, a gestão municipal prontificou-se a continuar dando prioridade na "moradia popular", concentrando-se na urbanização de áreas degradadas, relocação de famílias que habitam em áreas de proteção ambiental ou sujeitas a inundações e regularização fundiária. Analisando os quatro anos do Plano, percebe-se que 80,80% das ações planejadas foram liquidadas. Apenas as ações "complementação de obra da área de habitação, iniciadas em anos anteriores - BID III" e "execução do programa integrado de desenvolvimento social e urbano de Curitiba - BID III" não foram executadas. A ação com maior percentual de execução foi "execução de infraestrutura, ações de desenvolvimento social e recuperação ambiental - Moradias Barigui" com 394,74%.

4.1.19 Programa Novo Centro

O Programa Novo Centro teve por objetivo "criar novos atrativos, em parceria com a sociedade, fomentando os setores econômico e turístico e proporcionando o incremento da função moradia", destinado a atender a população em geral.

A Tabela 19 apresenta a execução financeira do Programa, com a relação do valores planejados, empenhados e liquidados.

TABELA 19 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA NOVO CENTRO

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	2.250.000	-	-	0,00%	0,00%
2011	2.256.000	-	-	0,00%	0,00%
2012	2.164.000	-	-	0,00%	0,00%
2013	2.672.000	-	-	0,00%	0,00%
TOTAL	9.342.000	-	-	0,00%	0,00%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Foi destinado o montante de R\$ 9.342.000,00 para executar este Programa nos 04 anos de duração do PPA, no entanto nenhuma das ações foram implementadas: "elaboração de estudos, projetos e planos - Novo Centro" e "requalificação de compartimentos urbanos".

4.1.20 Programa Planejamento Urbano e Infraestrutura

O Programa Planejamento Urbano e Infraestrutura foi destinado à atender a população em geral, com o objetivo de "urbanizar e revitalizar áreas da cidade, melhorando a qualidade de vida das pessoas e as dinâmicas urbanas adequadas; promover ações integradas de planejamento e melhoria urbana para Curitiba e Região Metropolitana; pesquisar, avaliar, planejar e monitorar o ambiente urbano em suas distintas dimensões".

Esta elencado na Tabela 20, os valores planejados, empenhados e liquidados na execução do Programa.

TABELA 20 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	48.190.000	21.284.451	18.770.927	44,17%	38,95%
2011	36.186.000	40.074.900	31.973.460	110,75%	88,36%
2012	40.389.000	56.993.759	52.078.782	141,11%	128,94%
2013	50.477.000	47.985.589	32.686.961	95,06%	64,76%
TOTAL	175.242.000	166.338.699	135.510.129	94,92%	77,33%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, a execução deste programa foi de apenas 38,95% em relação ao planejado, no qual cinco ações não foram liquidadas: "complementação de estudos,

projetos e planos de obras, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente”, “elaboração de estudos, projetos e planos - contorno ferroviário”, “elaboração de estudos, projetos e planos para a integração metropolitana”, “elaboração de estudos, projetos, planos e pesquisas – AFD” e “realização de supervisão e gerenciamento de obras – AFD”. Além das ações não executadas, outras ações foram implementadas em menos de 20,00%: “ampliação da rede de iluminação pública em diversas vias do município”, “coordenação das ações de integração metropolitana, objetivando harmonizar os assuntos de interesse comum, a integração e o desenvolvimento regional” e “elaboração de estudos, projetos e planos - programas de governo”. Duas outras ações foram liquidadas entre 30,00% e 45,00%: “realização de obras de saneamento básico, proteção e recuperação ambiental em bacias hidrográficas” e “realização de supervisão e gerenciamento de obras - BID III”. As demais ações foram executadas em mais de 80,00%: “coordenação de pesquisas, estudos, planos, programas e projetos urbanos”, “participação acionária em empresas de economia mista” e “realização de obras de saneamento em bacias hidrográficas, de contenção de erosão e recuperação de margens”. No valor de R\$ 440.896,00 outras ações que não foram elencadas no PPA, foram liquidadas pela gestão municipal: “desenvolvimento de ações para o fortalecimento institucional - BID Pró-Cidades” e “gestão do programa BID Pró-Cidades”.

No ano seguinte, o município conseguiu empenhar 110,75% das despesas e liquidou 88,36% das ações planejadas, no qual apenas três ações não foram executadas: “complementação de estudos, projetos e planos de obras, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente”, “elaboração de estudos, projetos e planos - contorno ferroviário” e “elaboração de estudos, projetos e planos para a integração metropolitana”. Outras ações foram implementadas entre 30,00% e 65,00%: “ampliação da rede de iluminação pública em diversas vias do município”, “coordenação das ações de integração metropolitana, objetivando harmonizar os assuntos de interesse comum, a integração e o desenvolvimento regional”, “elaboração de estudos, projetos e planos - programas de governo” e “realização de obras de saneamento básico, proteção e recuperação ambiental em bacias hidrográficas”. Inúmeras ações foram liquidadas em mais de 95,00%: “elaboração de estudos, projetos, planos e pesquisas – AFD”, “participação acionária em empresas

de economia mista”, “realização de obras de saneamento em bacias hidrográficas, de contenção de erosão e recuperação de margens”, “realização de supervisão e gerenciamento de obras – AFD” e “realização de supervisão e gerenciamento de obras - BID III”. Duas outras ações que não estavam no planejamento inicial, foram liquidadas no montante de R\$ 328.224,00: “complementação de obras de saneamento e recuperação ambiental, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente” e “desenvolvimento de ações para o fortalecimento institucional - BID Pró-Cidades”.

Em 2012, a liquidação das ações foi de quase 130,00%, no entanto quatro ações que estavam programadas não foram implementadas: “complementação de estudos, projetos e planos de obras, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente”, “elaboração de estudos, projetos e planos - contorno ferroviário”, “elaboração de estudos, projetos e planos para a integração metropolitana” e “elaboração de estudos, projetos, planos e pesquisas – AFD”. Algumas ações foram liquidadas entre 20,00% e 60,00%: “ampliação da rede de iluminação pública em diversas vias do município”, “coordenação das ações de integração metropolitana, objetivando harmonizar os assuntos de interesse comum, a integração e o desenvolvimento regional”, “elaboração de estudos, projetos e planos - programas de governo”, “participação acionária em empresas de economia mista” e “realização de obras de saneamento básico, proteção e recuperação ambiental em bacias hidrográficas”. As demais ações foram executadas em mais de 120,00%: “coordenação de pesquisas, estudos, planos, programas e projetos urbanos”, “realização de obras de saneamento em bacias hidrográficas, de contenção de erosão e recuperação de margens”, “realização de supervisão e gerenciamento de obras – AFD” e “realização de supervisão e gerenciamento de obras - BID III”. Além destas ações, três outras ações que não estavam no Plano, foram implementadas no montante de R\$ 19.188.819,00: “construção da rua da cidadania do Cajuru”, “construção da rua da cidadania do Tatuquara” e “implantação do centro de controle operacional de transporte”.

O desempenho deste Programa, no último ano do PPA, foi inferior ao dos anos anteriores, pois a gestão municipal conseguiu liquidar apenas 64,76% das ações planejadas, no qual inúmeras ações não foram executadas: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “complementação de estudos,

projetos e planos de obras, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente”, “elaboração de estudos, projetos e planos - contorno ferroviário”, “elaboração de estudos, projetos e planos - programas de governo”, “elaboração de estudos, projetos e planos para a integração metropolitana”, “elaboração de estudos, projetos, planos e pesquisas – AFD”, “participação acionária em empresas de economia mista”, “realização de obras de saneamento básico, proteção e recuperação ambiental em bacias hidrográficas” e “reforma, ampliação e conservação de equipamentos urbanos”. Outras ações foram executadas entre 20,00% e 65,00%: “ampliação da rede de iluminação pública em diversas vias do município”, “construção da rua da cidadania do Cajuru” e “coordenação das ações de integração metropolitana, objetivando harmonizar os assuntos de interesse comum, a integração e o desenvolvimento regional”. As demais ações foram liquidadas em mais de 125,00%: “coordenação de pesquisas, estudos, planos, programas e projetos urbanos”, “realização de obras de saneamento em bacias hidrográficas, de contenção de erosão e recuperação de margens”, “realização de supervisão e gerenciamento de obras – AFD” e “realização de supervisão e gerenciamento de obras - BID III”. As ações que não estavam no planejamento e foram liquidadas pela gestão municipal em 2013, totaliza o montante de R\$ 3.446.107,00: “realização de supervisão e gerenciamento de obras - BID III”, “desenvolvimento de ações para o fortalecimento institucional - BID Pró-Cidades” e “despesas da gestão anterior”.

Este programa encerrou o PPA com a execução de 77,33% das ações, no qual a ação "realização de obras de saneamento em bacias hidrográficas, de contenção de erosão e recuperação de margens" foi liquidada em quase 615,00%.

4.1.21 Programa Segurança Alimentar

O Programa Segurança Alimentar teve por objetivo “aperfeiçoar o sistema municipal de abastecimento e segurança alimentar, promovendo o acesso aos alimentos, adoção de hábitos alimentares adequados e orientações para o consumo”, tendo como público alvo a população em geral.

Na Tabela 21 está a representação dos valores planejados, empenhados e os liquidados, ao longo dos quatros anos do PPA.

TABELA 21 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA SEGURANÇA ALIMENTAR

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	44.075.000	39.622.695	37.147.364	89,90%	84,28%
2011	44.580.000	43.187.597	41.191.718	96,88%	92,40%
2012	43.458.000	47.721.462	41.647.781	109,81%	95,83%
2013	44.261.000	58.693.267	52.787.113	132,61%	119,26%
TOTAL	176.374.000	189.225.020	172.773.977	107,29%	97,96%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

No primeiro ano do Plano, a gestão municipal implementou 84,28% das ações do Programa Segurança Alimentar, no entanto inúmeras despesas não foram liquidadas: “ampliação e reforma de equipamentos de abastecimento alimentar”, “construção de equipamentos de abastecimento alimentar”, “construção do armazém da família Maria Angélica”, “construção do armazém da família Umbará”, “construção do restaurante popular do Boqueirão”, “execução de obras de requalificação e adaptação em equipamentos de abastecimento alimentar” e “manutenção dos serviços administrativos, destinados aos armazéns da família”. Além das despesas que não foram executadas, a ação “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente” foi liquidada em apenas 8,82%. Outras ações foram implementadas entre 40,00% e 70,00%: “conservação e manutenção dos próprios municipais, destinados à área de abastecimento”, “coordenação e implementação das atividades de segurança alimentar e nutricional”, “execução de obras de requalificação e adaptação no mercado municipal”, “manutenção dos restaurantes populares, oferecendo refeições de qualidade e de baixo custo” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de abastecimento alimentar”. As demais ações foram executadas em mais de 99,00%: “complementação de obras da área de abastecimento, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente”, “divulgação das ações de governo e publicidade institucional”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais” e “manutenção e administração da rede comercial de abastecimento, viabilizando à infraestrutura, os serviços e o atendimento comunitário”.

Em 2011, a liquidação das ações correspondeu a 92,40% das ações planejadas. Todavia, como no ano anterior, diversas ações não foram executadas:

“ampliação e reforma de equipamentos de abastecimento alimentar”, “construção da sede própria da secretaria”, “construção de armazéns da família”, “construção de equipamentos de abastecimento alimentar”, “execução de obras de requalificação e adaptação em equipamentos de abastecimento alimentar”, “manutenção dos serviços administrativos, destinados aos armazéns da família” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de abastecimento alimentar”. Outras duas ações foram liquidadas entre 20,00% e 50,00%: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente” e “conservação e manutenção dos próprios municipais, destinados à área de abastecimento”. As demais ações foram executadas em mais de 92,00%: “complementação de obras da área de abastecimento, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente”, “coordenação e implementação das atividades de segurança alimentar e nutricional”, “divulgação das ações de governo e publicidade institucional”, “execução de obras de requalificação e adaptação no mercado municipal”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais”, “manutenção dos restaurantes populares, oferecendo refeições de qualidade e de baixo custo” e “manutenção e administração da rede comercial de abastecimento, viabilizando à infraestrutura, os serviços e o atendimento comunitário”.

Em 2012, as ações planejadas foram liquidadas em 95,83%, no entanto como nos anos anteriores, inúmeras despesas não foram implementadas: “ampliação e reforma de equipamentos de abastecimento alimentar”, “construção de armazéns da família”, “construção de equipamentos de abastecimento alimentar”, “execução de obras de requalificação e adaptação em equipamentos de abastecimento alimentar”, “manutenção dos serviços administrativos, destinados aos armazéns da família” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de abastecimento alimentar”. Além destas ações não implementadas, a ação “complementação de obras da área de abastecimento, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente” foi executada em apenas 0,03%. Outras três ações foram executadas entre 15,00% e 50,00%: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “conservação e manutenção dos próprios municipais, destinados à área de abastecimento” e “divulgação das ações de governo e publicidade institucional”. As demais ações

foram implementadas em mais de 95,00%: “coordenação e implementação das atividades de segurança alimentar e nutricional”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais”, “manutenção dos restaurantes populares, oferecendo refeições de qualidade e de baixo custo” e “manutenção e administração da rede comercial de abastecimento, viabilizando à infraestrutura, os serviços e o atendimento comunitário”. Além destas ações, a gestão municipal executou a ação “execução de obras de requalificação e adaptação no mercado municipal” em R\$ 523.428,00.

No último ano da implementação do PPA, a liquidação das ações deste Programa foi de quase 120,00%, no qual diversas ações não foram executadas: “ampliação e reforma de equipamentos de abastecimento alimentar”, “complementação de obras da área de abastecimento, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no exercício vigente”, “construção de armazéns da família”, “construção de equipamentos de abastecimento alimentar”, “divulgação das ações de governo e publicidade institucional”, “execução de obras de requalificação e adaptação em equipamentos de abastecimento alimentar” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de abastecimento alimentar”. A ação “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente” foi executada em apenas 0,80% e a ação “conservação e manutenção dos próprios municipais, destinados à área de abastecimento” em 44,49%. As outras ações foram liquidadas em mais de 109,00%: “coordenação e implementação das atividades de segurança alimentar e nutricional”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais”, “manutenção dos restaurantes populares, oferecendo refeições de qualidade e de baixo custo”, “manutenção dos serviços administrativos, destinados aos armazéns da família” e “manutenção e administração da rede comercial de abastecimento, viabilizando à infraestrutura, os serviços e o atendimento comunitário”. Neste ano, a gestão municipal gastou R\$ 922.473,00 com “despesas da gestão anterior”.

Devido ao bom desempenho do Programa nos dois últimos anos, quase 98,00% das ações foram liquidadas, ao longo dos quatro anos do Plano, no entanto inúmeras despesas não foram executadas. A ação “complementação de obras da área de abastecimento, iniciadas em anos anteriores, a serem concluídas no

exercício vigente” foi liquidada no valor de R\$ 2.833.721,00 correspondendo a 403,66% do valor planejado.

4.1.22 Programa Segurança e Cultura da Paz

A gestão municipal definiu como objetivo do Programa Segurança e Cultura da Paz “otimizar mecanismos de promoção da paz e de proteção às pessoas e ao patrimônio público, atendido pela Guarda Municipal por meio de ações conjuntas dos órgãos governamentais das distintas esferas, da sociedade e dos cidadãos; e atuar em conjunto com as instâncias competentes na prevenção do crime organizado, em especial ao tráfico de drogas”, definindo como público alvo a “sociedade em geral e patrimônio público”.

A Tabela 22 apresenta a execução financeira deste Programa, relacionando os valores empenhados e liquidados com o planejamento.

TABELA 22 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA SEGURANÇA E CULTURA DA PAZ

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/ PPA	VLA/ PPA
2010	57.326.000	63.544.183	60.861.096	110,85%	106,17%
2011	59.898.000	70.453.883	68.072.915	117,62%	113,65%
2012	62.593.000	93.244.030	77.192.741	148,97%	123,32%
2013	65.419.000	86.855.695	85.601.871	132,77%	130,85%
TOTAL	245.236.000	314.097.791	291.728.624	128,08%	118,96%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010 a implementação das ações foi de 106,17%, no qual duas ações não foram executadas: “implantação da central de monitoramento eletrônico” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de assistência comunitária”. Além das ações não executadas, a ação “reforma de equipamentos de segurança” foi liquidada em apenas 9,47%. Outras quatro ações foram executadas entre 40,00% e 70,00%: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “construção de equipamentos de proteção ao cidadão”, “desenvolvimento e execução de ações de prevenção ao uso de drogas” e “prevenção e administração de potenciais desastres e execução de ações de atendimento emergencial, reestruturando a cidade e restabelecendo os serviços essenciais pós-desastre do município”. As demais ações foram executadas

em mais de 90,00%: “coordenação das ações da guarda municipal, em defesa do patrimônio público e social”, “atividades do programa nacional de segurança pública com cidadania – PRONASCI”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais” e “programa nacional de segurança pública com cidadania – PRONASCI”.

No ano seguinte, a liquidação das ações foi de 113,65%, porém neste ano, quatro ações não foram implementadas: “construção de equipamentos de proteção ao cidadão”, “implantação da central de monitoramento eletrônico”, “reforma de equipamentos de segurança” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de assistência comunitária”. Três ações foram executadas entre 10,00% e 50,00%: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “desenvolvimento e execução de ações de prevenção ao uso de drogas” e “prevenção e administração de potenciais desastres e execução de ações de atendimento emergencial, reestruturando a cidade e restabelecendo os serviços essenciais pós-desastre do município”. Outras ações foram liquidadas em mais de 80,00%: “coordenação das ações da guarda municipal, em defesa do patrimônio público e social”, “atividades do programa nacional de segurança pública com cidadania – PRONASCI”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais”, e “programa nacional de segurança pública com cidadania – PRONASCI”. Outras duas ações que não estavam elencadas no Plano, foram executadas no montante de R\$ 807.498,00: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente, visando o atendimento à criança e ao adolescente” e “desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente”.

Em 2012, a implementação das ações foi de 123,32%, porém como nos anos anteriores, diversas ações não foram executadas: “construção de equipamentos de proteção ao cidadão”, “implantação da central de monitoramento eletrônico”, “reforma de equipamentos de segurança” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de assistência comunitária”. Algumas ações foram liquidadas entre 9,00% e 35,00%: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “desenvolvimento e execução de ações de prevenção ao uso de drogas” e “prevenção e administração de potenciais desastres e execução de ações de atendimento emergencial,

reestruturando a cidade e restabelecendo os serviços essenciais pós-desastre do município”. As outras ações foram executadas em mais de 70,00%: “coordenação das ações da guarda municipal, em defesa do patrimônio público e social”, “atividades do programa nacional de segurança pública com cidadania – PRONASCI”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais” e “programa nacional de segurança pública com cidadania – PRONASCI”. Neste ano, duas ações não estavam elencadas no Plano, mas foram liquidadas no valor de R\$ 45.988,00: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente, visando o atendimento à criança e ao adolescente” e “desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente”.

Em 2013, a liquidação deste Programa foi ainda superior a dos anos anteriores, com 130,85% de execução em relação ao Planejamento, todavia inúmeras ações não foram implementadas: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “construção de equipamentos de proteção ao cidadão”, “implantação da central de monitoramento eletrônico”, “reforma de equipamentos de segurança” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de assistência comunitária”. Entre 8,00% e 45,00%, outras ações foram executadas: “atividades do programa nacional de segurança pública com cidadania – PRONASCI”, “desenvolvimento e execução de ações de prevenção ao uso de drogas”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais” e “prevenção e administração de potenciais desastres e execução de ações de atendimento emergencial, reestruturando a cidade e restabelecendo os serviços essenciais pós-desastre do município”. As demais ações foram liquidadas em mais de 150,00%: “coordenação das ações da guarda municipal, em defesa do patrimônio público e social” e “programa nacional de segurança pública com cidadania – PRONASCI”. Neste ano, R\$ 74.006,00 foram gastos com “despesas da gestão anterior” e “desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente”.

Durante os quatro anos de implementação do PPA, a gestão municipal liquidou 118,96% das ações do Programa Segurança e Cultura da Paz, no qual duas ações não foram executadas: “implantação da central de monitoramento eletrônico” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas,

que atuam na área de assistência comunitária” e a ação com melhor desempenho foi “programa nacional de segurança pública com cidadania – PRONASCI” com 7396,09%, no valor de R\$ 1.553.178,00.

4.1.23 Programa Tecnoparque

O Programa Tecnoparque foi destinado à empresas do setor de alta tecnologia, com o objetivo de “fazer de Curitiba e Região um ambiente preferencial para atrair oportunidades produtivas de alto valor agregado e grande competitividade. Promover o entrosamento entre a demanda e oferta no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação entre universidades, empresas e governo, contribuindo assim, para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável”.

Está representado na Tabela 23, os valores planejados, empenhados e liquidados das despesas, para a implementação deste Programa.

TABELA 23 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA TECNOPARQUE

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	50.000	-	-	0,00%	0,00%
2011	52.000	1.257.191	-	2417,67%	0,00%
2012	55.000	5.005.007	4.216.181	9100,01%	7665,78%
2013	57.000	602.240	588.423	1056,56%	1032,32%
TOTAL	214.000	6.864.438	4.804.604	3207,68%	2245,14%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

O Programa Tecnoparque não foi implementado nos dois primeiros anos do Plano. Em contrapartida, no ano 2012 as ações foram liquidadas em 7665,78%. A ação “elaboração de estudos, projetos e planos – Tecnoparque” que estava planejada não foi executada e a ação “fomento a incubadoras de empresas e parques tecnológicos” que não estava elencada no Plano, foi executada no valor de R\$ 4.216.181,00.

No último ano do plano, a liquidação das despesas foi de 1032,32%, com a execução da ação “fomento a incubadoras de empresas e parques tecnológicos” no valor de R\$ 588.423,00, que não estava no planejamento.

Dessa forma, durante os quatro anos do Plano, as despesas foram liquidadas em 2245,14%, sendo que a ação que estava planejada não foi executada e a ação não planejada foi implementada no valor de R\$ 4.804.604,00.

Este percentual de liquidação reafirma o compromisso da gestão de fazer do Tecnoparque a maior aposta no desenvolvimento científico e tecnológico que toma impulso a partir da parceria entre o poder público e a iniciativa privada.

4.1.24 Programa Trabalho e Geração de Renda

Definiu-se como objetivo “contribuir para a geração de trabalho e renda da população em situação de vulnerabilidade social e do pequeno empreendedor, disponibilizando apoio e qualificação nas áreas de produção, comercialização e formação empreendedora”, tendo como público alvo do Programa Trabalho e Geração de Renda, a população em geral.

A Tabela 24 apresenta os valores planejados e a liquidação financeira das despesas, no desenvolvimento deste Programa.

TABELA 24 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 – 2013: PROGRAMA TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	5.074.000	11.427.710	10.179.236	225,22%	200,62%
2011	4.307.000	12.046.083	10.648.435	279,69%	247,24%
2012	4.472.000	6.880.460	5.996.425	153,86%	134,09%
2013	4.640.000	7.043.528	5.684.186	151,80%	122,50%
TOTAL	18.493.000	37.397.781	32.508.282	202,23%	175,79%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

No primeiro ano do Plano, este Programa conseguiu liquidar mais de 200,00% das ações, no entanto não executou a ação “execução da política de geração de trabalho, emprego e renda” no valor de R\$ 1.111.000,00. As demais ações foram liquidadas entre 130,00% e 410,00%: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “coordenação e estabelecimento da política municipal, voltada à geração de trabalho, emprego e renda”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de trabalho, emprego e renda”.

Em 2011, a implementação das ações foi de quase 250,00%, porém como no ano anterior a ação “execução da política de geração de trabalho, emprego e renda” não foi liquidada. Outras ações foram executadas entre 135,00% e 665,00%:

“aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “coordenação e estabelecimento da política municipal, voltada à geração de trabalho, emprego e renda”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de trabalho, emprego e renda”.

Em 2012, a liquidação das ações foi inferior aos anos anteriores com 134,09%, com a inexecução de duas ações: “execução da política de geração de trabalho, emprego e renda” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de trabalho, emprego e renda”. Já, as demais ações foram implementadas entre 65,00% e 245,00%: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “coordenação e estabelecimento da política municipal, voltada à geração de trabalho, emprego e renda” e “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais”.

No último ano do PPA, a liquidação das despesas do Programa foi de 122,50%, pois como no ano anterior, as ações “execução da política de geração de trabalho, emprego e renda” e “viabilização de convênios, pela transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de trabalho, emprego e renda” não foram praticadas. Além destas, a ação “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente” foi liquidada em apenas 0,38%. A ação “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais” foi liquidada em 138,77% e a ação “coordenação e estabelecimento da política municipal, voltada à geração de trabalho, emprego e renda” foi liquidada em 224,87%. O pagamento da ação “despesas da gestão anterior” foi de apenas R\$ 324,00.

Este Programa encerrou os quatro anos do PPA com a implementação de 175,79% das ações. A única ação não executada foi “execução da política de geração de trabalho, emprego e renda” e a ação com maior percentual e liquidação foi “coordenação e estabelecimento da política municipal, voltada à geração de trabalho, emprego e renda” com quase 358,00%.

4.2 Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, foi definido por Brasil (2008), como “aqueles voltados para a oferta de serviços ao Estado, para a gestão de políticas e para o apoio administrativo”

A seguir estão apresentados os Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais do Município de Curitiba, planejados para o PPA 2010-2013.

4.2.1 Programa de Operações Especiais

O Programa de Operações Especiais teve por objetivo “realizar despesas que não contribuam para a manutenção das ações de governo, das quais não resultem um produto, e não gerem contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços”.

A execução financeira do Programa está demonstrado na Tabela 25, com a apresentação dos valores planejados, bem como os valores empenhados e liquidados.

TABELA 25 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	143.118.000	121.032.555	118.148.963	84,57%	82,55%
2011	147.570.000	161.423.245	154.630.390	109,39%	104,78%
2012	156.595.000	244.482.626	237.332.420	156,12%	151,56%
2013	171.461.000	200.786.466	189.186.093	117,10%	110,34%
TOTAL	618.744.000	727.724.892	699.297.866	117,61%	113,02%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

No primeiro ano de implantação do PPA, a liquidação do Programa de Operações Especiais foi de 82,55%, no qual a ação “resgate de títulos” no valor de R\$ 590.000,00 não foi realizada. A ação “pagamento de precatórios e sentenças judiciais, de acordo com a legislação em vigor” foi liquidada em apenas 22,02%. As outras ações foram implementadas em mais de 80,00%: “amortização e encargos da dívida pública”, “pagamento de contribuições para o programa de formação do patrimônio do servidor público – PASEP”, “pagamento de indenizações e restituições” e “execução de despesas decorrentes da garantia de operações financeiras, autorizadas pela Lei Municipal nº 12.690, de 15 de abril de 2008”.

Em 2011 a implementação deste Programa foi de 104,78%, com a inexecução da ação “resgate de títulos” no valor de R\$ 644.000,00. As demais ações foram liquidadas acima de 80,00%: “amortização e encargos da dívida pública”, “pagamento de contribuições para o programa de formação do patrimônio do servidor público – PASEP”, “pagamento de indenizações e restituições”, “pagamento de precatórios e sentenças judiciais, de acordo com a legislação em vigor” e “execução de despesas decorrentes da garantia de operações financeiras, autorizadas pela Lei Municipal nº 12.690, de 15 de abril de 2008”.

No ano seguinte, a execução do Programa foi de mais de 159,00%, porém como nos anos anteriores, a ação “resgate de títulos” não foi novamente liquidada, no valor de R\$ 700.000,00. As outras ações foram implementadas acima de 85,00%: “amortização e encargos da dívida pública”, “pagamento de contribuições para o programa de formação do patrimônio do servidor público – PASEP”, “pagamento de indenizações e restituições”, “pagamento de precatórios e sentenças judiciais, de acordo com a legislação em vigor”, “execução de despesas decorrentes da garantia de operações financeiras, autorizadas pela Lei Municipal nº 12.690, de 15 de abril de 2008”

Em 2013, a implementação das ações foi de 110,34%. No valor de 759.000,00, a ação “resgate de títulos” não foi executada. A ação “pagamento de precatórios e sentenças judiciais, de acordo com a legislação em vigor” foi liquidada em 55,05%. As outras ações foram implementadas em mais de 90,00%: “amortização e encargos da dívida pública”, “pagamento de contribuições para o programa de formação do patrimônio do servidor público – PASEP”, “pagamento de indenizações e restituições” e “execução de despesas decorrentes da garantia de operações financeiras, autorizadas pela Lei Municipal nº 12.690, de 15 de abril de 2008”.

Durante os quatro anos do PPA, a gestão municipal conseguiu liquidar as ações deste Programa em mais de 113,00% em relação ao planejado, no qual a ação com maior percentual de liquidação foi “pagamento de indenizações e restituições” com 816,39%, no valor de R\$ 73.360.603,00.

4.2.2 Programa Gestão Administrativa

Foi definido como objetivo do Programa Gestão Administrativa “realizar com

efetividade as ações administrativas, financeiras, jurídicas e de comunicação social da Gestão Municipal, possibilitando a execução do Plano de Governo, objetivando um aprimoramento na atenção às necessidades da população curitibana”.

A Tabela 26 apresenta os valores planejados, empenhados e liquidados das despesas, para a implementação das ações.

TABELA 26 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	609.193.000	424.688.468	414.530.721	69,71%	68,05%
2011	634.839.000	459.982.028	437.048.813	72,46%	68,84%
2012	663.626.000	605.594.950	540.782.008	91,26%	81,49%
2013	693.430.000	631.942.945	594.781.258	91,13%	85,77%
TOTAL	2.601.088.000	2.122.208.391	1.987.142.800	81,59%	76,40%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, o município liquidou 68,05% das ações programadas para a realização do Programa Gestão Administrativa, no qual cinco ações não foram implementadas: “coordenação de atividades da assessoria legislativa”, “execução dos serviços de informática e informação, disponibilizados à administração municipal e à população”, “manutenção do atendimento aos servidores e seus dependentes, com serviços médico-hospitalares, odontológicos e outros, necessários à assistência aos assegurados, conforme legislação em vigor”, “pagamento de indenizações trabalhistas” e “premiação dos procuradores em exercício efetivo por atividade jurídica, decorrente da arrecadação de ações judiciais de tributos inscritos em dívida ativa”. Outras ações foram liquidadas entre 10,00% e 40,00%: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “execução de obras de construção e ampliação em próprios municipais”, “execução de obras de reformas e adaptações em próprios municipais”, “organização e promoção das atividades de funcionamento do gabinete do vice-prefeito” e “regularização de processos de dação em pagamento”. A maioria das ações foram executadas entre 50,00% e 100,00%: “atendimento de despesas com a folha de pagamento dos servidores à disposição de órgãos da administração municipal”, “concessão de benefícios, conforme legislação em vigor”, “conservação e manutenção dos próprios municipais de uso administrativo”, coordenação e controle da frota de veículos municipal”, “coordenação e controle da política de gestão administrativa do município”,

“coordenação e controle do patrimônio público municipal”, “coordenação e execução da política de cobrança de tributos e débitos municipais, de forma amigável ou judicial”, “coordenação e execução das atividades orçamentária, financeira, contábil e de controle interno”, “desenvolvimento e coordenação da política de recursos humanos dos servidores do município”, “execução dos programas voltados à saúde ocupacional do servidor”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais”, “organização e promoção das atividades de funcionamento do gabinete do prefeito” e “pagamento de cobrança de tarifas e outras despesas operacionais”. As outras ações foram liquidadas entre 100,00% e 200,00%: “coordenação e controle da tecnologia da informação municipal”, “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população”, “funcionamento e promoção das atividades necessárias de relações internas e externas com a sociedade”, “gestão e administração da política tributária do município”, “pagamento da contribuição patronal dos servidores inativos, pensionistas e outros, conforme legislação em vigor”, “planejamento e coordenação das ações de governo dos diversos órgãos do município” e “promoção da assistência geral ao servidor, conforme legislação em vigor”.

Em 2011, a liquidação das ações deste Programa foi de 68,84%, no qual seis ações não foram implementadas: “execução dos serviços de informática e informação, disponibilizados à administração municipal e à população”, “manutenção do atendimento aos servidores e seus dependentes, com serviços médico-hospitalares, odontológicos e outros, necessários à assistência aos assegurados, conforme legislação em vigor”, “organização e promoção das atividades de funcionamento do gabinete do vice-prefeito”, “pagamento de indenizações trabalhistas”, “premiação dos procuradores em exercício efetivo por atividade jurídica, decorrente da arrecadação de ações judiciais de tributos inscritos em dívida ativa” e “regularização de processos de dação em pagamento”. Entre 40,00% e 70,00% inúmeras ações também foram executadas: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “concessão de benefícios, conforme legislação em vigor”, “coordenação e controle da frota de veículos municipal”, “coordenação e execução da política de cobrança de tributos e débitos municipais, de forma amigável ou judicial”, “execução dos programas voltados à saúde

ocupacional do servidor” e “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais”. Cinco outras ações foram liquidadas entre 70,00% e 100,00%: “atendimento de despesas com a folha de pagamento dos servidores à disposição de órgãos da administração municipal”, “coordenação de atividades da assessoria legislativa”, “coordenação e controle da política de gestão administrativa do município”, “execução de obras de reformas e adaptações em próprios municipais” e “pagamento de cobrança de tarifas e outras despesas operacionais”. As demais ações foram executadas entre 100,00% e 180,00%: “conservação e manutenção dos próprios municipais de uso administrativo”, “coordenação e controle da tecnologia da informação municipal”, “coordenação e controle do patrimônio público municipal”, “coordenação e execução das atividades orçamentária, financeira, contábil e de controle interno”, “desenvolvimento e coordenação da política de recursos humanos dos servidores do município”, “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população”, “funcionamento e promoção das atividades necessárias de relações internas e externas com a sociedade”, “gestão e administração da política tributária do município”, “organização e promoção das atividades de funcionamento do gabinete do prefeito”, “pagamento da contribuição patronal dos servidores inativos, pensionistas e outros, conforme legislação em vigor”, “planejamento e coordenação das ações de governo dos diversos órgãos do município” e “promoção da assistência geral ao servidor, conforme legislação em vigor”.

No ano seguinte, o desempenho do Programa foi melhor do que nos anos anteriores, com a liquidação das ações em 81,49%. Somente quatro ações não foram implementadas: “execução dos serviços de informática e informação, disponibilizados à administração municipal e à população”, “manutenção do atendimento aos servidores e seus dependentes, com serviços médico-hospitalares, odontológicos e outros, necessários à assistência aos assegurados, conforme legislação em vigor”, “organização e promoção das atividades de funcionamento do gabinete do vice-prefeito” e “regularização de processos de dação em pagamento”. A ação “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente” foi executada em 3,48% e a ação “funcionamento e promoção das atividades necessárias de relações internas e externas com a sociedade” em 11,51%. Outras ações foram

implementadas entre 25,00% e 70,00%: “concessão de benefícios, conforme legislação em vigor”, “coordenação e controle da política de gestão administrativa do município”, “coordenação e execução da política de cobrança de tributos e débitos municipais, de forma amigável ou judicial”, “execução de obras de reformas e adaptações em próprios municipais”, “execução dos programas voltados à saúde ocupacional do servidor” e “pagamento de indenizações trabalhistas”. Inúmeras ações foram liquidadas entre 70,00% e 100,00%: “coordenação e controle da frota de veículos municipal”, “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais”, “pagamento de cobrança de tarifas e outras despesas operacionais” e “promoção da assistência geral ao servidor, conforme legislação em vigor”. As demais ações foram liquidadas entre 100,00% e 205,00%: “atendimento de despesas com a folha de pagamento dos servidores à disposição de órgãos da administração municipal”, “conservação e manutenção dos próprios municipais de uso administrativo”, “coordenação de atividades da assessoria legislativa”, “coordenação e controle da tecnologia da informação municipal”, “coordenação e controle do patrimônio público municipal”, “coordenação e execução das atividades orçamentária, financeira, contábil e de controle interno”, “desenvolvimento e coordenação da política de recursos humanos dos servidores do município”, “gestão e administração da política tributária do município”, “organização e promoção das atividades de funcionamento do gabinete do prefeito”, “pagamento da contribuição patronal dos servidores inativos, pensionistas e outros, conforme legislação em vigor”, “planejamento e coordenação das ações de governo dos diversos órgãos do município”, “premiação dos procuradores em exercício efetivo por atividade jurídica, decorrente da arrecadação de ações judiciais de tributos inscritos em dívida ativa”. Neste ano, o município gastou R\$ 77.000,00 com a ação “desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente”, a qual não estava elencada no Plano.

No último ano do PPA, foram liquidadas 85,77% das ações previstas, porém como nos anos anteriores, várias não foram executadas: “execução de obras de reformas e adaptações em próprios municipais”, “execução dos serviços de informática e informação, disponibilizados à administração municipal e à população”,

“funcionamento e promoção das atividades necessárias de relações internas e externas com a sociedade”, “manutenção do atendimento aos servidores e seus dependentes, com serviços médico-hospitalares, odontológicos e outros, necessários à assistência aos assegurados, conforme legislação em vigor”, “pagamento de indenizações trabalhistas”, “planejamento e coordenação das ações de governo dos diversos órgãos do município” e “regularização de processos de dação em pagamento”. Algumas ações foram implementadas entre 15,00% e 60,00%: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “coordenação e controle da frota de veículos municipal”, “coordenação e controle da política de gestão administrativa do município”, “divulgação das ações de governo e de utilidade pública, por meio de campanhas informativas e educativas e outros meios de acesso à população”, “organização e promoção das atividades de funcionamento do gabinete do vice-prefeito”, “pagamento de cobrança de tarifas e outras despesas operacionais” e “premiação dos procuradores em exercício efetivo por atividade jurídica, decorrente da arrecadação de ações judiciais de tributos inscritos em dívida ativa”. Outras ações foram liquidadas entre 60,00% e 100,00%: “concessão de benefícios, conforme legislação em vigor”, “coordenação e execução da política de cobrança de tributos e débitos municipais, de forma amigável ou judicial”, “execução dos programas voltados à saúde ocupacional do servidor”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais” e “promoção da assistência geral ao servidor, conforme legislação em vigor”. Enfim, as demais ações foram executadas entre 100,00% e 220,00%: “atendimento de despesas com a folha de pagamento dos servidores à disposição de órgãos da administração municipal”, “conservação e manutenção dos próprios municipais de uso administrativo”, “coordenação de atividades da assessoria legislativa”, “coordenação e controle da tecnologia da informação municipal”, “coordenação e controle do patrimônio público municipal”, “coordenação e execução das atividades orçamentária, financeira, contábil e de controle interno”, “desenvolvimento e coordenação da política de recursos humanos dos servidores do município”, “gestão e administração da política tributária do município”, “organização e promoção das atividades de funcionamento do gabinete do prefeito” e “pagamento da contribuição patronal dos servidores inativos, pensionistas e outros, conforme legislação em vigor”. Neste ano, a gestão municipal liquidou R\$ 24.273.875,00 em

ações que não estavam no planejamento: “contribuição patronal do plano de assistência social e de saúde dos servidores da área de saúde”, “desenvolvimento e execução de ações de atendimento à criança e ao adolescente”, “despesas da gestão anterior” e “planejamento e coordenação das ações de governo dos diversos órgãos do município”.

O Município executou 76,40% das ações previstas para o Programa Gestão Administrativa, durante os quatro anos do PPA, no qual duas ações não foram implementadas: “execução dos serviços de informática e informação, disponibilizados à administração municipal e à população” no valor de R\$ 261.049.000,00 e a ação “manutenção do atendimento aos servidores e seus dependentes, com serviços médico-hospitalares, odontológicos e outros, necessários à assistência aos assegurados, conforme legislação em vigor” no valor de R\$ 296.668.000,00.

4.2.3 Programa Legislativo Municipal

O Programa Legislativo Municipal teve como objetivo “legislar sobre matérias de competência do Município, exercendo sua atribuição de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo”.

A Tabela 27 apresenta os valores planejados, para a implementação das ações.

TABELA 27 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA LEGISLATIVO MUNICIPAL

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	96.000.000	-	-	0,00%	0,00%
2011	100.321.000	-	-	0,00%	0,00%
2012	104.836.000	-	-	0,00%	0,00%
2013	109.552.000	-	-	0,00%	0,00%
TOTAL	410.709.000	-	-	0,00%	0,00%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Foi planejado gastar o valor de R\$ 410.709.000,00 com o Programa Legislativo Municipal, durante os quatro anos do PPA, com as ações: “aquisição e reposição de equipamentos e material permanente”, “construção do novo prédio para o plenário e gabinetes dos vereadores”, “execução de reformas e melhorias nos

próprios do legislativo municipal”, “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais, de competência do poder legislativo” e “manutenção das atividades político-parlamentares”. No entanto, as despesas gastas com estas ações não foram lançadas no Portal da Transparência da Prefeitura, não sendo possível desta forma, fazer qualquer tipo de análise ou consideração.

4.2.4 Programa Previdência do Servidor

Foi definido como objetivo do Programa Previdência do Servidor “implementar ações que visem à manutenção do plano de previdência aos servidores municipais, bem como proceder estudos para implantação de um plano de previdência sustentável para o Município.

Está representado na Tabela 28 os valores planejados, empenhados e liquidados para a implementação das ações.

TABELA 28 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/ PPA	VLA/ PPA
2010	332.726.000	311.161.400	300.223.694	93,52%	90,23%
2011	347.607.000	349.494.198	347.596.664	100,54%	100,00%
2012	363.159.000	405.706.970	404.761.745	111,72%	111,46%
2013	379.413.000	492.755.959	490.215.171	129,87%	129,20%
TOTAL	1.422.905.000	1.559.118.527	1.542.797.274	109,57%	108,43%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, a liquidação financeira deste Programa foi de 90,23%, no qual a ação "construção, ampliação e reforma em próprios do IPMC" não foi liquidada, sendo que havia sido planejado o valor de R\$ 2.000.000,00 para esta ação. Outras ações tiveram baixo percentual de desempenho, variando entre 0,12% e 1,81%: "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente", "desenvolvimento de atividades de integração e valorização do aposentado e do pensionista" e "desenvolvimento e execução de atividades relacionadas ao regime previdenciário". As demais ações foram implementadas em mais de 58,00%: "administração do regime próprio de previdência do município, conforme legislação em vigor", "administração do regime próprio de previdência do município, conforme Lei

Municipal nº 12.821, de 1º de julho de 2008", "concessão de benefícios, conforme legislação em vigor" e "manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais".

No próximo ano, a execução do Programa foi de 100,00%, no entanto como no ano anterior, a ação "construção, ampliação e reforma em próprios do IPMC" não foi executada. Outras ações foram liquidadas entre 0,60% e 10,00%: "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente", "desenvolvimento de atividades de integração e valorização do aposentado e do pensionista" e "desenvolvimento e execução de atividades relacionadas ao regime previdenciário". As demais ações foram executadas entre 85,00% e 170,00%: "administração do regime próprio de previdência do município, conforme legislação em vigor", "administração do regime próprio de previdência do município, conforme Lei Municipal nº 12.821, de 1º de julho de 2008", "concessão de benefícios, conforme legislação em vigor" e "manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais".

Em 2012, a liquidação do Programa foi de quase 112,00%. Novamente a ação "construção, ampliação e reforma em próprios do IPMC" não foi implementada. A ação "desenvolvimento e execução de atividades relacionadas ao regime previdenciário" foi liquidada em apenas 0,42% e a ação "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente" em menos de 5,00%. Outras ações foram executadas entre 40,00% e 100,00%: "administração do regime próprio de previdência do município, conforme legislação em vigor", "concessão de benefícios, conforme legislação em vigor", "desenvolvimento de atividades de integração e valorização do aposentado e do pensionista" e "manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais". A ação "administração do regime próprio de previdência do município, conforme Lei Municipal nº 12.821, de 1º de julho de 2008" foi executada em 245,59%.

Em 2013, a liquidação das ações foi de 129,20%, portanto duas ações não foram executadas: "aquisição e reposição de equipamentos e material permanente" e "construção, ampliação e reforma em próprios do IPMC". Além das ações não executadas, a ação "desenvolvimento e execução de atividades relacionadas ao regime previdenciário" foi liquidada em apenas 0,39%. Outras ações foram liquidadas entre 25,00% e 75,00%: "concessão de benefícios, conforme legislação

em vigor”, “desenvolvimento de atividades de integração e valorização do aposentado e do pensionista” e “manutenção da estrutura funcional, otimizando os recursos de pessoal, financeiros, administrativos e materiais”. As demais ações foram implementadas em mais de 100,00%: “administração do regime próprio de previdência do município, conforme legislação em vigor” e “administração do regime próprio de previdência do município, conforme Lei Municipal nº 12.821, de 1º de julho de 2008”.

A gestão municipal conseguiu liquidar, durante os quatro anos do PPA, 108,43% das ações programadas para este Programa. No entanto, no planejamento previu-se gastar R\$ 8.000.000,00 com a ação “construção, ampliação e reforma em próprios do IPMC” porém a mesma não foi implementada. Já a ação “administração do regime próprio de previdência do município, conforme Lei Municipal nº 12.821, de 1º de julho de 2008” foi liquidada em 222,70%, no valor de R\$ 333.457.845,00.

4.2.5 Programa Reserva de Contingência

O Programa Reserva de Contingência teve como objetivo “reservar recursos orçamentários para atendimento de desequilíbrio entre a receita e a despesa pública (de acordo com o inciso III, do art. 5º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000)”.

A Tabela 29 apresenta o montante planejado para gastar como este Programa.

TABELA 29 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	47.250.000	-	-	0,00%	0,00%
2011	35.000.000	-	-	0,00%	0,00%
2012	51.598.000	-	-	0,00%	0,00%
2013	53.920.000	-	-	0,00%	0,00%
TOTAL	187.768.000	-	-	0,00%	0,00%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

A única ação planejada para este Programa foi “reserva de recursos para atender passivos contingentes, outros riscos fiscais imprevistos e demais legislações vigentes, conforme Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000”, no

valor de R\$ 187.768.000,00, no entanto a ação não foi implementada.

4.2.6 Programa Reserva Orçamentária

O objetivo do Programa Reserva Orçamentária foi “reservar recursos orçamentários para suportar déficits futuros do Regime Próprio de Previdência Social”.

A Tabela 30 apresenta o montante planejado para gastar como este Programa.

TABELA 30 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: PROGRAMA RESERVA ORÇAMENTÁRIA

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	22.000.000	-	-	0,00%	0,00%
2011	22.990.000	-	-	0,00%	0,00%
2012	24.024.000	-	-	0,00%	0,00%
2013	25.105.000	-	-	0,00%	0,00%
TOTAL	94.119.000	-	-	0,00%	0,00%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Foi destinado o montante de R\$ 94.119.000,00 para a implementação deste Programa, com a ação “capitalização de recursos oriundos da legislação previdenciária, para possíveis pagamentos de assegurados do regime próprio de previdência do município”, porém nenhum valor foi empenhado ou liquidado, durante os quatro anos do PPA.

4.3 Eixos Estratégicos

Por meio da Lei 13.378 de 11 de dezembro de 2009, a gestão municipal definiu cinco eixos estratégicos: Morar, Cuidar, Trabalhar, Aprender e Viver, em torno dos quais irão girar as políticas públicas do Município, durante a implantação do PPA 2010-2013.

4.3.1 Eixo Estratégico: Morar

O Objetivo do Governo, para o Eixo Estratégico MORAR é "promover a

qualidade do espaço urbano".

Estão apresentados na Tabela 31, os valores planejados, empenhados e liquidados com os programas deste eixo estratégico.

TABELA 31 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: EIXO ESTRATÉGICO - MORAR

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/ PPA	VLA/ PPA
2010	1.390.362.000	505.181.767	426.167.204	36,33%	30,65%
2011	1.407.470.000	650.366.493	537.750.890	46,21%	38,21%
2012	1.450.257.000	1.315.083.095	1.175.588.031	90,68%	81,06%
2013	1.484.574.000	1.981.699.326	1.632.568.175	133,49%	109,97%
TOTAL	5.732.663.000	4.452.330.680	3.772.074.300	77,67%	65,80%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, a liquidação financeira do Eixo Estratégico Morar foi de apenas 30,65%, no qual o "Programa Novo Centro" não foi implementado no valor de R\$ 2.250.000,00. Os Programas: "Programa Copa 2014", "Programa Metrô - Linha Azul" e "Programa Mobilidade e Acessibilidade" foram liquidados entre 3,00% e 12,00%. Alguns Programas foram executados entre 25,00% e 40,00%: "Programa Linha Verde", "Programa Moro Aqui" e "Programa Planejamento Urbano e Infraestrutura". Os demais Programas foram liquidados em mais de 80,00%: "Programa Manutenção da Cidade" e "Programa Meio Ambiente - Biocidade".

No ano seguinte, a liquidação dos Programas foi superior ao ano anterior, com 38,21%, sendo que novamente o "Programa Novo Centro" não foi executado no valor de R\$ 2.256.000,00. O "Programa Mobilidade e Acessibilidade" também foi liquidado em apenas 6,13%. Outras Programas foram implementados entre 20,00% e 40,00%: "Programa Linha Verde" e "Programa Metrô - Linha Azul". Os outros Programas foram executados em mais de 70,00%: "Programa Copa 2014", "Programa Manutenção da Cidade", "Programa Meio Ambiente - Biocidade", "Programa Moro Aqui" e "Programa Planejamento Urbano e Infraestrutura".

Em 2012, a execução deste eixo estratégico foi muito superior ao ano anterior, com 81,06% de liquidação das ações, no entanto dois Programas não foram implementados: "Programa Metrô - Linha Azul" e "Programa Novo Centro". O "Programa Mobilidade e Acessibilidade" foi executado em 59,56% e os demais Programas foram implementados em mais de 100,00%: "Programa Copa 2014",

"Programa Linha Verde", "Programa Manutenção da Cidade", "Programa Meio Ambiente - Biocidade", "Programa Moro Aqui" e "Programa Planejamento Urbano e Infraestrutura".

No último ano do PPA, a liquidação dos Programas foi de quase 110,00%, todavia como no ano anterior, os Programas "Programa Metrô - Linha Azul" e "Programa Novo Centro" não foram executados. Dois outros Programas foram liquidados entre 64,00% e 66,00%: "Programa Manutenção da Cidade" e "Programa Planejamento Urbano e Infraestrutura". Os outros Programas foram implementados em mais de 100,00%: "Programa Copa 2014", "Programa Linha Verde", "Programa Meio Ambiente - Biocidade", "Programa Mobilidade e Acessibilidade" e "Programa Moro Aqui".

Durante o Plano, a implementação deste Eixo Estratégico foi de 65,80%, no qual o "Programa Meio Ambiente - Biocidade" foi executado em 123,92% e o "Programa Copa 2014" em 361,95%.

4.3.2 Eixo Estratégico: Cuidar

O Objetivo do Governo, para o Eixo Estratégico CUIDAR é "promover o desenvolvimento do capital humano e social na busca da justiça social".

Estão apresentados na Tabela 32, os valores planejados, empenhados e liquidados com os programas deste eixo estratégico.

TABELA 32 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: EIXO ESTRATÉGICO - CUIDAR

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	1.031.739.000	1.067.116.139	982.622.570	103,43%	95,24%
2011	1.078.283.000	1.181.109.398	1.104.050.751	109,54%	102,39%
2012	1.122.814.000	1.437.965.009	1.300.309.670	128,07%	115,81%
2013	1.169.427.000	1.811.087.835	1.574.075.042	154,87%	134,60%
TOTAL	4.402.263.000	5.497.278.382	4.961.058.033	124,87%	112,69%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

A liquidação financeira dos Programas deste Eixo foi de 95,24%, em 2010, no qual o "Programa Ação Social" foi executado em 47,60%. Os demais Programas foram implementados em mais de 80,00%: "Programa Curitiba Saúde", "Programa Segurança Alimentar" e "Programa Segurança e Cultura da Paz".

Em 2011, a execução do Eixo superou os 100,00%, no entanto como no ano anterior, a execução do "Programa Ação Social", foi inferior a 50,00%. Os outros Programas foram liquidados em mais de 90,00%: "Programa Curitiba Saúde", "Programa Segurança Alimentar" e "Programa Segurança e Cultura da Paz".

No ano seguinte, a liquidação deste Eixo foi de 115,81%. Novamente a execução do "Programa Ação Social" foi inferior a 50,00%. Os demais Programas foram liquidados em mais de 95,00%: "Programa Curitiba Saúde", "Programa Segurança Alimentar" e "Programa Segurança e Cultura da Paz".

No último ano de execução do PPA, a liquidação dos Programas deste Eixo foi de quase 135,00%, com a implementação de mais de 105,00%: "Programa Ação Social", "Programa Curitiba Saúde", "Programa Segurança Alimentar" e "Programa Segurança e Cultura da Paz".

Nos quatro anos de implementação do PPA, este Eixo Estratégico foi liquidado em 112,69%, no qual o "Programa Ação Social" teve o menor percentual de execução, com apenas 62,38%. Em contrapartida, o "Programa Curitiba Saúde" foi liquidado em 119,49%.

4.3.3 Eixo Estratégico: Trabalhar

O Objetivo do Governo, para o Eixo Estratégico TRABALHAR é "criar oportunidades e ambientes favoráveis ao desenvolvimento, num enfoque multidimensional".

Na Tabela 33, estão apresentados os valores planejados, empenhados e liquidados com os programas deste eixo estratégico.

TABELA 33 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: EIXO ESTRATÉGICO - TRABALHAR

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/ PPA	VLA/ PPA
2010	8.956.000	13.625.106	12.234.295	152,13%	136,60%
2011	8.238.000	15.741.033	12.708.153	191,08%	154,26%
2012	8.578.000	16.957.512	15.021.430	197,69%	175,12%
2013	8.929.000	9.298.320	7.643.590	104,14%	85,60%
TOTAL	34.701.000	55.621.971	47.607.468	160,29%	137,19%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

No primeiro ano do Plano, a liquidação deste Eixo Estratégico foi de 136,60%, no qual dois Programas não foram implementados: "Programa Fomento

ao Desenvolvimento Econômico e ao Negócio" no valor de R\$ 1.090.000,00 e o "Programa Tecnoparque" no valor de R\$ 50.000,00. O "Programa Incentivo ao Turismo" foi liquidado em 74,95% e o "Programa Trabalho e Geração de Renda" em 200,62%.

Em 2011, a implementação deste Eixo foi de 154,26%. Como no ano anterior, dois Programas não foram liquidados: "O Programa Fomento ao Desenvolvimento Econômico e ao Negócio" no valor de R\$ 1.139.000,00 e "Programa Tecnoparque" no valor de R\$ 52.000,00. O "Programa Incentivo ao Turismo" foi executado em 75,17% e o "Programa Trabalho e Geração de Renda" em 247,24%.

No ano seguinte, a execução deste Eixo foi superior a 175,00%, no qual apenas o "Programa Fomento ao Desenvolvimento Econômico e ao Negócio" não foi executado, no valor de R\$ 1.188.000,00. Em contrapartida, o "Programa Tecnoparque" que não havia sido liquidado nos anos anteriores, foi implementado em 7665,78%, no valor de R\$ 4.216.181,00. O "Programa Incentivo ao Turismo" foi executado em 167,96% e o "Programa Trabalho e Geração de Renda" em 134,09%.

No último ano do Plano, a liquidação foi de apenas 85,60%, no qual dois Programas foram executados em menos de 40,00%: "Programa Fomento ao Desenvolvimento Econômico e ao Negócio" e "Programa Incentivo ao Turismo". O "Programa Tecnoparque" foi executado em 1032,32% e o "Programa Trabalho e Geração de Renda" em 122,50%.

Durante os quatro anos do PPA, a liquidação deste Eixo Estratégico foi de 137,19%, no qual o "Programa Fomento ao Desenvolvimento Econômico e ao Negócio" foi executado em apenas 4,29%, em contrapartida o "Programa Tecnoparque" foi liquidado em 2245,14%.

4.3.4 Eixo Estratégico: Aprender

O Objetivo do Governo, para o Eixo Estratégico APRENDER é "desenvolver o capital intelectual para além da escolaridade formal, sob a ótica da sociedade do conhecimento".

Na Tabela 34, estão apresentados os valores planejados, empenhados e liquidados com os programas deste eixo estratégico.

TABELA 34 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: EIXO ESTRATÉGICO - APRENDER

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	667.607.000	698.942.428	679.615.841	104,69%	101,80%
2011	697.319.000	831.812.200	794.830.426	119,29%	113,98%
2012	717.411.000	1.044.271.765	941.939.505	145,56%	131,30%
2013	750.050.000	1.123.269.333	1.049.270.807	149,76%	139,89%
TOTAL	2.832.387.000	3.698.295.726	3.465.656.578	130,57%	122,36%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, a implementação do Eixo Estratégico Aprender foi de 101,80%, no entanto dois Programas foram executados em menos de 35,00%: “Programa Comunidade Escola” e “Programa Educação/Expansão do Atendimento Educacional”. Já o “Programa Educação/Qualidade da Educação” foi liquidado em 106,36%.

No próximo ano, a execução dos Programas componentes deste Eixo foi de 113,98% no qual o “Programa Comunidade Escola” foi liquidado em 56,94% e o “Programa Educação/Expansão do Atendimento Educacional” em 54,19%. Todavia o “Programa Educação/Qualidade da Educação” foi implementado em 117,54%.

No ano seguinte, a implementação dos Programas foi de 131,30%. O “Programa Educação/Expansão do Atendimento Educacional” foi executado em apenas 11,38% e o “Programa Comunidade Escola” em 51,23%. O “Programa Educação/Qualidade da Educação” teve a sua execução ainda superior ao ano anterior, com 136,23%.

Em 2013, a execução dos Programas foi de 139,89%, porém dois Programas tiveram desempenho inferior a 15,00%: “Programa Comunidade Escola” e “Programa Educação/Expansão do Atendimento Educacional”. Entretanto, o “Programa Educação/Qualidade da Educação” foi executado em quase 146,00%.

Dessa forma, durante o PPA, este Eixo Estratégico foi implementado em 122,36%, no qual o Programa com melhor desempenho foi o “Programa Educação/Qualidade da Educação” com 127,18%.

4.3.5 Eixo Estratégico: Viver

O Objetivo do Governo, para o Eixo Estratégico VIVER é "dinamizar a cidade a partir da cultura, do esporte e do lazer, com a finalidade de agregar valor à vida do

cidadão na cidade".

Na Tabela 35, estão apresentados os valores planejados, empenhados e liquidados com os programas deste eixo estratégico.

TABELA 35 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBA 2010 - 2013: EIXO ESTRATÉGICO – VIVER

Período	Plano Plurianual (PPA)	Valor Empenhado Anual (VEA)	Valor Liquidado Anual (VLA)	VEA/PPA	VLA/PPA
2010	52.366.000	43.773.193	41.033.448	83,59%	78,36%
2011	54.588.000	56.503.206	33.344.363	103,51%	61,08%
2012	59.604.000	49.509.832	39.760.948	83,06%	66,71%
2013	58.705.000	53.455.837	45.567.743	91,06%	77,62%
TOTAL	225.263.000	203.242.068	159.706.501	90,22%	70,90%

FONTE: CURITIBA, 2009; PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (ELABORADA PELA AUTORA)

Em 2010, a implementação deste Eixo foi de 78,36%, com dois Programas executados entre 60,00% e 75,00%: “Programa Comunidade” e “Programa Cultura Curitibana”. O “Programa Esporte e Lazer” foi liquidado em 103,57%.

No próximo ano, a execução foi de apenas 61,08%, no qual o “Programa Cultura Curitibana” foi liquidado em apenas 15,37%. O “Programa Comunidade” foi executado em 87,05% e o “Programa Esporte e Lazer” em 127,23%.

No ano seguinte, a liquidação dos Programas foi de 66,71%, com o “Programa Cultura Curitibana” executado em apenas 37,38%. Os dois outros Programas foram implementados em mais de 100,00%: “Programa Comunidade” e “Programa Esporte e Lazer”.

No último ano do PPA, o desempenho deste Eixo foi de 77,62%. O “Programa Comunidade” foi liquidado em 87,08% e o “Programa Cultura Curitibana” em 56,65%. Com melhor resultado, o “Programa Esporte e Lazer” foi executado em 100,16%.

Nos quatro anos do Plano, este Eixo foi implementado em 70,90%, sendo que o “Programa Cultura Curitibana” foi executado em apenas 42,27%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O desenvolvimento e aprimoramento contínuo dos princípios da Nova Gestão Pública atrelada à utilização das ferramentas de planejamento (PPA, LDO e LOA) fez com que o Município de Curitiba, lançasse o Portal da Transparência antes mesmo da divulgação da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, permitindo desta forma a realização desta pesquisa.

Mesmo com a não disponibilização da Lei nº 13.378, de 11 de dezembro de 2009, em formato compatível com o sistema *Microsoft Office Excel* e o Portal da Transparência da cidade de Curitiba tornar moroso o processo de coleta dos dados, este trabalho foi realizado, considerando a essencialidade de realizar a avaliação da execução do PPA, fundamentando a resposta da questão: Dos programas planejados, quais foram executados de acordo com o Plano Plurianual do Município de Curitiba no período de 2010 a 2013?

O levantamento e análise dos dados apontados da seção 4, proporcionou alcançar o Objetivo Geral e os Objetivos Específicos elencados na seção 1, no qual foi possível perceber que no primeiro ano do PPA a gestão municipal implementou apenas 67,73% das ações planejadas e no ano seguinte, a liquidação foi de 75,68%. Em 2012, último ano da gestão 2009-2012, a execução das ações foi de 98,77%, em contrapartida no último ano do Plano e primeiro ano da gestão 2013-2016, a implementação das ações foi de 113,91%. Sendo assim, devido ao bom desempenho dos programas nos dois últimos anos, foi possível concluir o PPA com 89,77% de liquidação em relação ao planejamento, atendendo assim o 1º Objetivo Específico.

Inúmeros foram os programas implementados em mais de 100,00%: Programa Bom Governo, Programa Copa 2014, Programa Curitiba Saúde, Programa de Operações Especiais, Programa Educação/Qualidade da Educação, Programa Esporte e Lazer, Programa Meio Ambiente-Biocidade, Programa Previdência do

Servidor, Programa Segurança e Cultura da Paz, Programa Tecnoparque e Programa Trabalho e Geração de Renda. No entanto, outros programas não foram executados: Programa Legislativo Municipal, Programa Novo Centro, Reserva de Contingência e Reserva Orçamentária. Além destes programas que não foram liquidados, outros apresentaram baixo percentual de execução: o Programa Fomento ao Desenvolvimento Econômico e ao Negócio foi liquidado em 4,29%, o Programa Metrô-Linha Azul em 8,71%, o Programa Educação/Expansão do Atendimento Educacional em 26,76% e o Programa Comunidade Escola foi executado em 38,09%, conquistando portanto o 2º Objetivo Específico.

Em relação aos Eixos Estratégicos (MORAR, CUIDAR, TRABALHAR, APRENDER e VIVER), percebe-se que o Eixo que teve a maior priorização foi o “Trabalhar” com 137,19%, o segundo Eixo foi o “Aprender” com 122,36% e em terceiro foi o “Cuidar” com 112,69%. O Eixo “Viver” atingiu 70,90% de execução e o Eixo “Morar”, com o pior desempenho, foi liquidado em apenas 65,80%, alcançando desta forma, o 3º Objetivo Específico.

Considerando o curto espaço de tempo para a realização deste trabalho, o que tornou impossível a exploração completa do assunto e por considerar importante a realização de outros estudos vinculados ao Planejamento Público e Transparência, seguem algumas recomendações, para próximos estudos pertinentes a estas áreas:

- Relacionar a execução do PPA com a execução da LDO e LOA;
- Analisar o PPA 2014-2018 da Cidade de Curitiba, a fim de verificar a continuidade dos programas;
- Analisar os Portais da Transparência de outros Entes da Federação, a fim de verificar o cumprimento da legislação.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na administração pública. Um breve estudo sobre a experiência internacional recente.** 52 p. (Cadernos ENAP; n. 10). Brasília, 1997. Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Diretoria de Pesquisa e Difusão.

BAIRRAL, Maria Amalia da Costa; SILVA, Adolfo. **Transparência no Setor Público: Uma Análise do Nível de Transparência dos Relatórios de Gestão dos Entes Públicos Federais no Exercício de 2010.** EnANPAD. XXXVII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:
www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_CON1819.pdf. Acesso em 08/10/2014.

BERGUE. Sandro Trescastro. **Gestão Estratégica e Políticas Públicas: Aproximações Conceituais Possíveis e Distanciamentos Necessários.** Contabilidade, Gestão e Governança - Brasília v. 16n. 2 p. 77 - 93 · mai./ago. 2013. Disponível em:
http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=736&cod_evento_edicao=58&cod_edicao_trabalho=13101. Acesso em 08/10/2014.

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de Março de 1964

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. **Portaria nº 42**, de 14 de Abril de 1999.

_____. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de Maio de 2000.

_____. **Lei nº 11.653**, de 7 de Abril de 2008.

_____. **Lei Complementar nº 131**, de 27 de maio de 2009.

_____. **Decreto nº 7185**, de 27 de maio de 2010.

_____. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011.

_____. **Almanaque do Planejamento: Para entender e participar.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011. Disponível em:
http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/sof/2012/121107_almanaque_do_planejamento.pdf. Acesso em 10/10/2014.

_____. **Manual de orçamento e finanças públicas para conselheiros de saúde.** Ministério da Saúde - Conselho Nacional de Saúde: Brasília, 2011. Disponível em:
<http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/ManualdeOrçamento.pdf>. Acesso em 10/10/2014.

_____. **MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Válido a partir do exercício de 2015**, 6ª Edição. Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional, 2014. Disponível em:
http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/367031/CPU_MCASP_6edicao/05eea5ef-a99c-4f65-a042-077379e59deb. Acesso em 10/10/2014.

_____. **O PPA.** Ministério do Planejamento. Disponível em:
<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=10&ler=s1086>. Acesso em 20/10/2014

BRAUN, Carla Cristine; MUELLER, Rafael Rodrigo. **A gestão do conhecimento na administração pública municipal em Curitiba com a aplicação do método OKA — Organizational Knowledge Assessment.** Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 48(4):983-1006, jul./ago. 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/rap/v48n4/a09v48n4.pdf>. Acesso em 05/05/2015.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Da Administração Pública Burocrática à Gerencial.** Revista do Serviço Público, 47(1) janeiro-abril, 1996. Disponível em:
blogs.al.ce.gov.br/unipace/files/2011/11/Bresser1.pdf. Acesso em 08/10/2014

_____. **Estratégia e estrutura para um novo Estado.** Revista de Economia Política, vol. 17, nº 3 (67), julho-setembro, 1997. Disponível em:
<http://www.rep.org.br/pdf/67-3.pdf>. Acesso em 08/10/2014.

CAVALCANTE, Roberto Jardim. **Transparência do orçamento público brasileiro [manuscrito]: exame dos documentos orçamentários da União e uma proposta de estrutura para o Orçamento-Cidadão.** Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados e Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), do Senado Federal, Curso de Especialização em Orçamento Público, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações** - 7. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 37(5):969-92, Set./Out. 2003. Disponível em:
bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6509/5093. Acesso em 09/10/2014

Curitiba. **Lei 13.378**, de 11 de dezembro de 2009.

_____. **Guia do Investidor - Informações Socioeconômicas**. Agência Curitiba S/A, 2012. Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/multimidia/PDF/00000450.pdf>. Acesso em 04/05/2015.

_____. **História**. Portal da Prefeitura de Curitiba. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/idioma/portugues/historia>. Acesso em 07/05/2015.

ERKENS, Rainer (Org.) **Nova Gestão Pública**. São Paulo: Instituto Friedrich Naumann, 2010. Disponível em: ffn-brasil.org.br/novo/PDF-ex/Publicacoes/NGP.pdf. Acesso em 11/10/2014

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz. **Planejamento e orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=857. Acesso em 10/10/2014

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>. Acesso em 10/10/2014

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa : guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010. Disponível em: <http://www.pgcl.uenf.br/2013/download/livrodemetodologiadapesquisa2010.pdf>. Acesso em 30/04/2014.

KICH, Juliane Ines di Francesco; PEREIRA, Maurício Fernandes. **Pensamento Estratégico nas Organizações**. *Revista de Ciências da Administração*. v. 16, n.39, p.134-145, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2014v16n39p134>. Acesso em 08/10/2014

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. Disponível em: <http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>. Acesso em 20/01/2015.

MACHADO, Geraldo; PINHO, Antonio; SOUZA, Celina; PASSOS, Elizete; VALENTE, Arnoldo. **Gestão Pública: Desafios e Perspectivas**. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2001. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/iciepa/unpan014243.pdf>. Acesso em 10/10/2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MEHEDFF, Carmen Guimarães. **Trabalho, Renda e Participação Social: Questões básicas para a atuação de conselheiros e técnicos municipais**. Brasília, Projeto Milenium: FAT, 2002. Disponível em: www.flacso.org.br/porta1/pdf/pptr/353.pdf. Acesso em 21/10/2014

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas**. RAP Rio de Janeiro 40(1):273-88, Mar./Abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a06.pdf>. Acesso em 12/02/2015.

PAULO, Luiz Fernando Arantes. **O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica**. Revista do Serviço Público. Brasília 61 (2): 171-187 Abr/Jun, 2010. Disponível em: http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3607. Acesso em: 10/10/2014.

PIRES, Valdemir Aparecido. **Orçamento público: abordagem tecnopolítica**. São Paulo: Cultura Acadêmica - Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2011. Disponível em: <file:///D:/Users/marta.guizelini/Downloads/Orcamento-Publico.pdf>. Acesso em: 08/10/2014.

POLO, José Carlos. **Planejamento e orçamento no setor público brasileiro**. Programa de Gestão Governamental: Curso Planejamento e Orçamento no Município, 2009. Disponível em: http://pgg.fundap.sp.gov.br/plan/pdfs/Capitulo_2.pdf. Acesso em 15/10/2014.

PREMOLI, Marcus Vinícius Zandonadi; CIRINO, Jader Fernandes. **Avaliação de Processo em Políticas e Programas Públicos: O Caso do Programa de Microcrédito Nossocrédito – ES**. planejamento e políticas públicas | ppp | n. 42 | jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/303/326>. Acesso em 08/10/2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/cultura/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em 22/10/2014

RAICHELIS, Raquel. **O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito**. Seminário Nacional. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (organizador): Brasília, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/livrosite_seminariocontrolesocialCFESS-CRESS.pdf. Acesso em 10/10/2014.

SANABIO, Marcos Tanure; SANTOS, Gilmar José dos; DAVID, Marcus Vinícius. **Administração pública contemporânea: política, democracia e gestão**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013. Disponível em: www.editoraufjf.com.br/.../administracao_publica_contemporanea.pdf. Acesso em 09/10/2014

SANTOS, Rita de Cássia Leal Fonseca dos. **Orçamento público**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011. 152p. : il. Disponível em: http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=%2F66404%2Fmod_resource%2Fcontent%2F0%2FFasciculo_-_Orcamento_Publico_Miolo_Online_20-12-11.pdf. Acesso em 08/10/2014.

SILVA, Victor Corrêa; AMORIM, Ivan Trizi. **Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, Orçamento Participativo e Programa de Metas: instrumentos complementares ou conflitantes?**. Revista Eletrônica Gestão e Serviços v3, n.1, pp. 431-452, Janeiro / Junho 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/31196>. Acesso em 17/10/2014

SOUZA, Nelson Rosário de. **Planejamento Urbano em Curitiba: Saber Técnico, Classificação dos Cidadãos e Partilha da Cidade**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 16, p. 107-122, jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a07n16.pdf>. Acesso em 05/05/2015.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez 2006, p. 20-45. Disponível em: www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16. Acesso em 17/10/2014

VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Manual de Elaboração. **O passo a passo da Elaboração do PPA para municípios**. 2º edição. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2001. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/090205_manual_elaboracao_PPA_municipios.pdf. Acesso 21/01/2015.